

CRISTIANE DIAS DE LIMA DALTO

**ESTUDO SOCIOLINGÜÍSTICO DOS PRONOMES-OBJETO  
DE PRIMEIRA E DE SEGUNDA PESSOAS  
NAS TRÊS CAPITALS DO SUL DO BRASIL**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Estudos Lingüísticos, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Odete Pereira da Silva  
Menon

CURITIBA

2002



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS

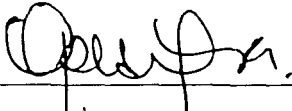
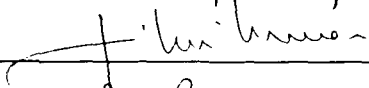
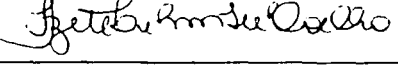
## PARECER

Defesa de dissertação da mestranda CRISTIANE DIAS DE LIMA DALTO, para obtenção do título de **Mestre em Letras**.


Os abaixo assinados Odete Pereira da Silva Menon, José Luiz da Veiga Mercer e Izete Lemkuhl Coelho argüíram, nesta data, a candidata, a qual apresentou a dissertação:

***“ESTUDO SOCIOLINGÜÍSTICO DOS PRONOMES-  
OBJETO DE PRIMEIRA E DE SEGUNDA PESSOAS NAS TRÊS  
CAPITAIS DO SUL DO BRASIL”***

Procedida a argüição segundo o protocolo aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que a candidata está apta ao título de **Mestre em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	Conceito
Odete Pereira da Silva Menon		A
José Luiz da Veiga Mercer		A
Izete Lehmkuhl Coelho		A

Curitiba, 27 de maio de 2002.

  
Prof. José Borges Neto  
Coordenador

*A meu pai, cuja presença silenciosa nunca deixou de amparar-nos nos momentos em que  
mais precisamos.*

*A minha mãe, mulher de fibra como muitas; amorosa e dedicada como poucas.*

*A Josiane e Adriano, meus irmãos queridos e meu orgulho.*

*A Fabiano, um humanista dedicado e meu grande companheiro de toda vida.*

*A Helena, minha flor, minha alegria.*

## AGRADECIMENTOS

Minha eterna gratidão a meus pais pelas batalhas e privações que enfrentaram dignamente para que pudéssemos estudar e para que a vida “nos fosse leve”.

Aos amigos Edson (pela generosidade, pela parceria e pelo apoio), Eduardo (algumas vezes brisa, outras vendaval, mas sempre companheiro e amigo) e Lori (pelas dicas sobre o “temperamental” varbrul).

Ao querido Odair, pela paciência, pela amizade e pelo carinho com que sempre me recebeu na secretaria da Pós, e à Glaci pela atenção e pelos lembretes.

Aos professores Borges e Mioto pela generosidade, pelo estímulo e disposição que sempre demonstraram em me ajudar.

Ao Projeto VARSUL por me permitir dispor das entrevistas contidas em seu banco de dados, o que facilitou muito o trabalho e poupou-me da árdua tarefa de coletar dados para a pesquisa.

Aos professores da banca de qualificação deste trabalho, professora Iara (pelos comentários valiosos e pela ajuda com algumas incorreções) e professor Mercer (também pelos valiosos comentários e, além disso, pelo “afago”).

À professora Odete Menon, minha orientadora, pelo apoio, pela amizade e pela paciência com as minhas limitações. Além disso, o rigor e a disciplina me ajudaram a achar o caminho e impediram que este trabalho tivesse mais erros do que os que contém.

À CAPES pelo apoio financeiro, pois sem a bolsa de estudo a realização deste trabalho teria sido muito mais complicada.

À Coordenadoria da Pós-Graduação pelo financiamento das viagens aos congressos e aos encontros.

A todos os amigos que de maneira indireta, mas não menos importante, participaram desta “aventura”.

Por fim, agradeço especialmente a Fabiano e a Heleninha (minha “informante” querida), meus grandes amores, pela paciência, pela compreensão, pelo apoio, pelo estímulo e pelo amor demonstrados todos os dias.

Muito Obrigada!

Dê-me um cigarro  
Diz a gramática  
Do professor e do aluno  
E do mulato sabido  
Mas o bom negro e o bom branco  
Da Nação Brasileira  
Dizem todos os dias  
Deixa disso camarada  
Me dá um cigarro!

*Oswald de Andrade*

Ah... se sesse.

Se um dia nós se gostasse  
Se um dia nós se queresse  
Se um dia nós se empareasse  
Se juntim nós dois vivesse  
Se juntim nós dois morasse  
Se juntim nós dois drumisse  
Se juntim nós dois morresse

Se pro céu nós assubisse  
Mas porém se acontecesse  
De São Pedro não abrisse  
A porta do céu  
E fosse de dizer qualquer tolice

E se eu me arreliasse  
E tu cum eu insistisse  
Pra que eu me arresorvesse  
E a minha faca puxasse  
E o bucho do céu furasse  
Tarvez que nós dois ficasse  
Tarvez que nós dois caísse  
E o céu furado arriasse  
E as virge toda fugisse.

*Zé da Luz*

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS, DE GRÁFICOS E DE QUADROS.....	ix
RESUMO.....	xi
ABSTRACT.....	xii
1 INTRODUÇÃO.....	13
2 REVISÃO DA LITERATURA	
2.1 Pronomes.....	16
2.2 Objetos no PB.....	23
2.3 Os pronomes-objeto.....	27
2.4 Considerações sobre a natureza do objeto nulo.....	34
3 PERSPECTIVA TEÓRICA	
3.1 Introdução.....	42
3.2 A sociolinguística variacionista e Labov.....	45
4 METODOLOGIA	
4.1 Objetivos e hipóteses.....	48
4.2 Composição dos <i>corpora</i> .....	48
4.2.1 VARSUL.....	49
4.2.2 Estudo-piloto de Florianópolis.....	51
4.2.3 Critérios para a seleção dos dados.....	52
4.2.4 A regência do objeto indireto.....	58
4.2.5 O caso dos dativos ético e de posse.....	63
4.2.5.1 Conceituação e problemas.....	64
4.2.6 A problemática dos reflexivos.....	66
4.3 Definição e discussão dos grupos de fatores.....	78
4.3.1 Codificação dos fatores.....	85
4.4 VARBRUL.....	90



4.5 Amostras de Florianópolis, de Curitiba e de Porto Alegre.....	91
4.5.1 Resultados e análise.....	91
4.5.2 Síntese dos resultados.....	118
5 CONCLUSÃO.....	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	122
ANEXOS	
Lista de verbos e de transitividades encontrados.....	131

## LISTA DE TABELAS E DE GRÁFICOS

Tabela 1 – Ocorrências de clíticos pronominais reflexivos e de zero (Ø) em Florianópolis.....	76
Tabela 2 – Ocorrências das formas de representação do objeto em Florianópolis, em Curitiba e em Porto Alegre.....	95
Tabela 3 – Presença do objeto x objeto nulo em Florianópolis e em Curitiba em função de <i>tipo de interlocução</i> .....	97
Tabela 4 – Presença do objeto x objeto nulo em Florianópolis, em Curitiba e em Porto Alegre em função de <i>tipo de objeto</i> .....	98
Tabela 5 – Resultados de objeto direto (OD) no cruzamento dos grupos de fatores <i>tipo de objeto e pessoa</i> em função de presença do objeto x objeto nulo para Florianópolis, para Curitiba e para Porto Alegre.....	100
Tabela 6 – Resultados de objeto indireto (OI) no cruzamento dos grupos de fatores <i>tipo de objeto e pessoa</i> em função de presença do objeto x objeto nulo para Florianópolis, para Curitiba e para Porto Alegre.....	101
Tabela 7 – Presença do objeto x objeto nulo em Florianópolis, em Curitiba e em Porto Alegre em função de <i>pessoa</i> .....	103
Tabela 8 – Presença do objeto x objeto nulo em Curitiba e em Porto Alegre em função de <i>gênero de discurso</i> .....	105
Tabela 9 – Presença do objeto x objeto nulo em Florianópolis, em Curitiba e em Porto Alegre em função de <i>tipo de verbo</i> .....	106

Tabela 10 – Presença do objeto x objeto nulo em Porto Alegre em função de <i>tipo de interlocução</i> .....	107
Tabela 11 – Presença do objeto x objeto nulo em Florianópolis, em Curitiba e em Porto Alegre em função da <i>transitividade verbal</i> .....	108
Tabela 12 – Presença do objeto x objeto nulo em Florianópolis e em Porto Alegre em função de <i>tempo e modo verbais</i> .....	110
Tabela 13 – Presença do objeto x objeto nulo em Florianópolis em função de <i>escolaridade</i> .....	112
Tabela 14 – Presença do objeto x objeto nulo em Porto Alegre em função de <i>idade</i> .....	113
Tabela 15 – <i>Clíticos pronominais, formas tônicas, formas lexicais e objeto nulo</i> nas três capitais em função da <i>Escolaridade</i> .....	114
Tabela 16 – <i>Clíticos pronominais, formas tônicas, formas lexicais e objeto nulo</i> nas três capitais em função do grupo de fatores <i>sexo</i> .....	116
Gráfico 1 – Distribuição dos dados de Florianópolis, de Curitiba e de Porto Alegre em função de <i>pessoa</i> por número de ocorrências.....	92
Quadro 1 – Sistema pronominal vigente nas GTs.....	28
Quadro 2 – Sistema pronominal atual.....	53

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo o estudo do funcionamento dos *pronomes-objeto* de primeira e de segunda pessoas nos dialetos das capitais dos três estados do Sul do Brasil. Como base de dados para o estudo, foram utilizadas as amostras de fala de Florianópolis, de Curitiba e de Porto Alegre que fazem parte do Banco de Dados do Projeto VARSUL (Variação Lingüística Urbana da Região Sul do Brasil) – num total de 72 entrevistas (24 por cidade). Para análise quantitativa do *corpora* da pesquisa, utilizou-se o pacote Varbrul (Pintzuk, 1988). A hipótese de trabalho insere-se no quadro da sociolinguística variacionista e diz respeito à alternância das formas *pronome-objeto* – *clítico pronominal* (me, te,...) e *forma tônica* (pra mim, pra ti,...) – consideradas padrão pela Gramática Tradicional –, *pronome-sujeito* (eu, tu,...) e *objeto nulo* (Ø) no desempenho das funções de objeto direto e de objeto indireto.

O que se procura observar é em que medida há co-ocorrência e concorrência dessas três formas para a mesma função sintática, quer de objeto direto, quer de indireto, nas amostras de fala analisadas e quais são os contextos em que essa alternância se processa.

## ABSTRACT

This research aims to study the behaviour of first and second object pronouns in the dialects of Florianópolis, Curitiba and Porto Alegre, the three state capital cities of Southern Brazil. The hypothesis to achieve that research is related to the alternation of the structures *object pronouns – pronominal clitics* (me, te...) and *tonic forms* (pra mim, pra ti,...) –, which are considered to the Traditional Grammar as a standard structures to the direct and indirect objects functions in the Brazilian Portuguese, *subject pronouns* (like eu and tu) and *null objects* in the same function: as object.

As the data base for that study, we used spoken Brazilian Portuguese samples which are part of the VARSUL Project (Urban Linguistic Variation of the South Region of Brazil) – 72 interviews as a whole (24 on each city). To the quantitative analysis of the corpora I used the Varbrul package (Pintzuk, 1988).

In that study we intend to observe the extent in which there are co-occurrence and competition among those three structures to the same syntactic function – whether direct object or as indirect object – in the three spoken samples analysed and what are the contexts in which that alternation is conducted.

## 1 INTRODUÇÃO

Recentes estudos<sup>1</sup>, realizados pela Lingüística, sobre o sistema pronominal do português do Brasil têm apresentado avanços importantes no conhecimento que temos sobre esse assunto.

Mais especificamente no campo dos pronomes pessoais, têm-se verificado na língua oral um verdadeiro campo de batalha no qual formas consideradas e propagadas pelos manuais de gramática como únicas representantes para determinadas funções gramaticais – caso de formas que desempenham, por exemplo, a função de sujeito, chamadas também de *pronomes-sujeito* (cf. Duarte 1986), como o canônico *tu*<sup>2</sup> e o já extinto *vós* – têm lutado, no caso do primeiro, para se manter em suas funções, e muitas vezes perdido a batalha, caso do segundo.

A situação não é diferente no quadro dos *pronomes-objeto* – aqueles que desempenham a função de objeto, quer direto quer indireto. Nesse quadro, temos visto formas que já foram banidas da língua oral – como os *clíticos pronominais*<sup>3</sup> de terceira pessoa *o(s)/a(s)* – e substituídas por *formas lexicais* (cf. Omena 1978; Duarte 1986 e Fagundes 1996, entre outros) – como *ele(s)/ela(s)* – serem, de maneira equivocada, perpetuadas pelos manuais, entre alunos e professores do ensino brasileiro, como únicas formas adequadas para a função de objeto direto, fazendo com que usos como “eu

<sup>1</sup> A esse respeito ver Mattoso Câmara Jr. (1972), Omena (1978), Cyrino (1994), Menon (1994), Faraco (1996), Galves (2001), entre outros trabalhos que constam na bibliografia desta pesquisa.

<sup>2</sup> Nesse sentido, as gramáticas costumam ignorar, por exemplo, o pronome-sujeito de segunda pessoa *você*, o qual, ao contrário do *tu* – restrito a alguns dialetos no Brasil e que, no entanto, é tido pelas gramáticas tradicionais como representante legítimo de pronome de segunda pessoa do singular –, pode ser considerado a forma mais difundida.

<sup>3</sup> Mattoso Câmara Jr. (1970: 153-155) conceitua *clítico* como qualquer vocábulo sem autonomia fonética que depende de uma forma livre. Assim, sob o termo estão abrigados não só os pronomes átonos mas, também, os artigos definidos e as preposições átonas, por exemplo. Dessa forma, optamos por chamar de *clítico pronominal* aqueles que fazem parte do quadro dos pronomes pessoais.

encontrei *ele*<sup>4</sup> – que pode ser encontrado em todos os meios de comunicação – ainda sejam considerados verdadeiras impropriedades e atentados contra a língua.

Nesse sentido, e tendo em vista o fato de os *pronomes-objeto* de primeira e de segunda pessoas não terem sido até agora foco de pesquisas desenvolvidas sobre o tema, a pesquisa aqui empreendida – que tem por título *Estudo sociolingüístico dos pronomes-objeto de primeira e de segunda pessoas nas três capitais do Sul do Brasil* – tem como propósito tentar dar uma modesta contribuição para os estudos que têm sido realizados sobre os *pronomes-objeto* a partir da análise de amostras dos dialetos usados pelos falantes das três capitais do Sul do Brasil<sup>5</sup>.

Este trabalho parte da hipótese de que a reorganização verificada no quadro dos *pronomes-objeto* de terceira pessoa – como a ocorrência de *pronomes-sujeito* e de *objeto nulo* (cf. Cyrino 1994) em função de objeto – pode estar sendo implementada também entre os de primeira e de segunda pessoas. Dessa forma, será feito o levantamento de todas as ocorrências de *pronomes-objeto* – *clíticos pronominais e formas tônicas*, considerados pela Gramática Tradicional (GT) como formas canônicas para o desempenho da função de objeto –, *pronomes-sujeito* – também chamados *formas lexicais*, como *eu* e *tu/você* na função de objeto – e *objeto nulo* de primeira e de segunda pessoas com o intuito de verificar a ocorrência das formas acima citadas e em que medida há concorrência entre elas para a mesma função.

O trabalho foi estruturado da seguinte maneira: no item *Revisão da Literatura*, são apresentados e discutidos os principais conceitos envolvidos no estudo. Nesse item, procura-se delinear a trajetória histórica, digamos assim, dos conceitos “pronome”, “objeto”, “pronome-objeto” e “objeto nulo”, além de analisar as principais questões envolvidas em cada uma das definições. No item *Perspectiva Teórica* é apresentado o quadro teórico que dá suporte a esta pesquisa, chamado *sociolingüística variacionista*,

<sup>4</sup> A esse respeito remeto o leitor a Mattoso Câmara Jr. (1972).

<sup>5</sup> Essas amostras fazem parte do banco de dados do Projeto Varsul (Variação Lingüística Urbana da Região Sul). Para maiores detalhes ver item Varsul, desta dissertação.

através do qual a língua é entendida como um sistema heterogêneo e a variação e a mudança das línguas são interpretadas como fenômenos não-aleatórios, ou seja, regidos por normas, e promovidos pela tensão entre fatores internos e externos ao sistema da língua. No item *Metodologia*, veremos a pesquisa propriamente dita, isto é, todo o processo empreendido na seleção dos dados a serem considerados: os critérios utilizados, principais problemas encontrados durante a seleção, definição e discussão dos grupos de fatores, codificação empregada para a análise quantitativa realizada pelo pacote Varbrul (Pintzuk, 1988) e a análise dos resultados.

Por fim, no tópico *Conclusão*, apresentamos uma síntese dos principais e mais relevantes resultados encontrados nesta pesquisa.



## 2 REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 Pronomes

Para entendermos nosso objeto de estudo, os *pronomes-objeto*<sup>6</sup> de primeira e de segunda pessoas, vamos voltar um pouco no tempo e tentar desvendar as origens da classificação do *pronome*, já que os *pronomes-objeto* constituem uma subclasse<sup>7</sup>, digamos assim, desse grupo de vocábulos. Para isso, veremos como a cultura grega tratou do assunto, pois é dela, segundo Mattoso Câmara Jr. (1975:16) e outros, que a nossa tradição gramatical recebeu as maiores influências.

Segundo Robins (1979), a primeira gramática sistematizada da língua grega foi a de Dionísio de Trácia (Séc. II a.C.). Essa gramática se destaca por ser um registro importante da língua de um povo que teve grande influência na construção do pensamento ocidental. Nessa obra, o autor distingue oito classes de palavras e entre essas está a que nos interessa: *antónymia* (pronome). Nessa definição, o pronome é caracterizado como palavra empregada em lugar de um nome e que indica a pessoa definida<sup>8</sup>.

Vindo na direção de épocas e classificações mais recentes, passamos pelos

---

<sup>6</sup> Há uma lista considerável de nomenclaturas para o que a Gramática Tradicional costuma chamar de pronomes pessoais átonos. Na terminologia de nosso trabalho, optamos por utilizar o termo funcional *pronomes-objeto* para os pronomes pessoais que tradicionalmente são considerados estruturas que exercem a função de complemento verbal.

<sup>7</sup> Ao lado dos pronomes-sujeito, ou seja, os que exercem função de sujeito, e dos que exercem função de adjunto.

<sup>8</sup> A esse respeito ver Thrace (1986:24).

gramáticos de Roma. De acordo com Kristeva (1969), os romanos se limitaram à transposição das teorias e classificações gregas para as necessidades da língua latina sem respeitar as diferenças existentes entre as duas línguas<sup>9</sup>. Mattoso Câmara Jr. (1975:20) observa que *a cultura romana aceitou e aplicou ao latim, em suas linhas gerais, o estudo da língua que os gregos haviam criado e desenvolvido. Mas a abordagem filosófica deu margem a uma gramática normativa mais estrita.*

Entre os principais gramáticos romanos encontramos Varrão (Séc. II a.C.) e Quintiliano (Séc. I d.C.). Todavia, conforme Kristeva (1969), a gramática que serviu de modelo para os gramáticos da Idade Média foi a de Prisciano (Séc.VI), na qual o caráter de substitutibilidade do pronome se mantém como traço característico dessa classe de palavras. Para Prisciano, *pronomen: substitui os nomes próprios, especificando a pessoa do discurso*<sup>10</sup>.

Aqui, chegamos a João de Barros (1540) – considerada a primeira gramática de língua portuguesa. Barros (1971:319-321 *apud* Domingos (2001:17)) afirma que pronome é

ua parte da óraçam que *se põe em lugar do próprio nome*, e por isso dissemos que era conjunta a ele per matrimónio e daqui tomou o nome. Exemplo: **Eu** escrevo ésta Gramática pera ti. Ésta páрте eu se chama pronome, a quá bástá pera se entender ó que disse, sem acreçentar o meu próprio nome Joám de Bárros, em cujo lugár sérve. Ésta, também é pronome da Gramática; **ti** está em lugar de António, como se dissésse: **Eu**, Joám de Bárros, escrevo ésta Gramática pera **tu**, António. E, tirando [a] cada nome destes o seu pronome, dizendo: Joám de Bárros escrevo Gramática pera António, fica ésta linguágem imperfeita. Assi que podemos dizer ser inventáda ésta parte de óraçam pera boa ordem e perfeito intendimento/da linguágem. [grifos meus].

Além da substituição permanecer como traço característico dessa classe de palavras, há um fato curioso nesse trecho sobre os pronomes. Observando a frase sublinhada

<sup>9</sup> As diferenças foram consideradas apenas na adaptação das classificações da gramática grega à língua latina. Como afirma Kristeva (1969), a língua grega distinguia oito classes de palavras, entre elas o *artigo*. O latim não possuía essa classe de palavras e para manter a divisão da gramática em oito classes criou a classe da *interjeição*.

<sup>10</sup> Ver a esse respeito Kristeva (1969).

acima, vemos que o autor faz uso do pronome-sujeito *tu* em função de objeto, o que é categoricamente rejeitado pela Gramática Tradicional (daqui em diante GT).

Em Soares Barbosa (1871:104) a definição é outra. Esse gramático chama de *determinativos pessoaes primitivos*<sup>11</sup> os pronomes que são *uns adjectivos que determinam os nomes a que se referem* [grifo meu], *pela qualidade do personagem ou papel que fazem no acto do discurso*. Para o autor, a relação que se estabelece entre o pronome e o nome está baseada na referencialidade do primeiro em relação ao segundo e não no carácter de substitutibilidade do pronome. Entretanto, a interpretação que nos chega hoje, através dos manuais e gramáticas mais recentes, não é a de Soares Barbosa (1871) e sim a de que “o pronome substitui o nome”<sup>12</sup>.

Para Monteiro (1994:29), essa definição dos pronomes é equivocada, suscitando problemas de interpretação e mesmo de delimitação do objeto. Como bem coloca o autor, *nem todos os pronomes funcionam como substitutos (...), os que exercem essa função nem sempre substituem nomes (...) [e] há expressões substitutivas que não se classificam necessariamente como pronomes*. Observemos, abaixo, os exemplos (1), de Monteiro (1994: 29), (2) e (3), que são meus:

(1) Eu deveria sabê-*lo*, tantas foram as vezes que eu li (164.RJ.DID.M.I)

(2) Eu vou embora daqui e só tu *o* sabes.

(3) Edson Arantes do Nascimento / foi o maior jogador de futebol do mundo  
Pelé

Nos exemplos (1) e (2), acima, os termos *lo* e *o*, classificados como pronomes, não estão em lugar de nomes. Como salienta Monteiro (1994:30), sobre o primeiro exemplo, o

<sup>11</sup> Em oposição aos *determinativos pessoaes derivados* que seriam os que *determinam os nomes pela qualidade de pertinencia ou posse, relativa a cada uma d'estas pessoas* (Soares Barbosa 1871: 104). Em terminologia atual da GT seriam os pronomes possessivos.

<sup>12</sup> Isso pode ser observado em Cegalla (1976) e Nicola (1994), para exemplificar.

clítico pronominal *não representa apenas um nome, mas todo um trecho de discurso anteriormente proferido*. O mesmo vale para o segundo exemplo. Em (3), por outro lado, temos um termo – *Pelé* – que deveria ser classificado como pronome, de acordo com o critério de substitutibilidade usado pela GT.

Como vemos, a substituição por si só não basta para definir a classe dos pronomes. Monteiro (1994:31) observa que mesmo quando os chamados pronomes são usados em lugar de nomes, preservam certos traços sintáticos e semânticos que *retiram toda e qualquer possibilidade de que a substituição seja perfeita*. A razão disso, segundo o autor, é de que os pronomes não expressam o mesmo potencial semântico dos nomes e sintaticamente têm um comportamento distinto, como o fato de não se articularem com artigos como os nomes podem fazer, por exemplo. O autor questiona a afirmação de Hall Jr. (1967:164 *apud* Monteiro (1994:223<sup>13</sup>)) de que *The personal pronouns involve, normally, pure substitution as their main grammatical and semantic function*. Para Monteiro, essa função existe mas não é a única e nem a principal.

Sobre essa questão, Jespersen (1924:82) aponta que

A pronoun is a substitute for a noun and is used partly for the sake of brevity, partly to avoid the repetition of a noun, and partly to avoid the necessity of definitive statement. But this does not suit all cases, and the definition breaks down in the very first pronoun; it is very unnatural to the unsophisticated mind to say that “I see you” stands instead of “Otto Jespersen sees Mary Brown”, on the contrary most people will say that in Bellum Gallicum the writer uses the word Caesar instead of “I”. We may also say “I, Otto Jespersen, hereby declare...”, which would be preposterous if “I” were simply a substitute for the name. And grammatically it is very important that “I” is the first person, and the name is in the third, as shown in many languages by the form of the verb. Further: no one doubts that nobody and the interrogative who are pronouns, but it is not easy to see what nouns they can be said to be substitutes for. (...) In this way we should get a class of substitute words which might be subdivided into pro-nouns, pro-adjectives, pro-adverbs, pro-infinitives, pro-verbs (and pro-sentences as so in the second instance above), but it could hardly be called a real grammatical class.<sup>14</sup>

<sup>13</sup> Na página 31, está a tradução do autor para o trecho: “os pronomes pessoais envolvem normalmente pura substituição como sua principal função semântica e gramatical”.

<sup>14</sup> “Um pronome é um substituto para um nome e é usado em parte com o intuito de brevidade, em parte para impedir a repetição de um nome, e em parte para impedir a necessidade de uma declaração definitiva. Mas isso não se adapta a todos os casos, e a definição se rompe justo no primeiro pronome; é muito artificial para uma mente simples dizer que “eu vejo você” encontra-se em vez de “Otto Jespersen vê Mary Brown”, em sentido inverso muitas pessoas dirão que em Bellum Gallicum o escritor usa a palavra

Para Jespersen, a idéia de que um pronome é um substituto para um nome é inadequada e apresenta problemas quando passamos a considerar o caso dos pronomes de primeira pessoa.

Como vemos no trecho citado acima, Jespersen chama a atenção para o fato de que a propriedade de substituição deveria se estender a um conjunto de palavras substitutas que compreenderia os *pro-nomes*, os *pro-adjetivos*, os *pro-advérbios*, entre outras.

Estamos de acordo com a afirmação de Monteiro de que a propriedade de substituição não é suficiente para caracterizar os pronomes. Contudo, é inegável que essa propriedade existe, ainda que não haja uma equivalência perfeita entre o pronome e o nome a que esse substitui. Nesse sentido, a definição de Soares Barbosa (1871), mais acima, parece ser uma boa saída para a questão. A propriedade mais adequada para caracterizar a classe dos pronomes parece ser a da *referencialidade*, já que não implica “equivaler perfeitamente” ao nome. Em uma frase como “*a Maria* saiu agora porque *ela* tinha um encontro importante” o pronome “*ela*” não substitui de maneira perfeita o sintagma (daqui em diante SN) “*a Maria*”, já que o SN está articulado com o artigo e o pronome não. Entretanto, do ponto de vista semântico podemos criar uma cadeia do tipo {*a Maria, ela*} na qual o SN e o pronome se referem a uma pessoa que se chama Maria e o conteúdo semântico é preservado. Dessa forma, parece não ser relevante se a substituição é ou não perfeita. O que importa é a recuperabilidade semântica da referência, quer no contexto do enunciado quer no da enunciação<sup>15</sup>.

---

Caesar ao invés de “eu”. Nós podemos dizer também “eu, Otto Jespersen, por meio desta, declaro...”, o que seria irracional se “eu” fosse simplesmente um substituto para o nome. E gramaticalmente vale ressaltar que “eu” é a primeira pessoa, e o nome está na terceira pessoa, como é mostrado em muitas línguas pela forma do verbo. Além disso: ninguém duvida que *ninguém* e o interrogativo *quem* [grifos meus] são pronomes, mas não é fácil ver que nomes podem ser chamados de substitutos. Nesse sentido, nós teríamos uma classe de palavras substitutas que pode ser subdividida em *pro-nomes*, *pro-adjetivos*, *pro-advérbios*, *pro-infinitivos*, *pro-verbos* (e *pro-sentenças* como no segundo caso acima), mas isso dificilmente poderia ser chamado de uma classe gramatical real.” [tradução minha].

<sup>15</sup> No contexto do enunciado teríamos uma referência anafórica (com os pronomes de terceira pessoa, excluindo aqueles que também podem ser empregados como dêiticos, caso do pronome *isso*, para

Outra questão que merece atenção diz respeito ao conceito de *pessoa*. A classificação tradicional reconhece três pessoas do discurso – a primeira, a segunda e a terceira – e as agrupa em um quadro homogêneo, com diferenças baseadas na situação de fala. Cegalla (1976:112), por exemplo, distingue-as da seguinte forma: a primeira pessoa é a que fala: *eu, nós*; a segunda pessoa é a com quem se fala: *tu, vós*; e a terceira é a de quem se fala: *ele, ela, eles, elas*. Entretanto, Benveniste (1995:253) observa que há uma distinção significativa entre a primeira e a segunda, de um lado, e a terceira, de outro:

(...) uma característica das pessoas “eu” e “tu” é a sua *unicidade* específica: o “eu” que enuncia, o “tu” ao qual “eu” se dirige são cada vez únicos. “Ele”, porém, pode ser uma infinidade de sujeitos — ou nenhum.

(...) Uma segunda característica consiste em que “eu” e “tu” são inversíveis: o que “eu” define como “tu” se pensa e pode inverter-se em “eu”, e “eu” se torna um “tu”. Nenhuma relação paralela é possível entre uma dessas duas pessoas e “ele”, uma vez que “ele” em si não designa especificamente nada nem ninguém.

Finalmente, devemos tomar plenamente consciência dessa particularidade: a “terceira pessoa” é a única pela qual uma *coisa* é predicada verbalmente.

O autor qualifica a terceira pessoa como a “não-pessoa”, pois, para ele, o ato discursivo é composto somente da pessoa que fala, primeira pessoa, e da que ouve, segunda pessoa. A terceira pessoa faz parte do conteúdo da fala, e através dela um ser [– animado, – humano] pode ser referido, o que não acontece com a primeira e a segunda, a não ser em contextos bem específicos, como quando há intenção de personificar coisas.

Monteiro (1994:32) também afirma que a noção de pessoalidade se estende, equivocadamente, a elementos que não participam do ato discursivo. Para ele, essa noção deveria ser aplicada somente a primeira e a segunda pessoas, a que fala e a que ouve, respectivamente. Salienta, em concordância com Benveniste (1995), que a terceira pessoa possui natureza e funções diferentes e tanto se reporta a seres vivos como a coisas ou abstrações. Para ele, a terceira pessoa rompe a simetria do sistema pronominal<sup>16</sup>. Contudo,

---

exemplificar), no da enunciação teríamos uma referência dêitica (com os de primeira e de segunda pessoas).

<sup>16</sup> A noção de sistema utilizada aqui está de acordo com aquela estabelecida por Saussure (1971). Para ele, a língua é um sistema complexo e abstrato que se constitui de relações de oposição entre seus

Monteiro reconhece que embora a GT não adote a percepção de Benveniste (1995) há indícios de que o fato não lhe seja desconhecido, já que classifica de *impessoais* os verbos que se conjugam somente na terceira pessoa. Mattoso Câmara Jr. (1970:118) acrescenta que do ponto de vista morfológico os pronomes-objeto de terceira pessoa *são providos de feminino e plural à maneira dos nomes, e enquadráveis no tema nominal em –e (ele, como mestre, ela, como mestra, eles, como mestres, elas, como mestras)*.

Como vemos, no que diz respeito aos pronomes, há autores que questionam a classificação tradicional e apontam problemas conceituais importantes. Entretanto, uma nova reclassificação pode não garantir a solução do problema e, muitas vezes, como observa Monteiro (1994:39), nas tentativas de reclassificação dos pronomes houve mudança apenas de nomenclatura, o que não resolve a questão. Dessa forma, e sem perder de vista as inadequações conceituais já apontadas, a definição tradicional ainda se mantém como ponto de partida para os estudos sobre esse sistema. Nosso propósito nessas considerações é o de observar que há uma distinção bastante marcada entre os pronomes de primeira e de segunda pessoas, de um lado, e os de terceira, de outro, e isso pode se refletir em seus comportamentos quando em função de objeto.

O sistema pronominal do português do Brasil (daqui em diante PB) é composto por subsistemas, entre os quais está o dos pronomes pessoais. Nesse grupo, estão formas que para a GT desempenhariam exclusivamente a função de sujeito, chamados pronomes retos, e aqueles que representariam a de objeto, os pronomes oblíquos<sup>17</sup>. Como veremos mais à frente, inúmeros trabalhos demonstram que algumas das formas que desempenham a função de objeto podem ser substituídas por pronomes-sujeito – obrigatórios, inclusive,

---

elementos e ao qual o falante não tem acesso direto. Assim, entendemos o sistema pronominal como um sistema menor, inserido no sistema da língua, no qual se estabelecem relações de oposição entre seus elementos, que se distinguiriam uns dos outros por valores como singular e plural, de um lado, primeira, segunda e terceira pessoas de outro, para exemplificar.

<sup>17</sup> Essa é a terminologia usada pela GT. Em nosso trabalho, optamos pela terminologia usada por Duarte (1986) para os primeiros, que serão chamados de “pronomes-sujeito” em nossa pesquisa. Os posteriores, como mencionamos anteriormente, serão tratados de pronomes-objeto.

com preposição –<sup>18</sup>, ou seja, pronomes como os que a GT chama de “pronomes do caso reto”<sup>19</sup> – como “ele” só para citar um exemplo em que isso é patente – que são considerados categoricamente como formas que desempenham a função de sujeito aparecem na oralidade desempenhando função de objeto.

A esse respeito, buscaremos as definições de *objeto* dadas pela GT, já que ela é o modelo ao qual todos recorrem, quer para concordar, quer para discordar – caso de grande parte dos trabalhos desenvolvidos em Lingüística, se não de todos. Dessa forma, procuramos definições anteriores e posteriores à Nomenclatura Gramatical Brasileira<sup>20</sup> (doravante NGB) para que assim pudéssemos visualizar o tratamento dado pela GT aos objetos no português, de um ponto de vista cronológico, ou seja, de gramáticas portuguesas e brasileiras, das mais antigas às mais recentes, com o intuito de tentar perceber se houve ou não mudança no tratamento dado ao problema, além de troca de nomenclatura. Em seguida, retomaremos a discussão sobre a variação e mudança no quadro dos pronomes-objeto.

## 2.2 Objetos no PB

Em sua *Gramática Expositiva*, Pereira (1926:218-224) aborda a questão dos objetos usando uma terminologia um pouco diferente da usada pelas gramáticas mais recentes para classificá-los, o que provavelmente se deve ao fato de essa gramática ser anterior à NGB. Nas gramáticas contemporâneas costuma-se empregar os termos “direto”

<sup>18</sup> Como por exemplo *pra nós, a nós, pra ele, a ele*, em frases como “João levou o caderno *pra nós*”, só para ilustrar.

<sup>19</sup> Formas que exercem a função de nominativo, ou seja, sujeito.

<sup>20</sup> A Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) foi estabelecida pelo Ministério da Educação e Cultura, através da Portaria nº 36 de 28 de Janeiro de 1959, e preconiza a unificação da nomenclatura gramatical utilizada no Brasil.



e “indireto” para definir esses complementos. Pereira, entretanto, além de usar tais termos, usa “complemento objetivo” e “terminativo” para classificá-los. Ao *objeto direto* dá o nome de “complemento objetivo” e assim o define:

**Complemento objetivo**<sup>21</sup> ou objeto direto é o termo que recebe a ação expressa pelo verbo transitivo, é o paciente da ação verbal, cujo agente é o sujeito [...]

Ao complemento objetivo dá-se o nome de complemento direto ou objeto direto, que corresponde ao acusativo latino, por oposição ao complemento ou objeto indireto, que corresponde ao dativo latino. Diz-se direto pelo fato de nele se empregar a ação verbal imediatamente, isto é, quase sempre sem o intermédio de preposição, ao passo que o indireto exige quase sempre a intervenção desta partícula.

O **complemento objetivo** corresponde ao acusativo em latim e, sendo o paciente da ação verbal, de que o sujeito é o agente, deve ser sempre representado por substantivo, *pronome*, palavras ou frase substantivadas.

Quanto ao *objeto indireto*, Pereira (p.222) o chama de “complemento terminativo”. Sob essa nomenclatura, o autor abriga o que as gramáticas mais recentes tratam de complementos verbais (excluído o objeto direto) e nominais:

**Complemento terminativo** é o termo de relação ou o termo exigido pela significação relativa da palavra completada. Podem ter este complemento os substantivos, adjetivos e verbos de significação relativa [...]

Dá-se o nome de objetivo indireto ao complemento terminativo do verbo relativo[...]

Tais complementos são, geralmente, postos em dativo no latim: em português são eles regidos de **a** ou **para**, exceto quando expresso por – **me, te, se, lhe, nos, vos**: Dou-**me** os parabéns. – Arrogas-**te** o direito.

Essas classificações diferem das que são dadas pelas gramáticas recentes (entre as quais Ribeiro 1956; Cunha 1976), ao que tudo indica, mais pela terminologia usada do que pela definição propriamente dita.

Em Nicola (1994:260-262), podemos observar que o tratamento da questão se dá da mesma maneira, o que muda é, digamos, a ‘roupagem’ com que o problema é exposto:

Objeto direto é o complemento que se liga diretamente a um verbo transitivo, apresentando-se, portanto, sem preposição. O objeto direto é uma função substantiva da oração, isto é, são os substantivos (ao lado dos pronomes substantivos e numerais) ou palavras substantivadas que

<sup>21</sup> Doravante os grifos em negrito manterão os feitos pelo autor. Os em itálico referem-se aos meus.

exercem esse papel nas orações. No caso dos pronomes oblíquos, os que exercem exclusivamente a função de objeto direto são o, os, a, as. Os pronomes me, te, se, nos e vos podem, de acordo com a transitividade verbal, ser objetos diretos.

E, sobre o objeto indireto, nos diz que

É o complemento que se liga indiretamente a um verbo transitivo, ou seja, a integração entre o verbo e o complemento é feita por intermédio de uma preposição exigida pelo próprio verbo. O objeto indireto também é uma função substantiva da oração. Dentre os pronomes pessoais oblíquos, *lhe e lhes são exclusivamente objetos indiretos quando se referem a um verbo*. Os pronomes me, te, se, nos e vos podem ser objetos indiretos, de acordo com a transitividade verbal.

Sobre a afirmação grifada acima, é preciso que se abra um pequeno parênteses para que se façam algumas observações. As gramáticas – não só as citadas acima, mas, também, a de Cunha (1976) e Cegalla (1976), por exemplo – não mencionam ou ignoram um fenômeno sobre o qual Nascentes (1960:108-113) já chamava atenção: o *lheísmo*<sup>22</sup> em português. Segundo o autor, o pronome de terceira pessoa *lhe* no PB é usado não só como dativo mas, também, como acusativo<sup>23</sup>. Assim como os pronomes de primeira e de segunda pessoas *me* e *te*, que são usados tanto como objeto direto quanto como indireto, também o de terceira pessoa é usado no lugar dos respectivos acusativos *o(s)*, *a(s)*. Dessa forma, frases como “eu *lhe* amo” ou “*lhe* adoro” são visivelmente recorrentes na língua oral, de acordo com o autor, em lugar de “amo-o” ou “adoro-o”<sup>24</sup> que, segundo Nascentes, são apontadas pelos gramáticos como construções viciosas.

Outra questão a ser observada diz respeito à própria definição feita pela gramática acima: *lhe e lhes são exclusivamente objetos indiretos quando se referem a um verbo*. A pergunta que se coloca é: existe objeto, indireto ou direto, que não se refira a verbo? O que se pode depreender dessa definição é de que há uma tentativa de separar o caso dos

<sup>22</sup> Termo criado por analogia com o fenômeno espanhol chamado *leísmo*, segundo Nascentes.

<sup>23</sup> *Dativo e acusativo* são termos da GT que remetem aos casos dativo e acusativo do latim, que correspondem ao objeto indireto e ao objeto direto, respectivamente.

<sup>24</sup> Exemplos do autor.

dativos ético e de posse<sup>25</sup>, já que esses estabelecem um tipo de relação diferente da dos objetos, os quais de fato se referem ao verbo.

Esses exemplos servem para ilustrar o quanto a GT ignora do assunto que se propõe a descrever e o quanto contribui para a estigmatização de formas e usos resultantes do processo evolutivo de um objeto essencialmente dinâmico: a linguagem. Isso demonstra, ainda, quão problemático pode ser o ensino de língua portuguesa no Brasil<sup>26</sup>. Gramáticas como a de Nicola são significativamente difundidas no ensino de primeiro e de segundo graus e servem como referência para professores e alunos.

A respeito da tendência atual de perda progressiva do clítico pronominal de terceira pessoa “o” no português brasileiro, Andrade Berlinck (1996) afirma que esse fenômeno trouxe implicações para a expressão tanto do objeto direto quanto do indireto. Para expressar o objeto direto, por exemplo, a autora afirma que *ao desaparecimento do clítico acusativo corresponde um aumento na utilização do pronome tônico (ele) e da não lexicalização do objeto como meios de expressão desse complemento*. Esse fenômeno, entretanto, não se restringe somente ao objeto direto.

Tratando especificamente do objeto indireto, em amostra de fala informal – composta por 20 horas de gravação com jovens universitários de Curitiba – Andrade Berlinck (1996) estabelece uma tipologia das possibilidades de expressão do objeto indireto, quais sejam: *sintagma preposicionado* (SP) composto das preposições “a” ou “para” (e em alguns casos “em” ou “de”) seguidas de SN; *pronome-objeto*<sup>27</sup>; e *objeto nulo*. Em seus resultados, a autora deixa de lado os casos de objeto nulo e, restringindo-se aos casos em que a posição do objeto indireto era preenchida por uma das estruturas foneticamente realizadas, constata que o tipo de pessoa apresenta comportamento diferenciado: na primeira e na segunda pessoas houve maior tendência ao uso do

<sup>25</sup> Para maiores detalhes a esse respeito remeto o leitor ao item “Dativos ético e de posse” no capítulo *Metodologia* deste trabalho.

<sup>26</sup> Não só essa questão do *lheísmo* mas, também, a do *objeto direto preposicionado*, ou, ainda, dos dativos de posse e ético.

<sup>27</sup> A esse respeito ver o item “pronomes-objeto” deste trabalho.

pronome-objeto, ao contrário da terceira pessoa, na qual houve tendência ao uso do SP.

Em pesquisa posterior, também sobre os objetos indiretos e com base na mesma amostra, Andrade Berlinck (1997) inclui o objeto nulo em sua análise, passando a considerar, então, como possibilidades de realização do objeto indireto, o SP, o pronome-objeto e o objeto nulo. Novamente o tipo de pessoa foi um fator que se destacou. Entretanto, no que diz respeito ao uso de objeto nulo, a primeira e a terceira pessoas apresentaram maiores índices de uso dessa variante, enquanto para segunda pessoa a variante mais usada foi o pronome-objeto.

A partir desses estudos, podemos perceber que a mudança no sistema pronominal pôde ter trazido conseqüências para a expressão dos objetos na língua, embora afirmações fortes a esse respeito exijam o respaldo de um número maior de pesquisas sobre o fenômeno em outros dialetos do PB.

No próximo item, discutiremos a variedade padrão, segundo a GT, para a expressão dos objetos no PB: os pronomes-objeto.

### **2.3 Os pronomes-objeto**

Observe o quadro 1, abaixo:

Quadro 1 – Sistema pronominal vigente nas GTs

Pessoa	Pronomes retos	Pronomes Oblíquos	
	<i>Função de sujeito</i>	<i>Função de OD</i> (formas átonas)	<i>Função de OI</i> (formas átonas e formas tônicas)
1ª singular	eu	me	me / (prep.) mim
2ª singular	tu	te	te / (prep.) ti
3ª singular	ele, ela	o, a	lhe / si, ele, ela
1ª plural	nós	nos	nos / (prep.) nós
2ª plural	vós	vos	vos/ (prep.) vós
3ª plural	eles, elas	os, as	lhes / (prep.) si, eles, elas

Esse quadro<sup>28</sup> tenta descrever, grosso modo, e conforme a GT, o sistema dos pronomes pessoais em função de sujeito ou de objeto. Cada conjunto de formas pode, a meu ver, ser entendida como um microssistema, o que nos daria, em um primeiro momento, um quadro do sistema pronominal como o apresentado acima. Contudo, o quadro apresentado mostra como a GT ignora uma série de mudanças ocorridas nesse sistema, como a arcaização do *vós*; a introdução do *você*; o uso do clítico pronominal *lhe* em função de objeto direto, a queda no uso de “o” como objeto direto<sup>29</sup> e o uso de pronomes-sujeito em função de objeto, para apontar algumas (conferir detalhes na metodologia deste trabalho).

Dentre essas questões interessam sobremaneira as que se referem aos pronomes-objeto, já que nosso trabalho tem como foco a possibilidade de substituição das formas

<sup>28</sup> Esse quadro foi construído com vistas a ressaltar as formas que desempenhariam as funções de sujeito, de um lado, e de objeto, de outro, tal qual concebido pela GT. Quadro semelhante é encontrado em Cegalla (1976) e em Nicola (1994), mas pode ser verificado, com mínimas alterações muitas vezes, nas gramáticas que constam da bibliografia desse trabalho.

<sup>29</sup> Nunes (1994:207) afirma sobre as mudanças observadas nos de terceira pessoa que *os clíticos acusativos de terceira pessoa não fazem parte do vernáculo (...) do português brasileiro. Ao contrário, o uso dessas formas está associado a aprendizado escolar, revela grau de instrução elevado e é identificado com língua escrita e estilo formal.*

que correspondem a primeira e a segunda pessoas por pronomes-sujeito ou por apagamento, também chamado *objeto nulo*<sup>30</sup>. Inúmeras pesquisas sobre o PB têm apontado nessa direção. A abordagem dada ao estudo desse fenômeno varia, naturalmente, de acordo com os objetivos e a inclinação teórica de cada uma. Abaixo, veremos como o assunto tem sido tratado no âmbito da ciência linguística: de um lado por pesquisas variacionistas e, de outro, sob enfoque gerativista.

Embora com perspectivas diferenciadas sobre o fenômeno linguístico em questão, ou seja, a transformação por que passa o quadro dos pronomes-objeto, ambas as vertentes teóricas têm dado grandes contribuições para a discussão do fenômeno.

Omena (1978) se debruçou sobre o comportamento dos pronomes pessoais de terceira pessoa em função de objeto e suas três possibilidades de realização: com *pronome-sujeito* (“eu vi *ele*”); com *clítico pronominal* (“eu *o* vi”); e com *objeto nulo* (“eu vi  $\emptyset$ ”). Duarte (1986, 1989) prevê a retomada do objeto também por um *SN*, em frases do tipo “Ele vai ver a *Dondinha* e o pai da *Dondinha* manda a *Dondinha* entrar, ele pega um facão...” (exemplo de Duarte (1989:20)). Mais à frente retomaremos o trabalho dessa autora.

Nesse trabalho, Omena analisa duas amostras: a primeira composta por um falante universitário – que lhe serviu para avaliação dos grupos de fatores – e a segunda foi composta por quatro falantes de baixa escolaridade. A autora compôs essas duas amostras com o intuito de observar se o grau de escolaridade interferiria nas escolhas dos falantes. Os resultados de ambas amostras mostraram diminuição no uso dos pronomes-objeto de terceira pessoa em virtude do aumento no uso de apagamento<sup>31</sup> e de pronomes-sujeito na função de objeto. Entre os fatores linguísticos utilizados em sua análise, se mostraram condicionadores da aplicação da regra do objeto nulo, os seguintes (pp.44, 124):

<sup>30</sup> A esse respeito ver Omena (1978), Duarte (1986), Cyrino (1994), Pagotto (1994), entre outros.

<sup>31</sup> A autora emprega o termo “apagamento” ou “cancelamento” para se referir ao mesmo fenômeno que, mais tarde, Cyrino (1994) chama de “objeto nulo”, terminologia adotada também em nosso trabalho.

- 1) a *animacidade do referente*: nesse contexto o traço [– animado] favoreceu a aplicação da regra;
- 2) a referência a um antecedente com função de objeto direto; e
- 3) o item apagado exercer apenas uma função dentro da oração<sup>32</sup>.

Dessa forma, podemos observar que a ocorrência do objeto nulo na amostra da autora foi condicionada pelo traço semântico, pela função exercida pelo antecedente e pelo fato de o item apagado ter ou não uma função sintática única.

Outra questão que merece destaque no trabalho de Omena é a constatação de que o fenômeno de substituição do pronome-objeto pelo pronome-sujeito não é uma ocorrência restrita às formas de terceira pessoa. Segundo a autora

Nossos informantes usam, comumente, a par da forma acusativa *me*, de primeira pessoa, a forma subjetiva *eu*, como objeto direto. São do “corpus” observado, entre outras, as seguintes ocorrências: “puxare (sic) eu pelo cabelo”, “me pegava pelo cabelo”, “xingó eu”, “perguntaro eu se eu era morena”, “ele não vai trocá eu por ela”, “e se um dia ele me chutá? Enjuá de mim? Mandá me chutá eu, mandá eu andá pra frente?” Tais ocorrências apareceram também em cantigas populares. Com a primeira pessoa do plural, há exemplos como: “tinha enconvidado ele prá levá nós”. Quanto à segunda pessoa, não observamos nenhuma ocorrência de troca, se bem que a forma do singular mais usada no dialeto de nossos informantes seja o pronome de tratamento *você* e não *tu*. O plural *vós* nunca ocorre. (1978: 120)

Essa observação corrobora nossa suposição de que não só os pronomes-objeto de terceira pessoa têm sofrido mudanças mas que os de primeira e de segunda pessoas apresentam alterações que apontam na mesma direção. Em outras palavras, nossa hipótese de trabalho é de que os pronomes-objeto de primeira e de segunda pessoas – variante padrão no PB para a função de objeto – estão perdendo terreno e estão em franca concorrência com outras duas variantes: pronomes-sujeito, de um lado, e objeto nulo, de outro.

---

<sup>32</sup> Nesse aspecto, a autora refere-se a contextos em que o item desempenha a função de objeto da oração principal e sujeito da encaixada, como em “se não dá pra fazer aqui e não querem deixar *ela* ir pra fora, *ela* não faz” (Omena 1978: 31).

Outro trabalho de orientação variacionista é o de Duarte (1986), cujo foco se centra também sobre a variação no uso dos pronomes-objeto de terceira pessoa. Partindo do pressuposto de que faixa etária e nível de escolaridade mais altos favorecem o uso da variante padrão e do objeto nulo – que socialmente não é estigmatizado, conforme a autora –, Duarte trabalha com um *corpus* que abrange entrevistas com informantes paulistanos, fala veiculada pela televisão e dados de língua escrita.

Seus resultados com relação ao fator *animacidade* do referente confirmaram os de Omena (1978): no *corpus* da pesquisa de Duarte (1986:26), houve alta incidência de preenchimento do objeto com pronomes-objeto quando o traço [+ animado] se apresentou e, ao contrário, forte tendência ao uso do objeto nulo quando o objeto se referiu a um antecedente [– animado]. Comparando a fala de seus entrevistados com a das novelas, a autora constatou em ambas baixo índice de uso de pronomes-objeto, uso moderado de pronomes-sujeito e SNs, e elevado índice de objeto nulo. A autora concluiu que o fator escolaridade e faixa etária se mostraram de extrema relevância em sua amostra, na medida em que interagiram com os condicionamentos lingüísticos na aplicação da regra do objeto nulo. Segundo Duarte, *para o informante mais velho com nível de escolaridade mais alto, é comum o uso da categoria vazia com traço [+ animado] não só em estruturas simples mas também em complexas* (p.56).

Do ponto de vista da gramática gerativa, o fenômeno parece envolver outras questões, como indicam os trabalhos de Cyrino (1990; 1996), Galves (1996), Pagotto (1996), Nunes (1996), entre outros.

Vejamos primeiramente Cyrino (1990, 1996). O ponto de partida da pesquisa da autora foi a observação das diferenças entre o PB e o português europeu (doravante PE) com relação ao objeto nulo. No PE, segundo a autora, o objeto nulo pode ocorrer em construções específicas e foi analisado por Raposo (1986 *apud* Cyrino (1996: 164)) como



uma *variável*, um vestígio<sup>33</sup> deixado pelo movimento de uma categoria vazia para uma posição de operador nulo. O objeto nulo do PB, por sua vez, é considerado como uma categoria vazia do tipo *pro*<sup>34</sup>. A hipótese da pesquisadora é de que uma alteração lingüística deve ter ocorrido no estatuto da categoria vazia, uma vez que, afirma, *o PB tem sua origem no PE*, sem esclarecer, entretanto, a que momento da evolução do PE ela se refere.

Em estudo anterior, Cyrino relacionou o aumento da ocorrência de objetos nulos com a perda do clítico pronominal de terceira pessoa. Em seus dados constatou, também, a ocorrência de pronomes-sujeito em posição de objeto a partir do séc. XIX<sup>35</sup>.

De acordo com Cyrino, a mudança no quadro dos pronomes-objeto envolve dois pontos: sua posição mudou, de um lado, e houve uma queda em sua ocorrência, de outro. Com relação ao primeiro aspecto, a autora conclui que a ênclise foi abandonada progressivamente e a ocorrência de “clitic climbing” (subida do clítico) foi sendo restringida ao longo do tempo, com o clítico pronominal fixando-se ao verbo mais baixo<sup>36</sup>. Assim, construções como “Faz mal, ele é o relógio da vida. Quem o não consulta anda naturalmente fora do tempo” (exemplo que extraí de Machado de Assis, “A mão e a luva” 1997:58) deixaram de existir.

A perda da ênclise, para a autora, está relacionada ao fenômeno do objeto nulo, mas para que isso se confirme sugere novos estudos mais abrangentes.

Essa hipótese, contudo, não nos parece muito consistente pois os pronomes átonos de primeira e de segunda pessoas – *me*, *te* e *nos*, por exemplo – continuam existindo e não

<sup>33</sup> A autora, ao usar o termo “vestígio” ao lado de “variável” para designar o tipo de categoria vazia que é o objeto nulo no PB, cria, a meu ver, uma certa confusão, já que na teoria gerativa cada uma, junto com *pro* e *PRO*, refere-se a um tipo específico de categoria.

<sup>34</sup> Esse conceito é definido na Teoria da Regência e Vinculação. Nessa teoria, *pro* (“prozinho”) compõe o quadro das categorias vazias, quais sejam: o *vestígio*, a *variável*, o *PRO* (“prozão”) e o *pro*. Esse último se diferencia dos outros por ser caracterizado pelos traços [- anafórico, +pronominal].

<sup>35</sup> O *corpus* dessa pesquisa foi composto por textos de peças de teatro dos séculos XVIII, XIX e XX.

<sup>36</sup> Essa opinião é compartilhada por Pagotto (1996:190-91) que postula ainda que o português clássico possuía movimento do clítico e movimento do verbo. No processo de mudança, o PB teria perdido tais movimentos ou esses teriam se restringido significativamente.

mantiveram a ênclise.

O outro ponto que Cyrino destaca como relacionado à mudança diz respeito à queda dos pronomes-objeto de terceira pessoa.

A autora observa que o clítico pronominal de terceira pessoa foi o primeiro a cair e dentro desse quadro o “o” e suas variantes foi o primeiro a ser atingido pela mudança. Essa queda, para a autora, pode ser um fator importante para a confirmação de sua hipótese de que a queda do clítico pronominal no PB está relacionada com a “refixação do parâmetro do objeto nulo”. De acordo com Cyrino (1996:175)

*Através da análise de dados diacrônicos, há motivos para supor que a reanálise que levou ao objeto nulo do PB estaria relacionada às reanálises diacrônicas que levaram à mudança no sistema de clíticos dessa língua. Todas essas mudanças teriam tido como consequência, então, a refixação do parâmetro relacionado ao objeto nulo.*

Contudo, afirma que os estudos sobre esse fenômeno não têm sido suficientes para que se saiba qual clítico pronominal de fato desapareceu do PB. Observa, também, que esses estudos não mostram o que acontece com os outros pronomes-objeto, os de primeira e de segunda pessoas ou mesmo com o clítico pronominal proposicional de terceira pessoa<sup>37</sup>.

Galves (1996), com base em resultados de Tarallo (1983,1992 *apud* Galves (1996:388)), observa que nos dados de 1825 e de 1981, ou seja, no espaço de pouco mais de 150 anos, houve uma inversão total de valores para sujeito e objeto<sup>38</sup> – em 1825 a posição de objeto era preenchida em 83,7% dos casos, contra 16,4% para a posição de sujeito; em 1981, a de sujeito passou a ser preenchida em 79,4% dos casos, contra 18,2% para a de objeto – , apontando para uma maior “retenção pronominal” na posição de sujeito e menor na posição de objeto, isto é, sujeito preenchido e objeto nulo.

<sup>37</sup> Aqueles em que o clítico pronominal retoma não só um SN, por exemplo, mas todo um enunciado. Para ilustrar, vejamos o seguinte exemplo (meu): “Maria comprou um batom novo e João *o* sabe”. Nesse exemplo o “o” grifado retoma todo o enunciado anterior “Maria comprou um batom novo” e não só o SN “Maria”.

<sup>38</sup> A esse respeito, Duarte (1986:2) afirma que *a tendência à realização fonológica do sujeito parece crescer na mesma medida em que cresce a tendência à não realização do objeto direto anafórico.*

Para Galves, assim como vimos em Cyrino (1996), o objeto nulo tem um comportamento diferente no PE e no PB. No PE, afirma, a ocorrência de objeto nulo é limitada a certas estruturas e no PB parece ser irrestrito, opinião compartilhada por Pagotto (1996). Segundo Galves (1996:389),

essa diferença de comportamento tem sido interpretada, no quadro gerativo, como reflexo do fato de que no PE [o objeto nulo é] um elemento de mesma natureza do que os vestígios de movimento de elementos-QU, que são fortemente submetidos a restrições de localidade, enquanto que no PB se trata de um pronome nulo, livre de co-referir, em qualquer contexto, com um elemento do contexto lingüístico ou extralingüístico.

Todos esses trabalhos mostram que o quadro dos pronomes não corresponde ao estabelecido pela GT, já que formas caíram ou estão caindo em desuso, outras acumularam novas funções sintáticas e outras, ainda, surgiram como novas alternativas para a expressão de determinada função na frase. No âmbito dos pronomes-objeto, podemos ver que essas estruturas estão em franca competição com outras formas que também desempenham a mesma função de objeto – entre elas o objeto nulo que veremos a seguir.

## **2.4 Considerações sobre a natureza do objeto nulo**

No estudo do fenômeno de apagamento de elementos em uma posição funcional na sintaxe, não são poucos os termos empregados para definir o que seja essa estrutura foneticamente nula – termo usado por Cyrino (1994) – e que se alterna com outras foneticamente realizadas.

A GT, por exemplo, denomina de “elipse” o fenômeno aqui apontado e costuma considerá-lo como recurso estilístico. Cegalla (1976: 402), classificando-a como uma

*figura de construção*, conceitua a elipse como *omissão de um termo ou oração que facilmente podemos subentender no contexto. É uma espécie de economia de palavras*; em seguida, passa a apresentar os tipos mais comuns de elipse – de preposição, de conjunção, de oração etc.

De fato, o reconhecimento de que a ausência de realização fonética – em uma determinada estrutura na frase – caracteriza uma estrutura lingüística que se opõe a outras foneticamente realizadas não é recente. Robins (1979), por exemplo, observa que, em 600 ou 300 a.C., Pānini, gramático hindu considerado por muitos o primeiro gramático a sistematizar a descrição lingüística, já havia estabelecido uma categoria a qual chamou *grau zero*<sup>39</sup>.

Na lingüística moderna, Saussure (1970: 102), por sua vez, reconhece que na língua *o signo material não é necessário para exprimir uma idéia, a língua pode contentar-se com a oposição de alguma coisa com nada*.

Mattoso Câmara Jr. (1995:72) chama de “morfema gramatical zero”, e faz uso de (Ø) para simbolizá-lo. Para o autor, o “zero” é *a ausência de um morfema, num dado vocábulo, que aparece noutra vocábulo e estabelece com o primeiro uma oposição significativa*. Um exemplo dessa oposição significativa seria a distinção singular/plural para os nomes no português, no qual palavras como menino(Ø) / menino(s) são reconhecidos como singular e plural pela ausência de um morfema realizado foneticamente, no primeiro, e o morfema de plural /S/, no segundo.

No quadro da sociolingüística, o apagamento tem sido interpretado como um recurso de que a língua dispõe para evitar possíveis ambigüidades ou problemas de interpretação. No que diz respeito ao apagamento do objeto – o objeto nulo –, mais do que isso: é uma forma não-estigmatizada (cf. Duarte 1986) que, no português brasileiro, vem co-ocorrendo e concorrendo com outras formas realizadas foneticamente – como sintagmas nominais e pronomes-objeto, por exemplo. Nesse sentido, é possível interpretar essa ausência de preenchimento tanto do ponto vista sintagmático – na medida em que se

---

<sup>39</sup> A esse respeito, remeto o leitor a Robins (1979).

estabelece uma relação significativa entre o antecedente e o apagamento e essa relação serve de critério para que se determine ou não um dado como objeto nulo – quanto do ponto de vista paradigmático – já que a forma vazia, encontrada na função de objeto, se opõe às formas plenas e compõe, juntamente com essas, um paradigma de formas capazes de desempenhar a função de objeto ( $\emptyset$ , *me*, *pra mim*, *eu*, para exemplificar).

Contudo, como observa Monteiro (1994: 65), é no âmbito da teoria gerativa que encontramos grande parte dos trabalhos realizados sobre o assunto:

(...) a verdade é que o apagamento do objeto anafórico constitui um assunto que, correlacionado ou não ao problema do sujeito nulo, é tido como da maior importância para a descrição das línguas. Tal relevância é medida pela quantidade incalculável de trabalhos publicados, a maioria dos quais dentro da gramática gerativa, desde sua versão inicial (Teoria Padrão) até a Teoria da Regência e Ligação.

De fato, o primeiro a propor uma análise minuciosa do apagamento e, com isso, a considerá-lo como um fenômeno não-homogêneo, foi Chomsky (1982, *apud* Cyrino (1994)). Utilizando o termo *categoria vazia*, Chomsky considerou dois pares de traços distintivos para estabelecer e classificar os tipos de categorias vazias existentes nas línguas. A partir da combinação dos traços [+ – anafórico] e [+ – pronominal], o autor estabelece quatro tipos possíveis de categorias vazias: o *vestígio* – que contém os traços [+ anafórico, – pronominal]; o *pro* (“prozinho”) – caracterizado pelos traços [– anafórico, + pronominal]; a *variável* – [– anafórico, – pronominal]; e o *PRO* (“prozão”) – [+ anafórico, + pronominal]<sup>40</sup>. Essa classificação apresenta, grosso modo, as seguintes implicações sintáticas :

- a categoria vazia *vestígio* resulta do movimento de DPs<sup>41</sup> da posição de complemento<sup>42</sup> para uma posição mais alta, portanto, tem que ter um

<sup>40</sup> Para maiores detalhes, remeto o leitor a Mioto *et alii* (1999: 166).

<sup>41</sup> Do inglês *Determiner Phrase*. Na teoria gerativa, o DP é uma categoria funcional que domina a categoria lexical NP (*Noun Phrase*). O NP, por sua vez, é uma categoria lexical e é definido pela combinação de traços [+ nominal, – verbal].

<sup>42</sup> Conforme definido pela gerativa.

antecedente como a *anáfora* ;

- a categoria *pro* não precisa necessariamente de antecedente, como o *pronome*;
- a categoria *variável* tem seu antecedente em uma posição A-barra, nas quais os traços [anafórico] e [pronominal] não se aplicam, como a *expressão-R*<sup>43</sup>;
- o *PRO* é controlado pelo sujeito da matriz<sup>44</sup> e tem como posição ideal de ocorrência a mais alta do infinitivo pessoal.

Os dois traços apresentados acima estão relacionados aos conceitos de *pronome* e *anáfora*, definidos na Teoria da Regência e Vinculação<sup>45</sup>. Nessa teoria, pronome e anáfora se distinguem pelas propriedades que possuem. Mioto *et alii* (1999: 160-161) descrevem como propriedades dos *pronomes* as seguintes:

[o pronome] pode ter um antecedente, mas não é necessária a presença de um; se houver antecedente, ele não pode c-comandar o pronome dentro de um certo domínio, mas pode c-comandá-lo fora deste domínio; aparentemente este “domínio de vinculação” é o mesmo que conta para a anáfora, dada a distribuição complementar que existe entre pronomes e anáforas.

Com relação à *anáfora*, afirma que essa deve ter

um antecedente, isto é, um elemento de mesmo índice; este antecedente deve c-comandar a anáfora; este antecedente deve estar dentro de um certo domínio, chamado “domínio de vinculação”, que parece depender da presença de um sujeito e de mais alguma coisa para ser corretamente definido.

Dadas as devidas definições, chegamos aos princípios universais que regem uma e outra categoria, o princípio *B* e o *A* respectivamente: *um pronome tem que estar livre em seu domínio de vinculação; uma anáfora tem que estar vinculada em seu domínio de*

<sup>43</sup> Segundo Mioto *et alii* (1999: 158), *expressões referenciais (Expressões-R)* são elementos que têm *autonomia referencial*, ou seja, não necessitam de antecedente. Para ilustrar, observe o exemplo, meu, a seguir: “João saiu”. Nesse exemplo, “João” é a *Expressão-R*, pois não precisa de nenhum outro elemento para estabelecer a “ligação”, digamos assim, com sua referência.

<sup>44</sup> Oração mais alta no esquema arbóreo da gramática gerativa.

<sup>45</sup> A esse respeito, ver Mioto *et alii* (1999).

*vinculação*<sup>46</sup>. Não vamos aqui discutir “domínio de vinculação” porque isso está além de nossos propósitos. Basta ter em mente que a anáfora é presa, ou seja, co-indexada a um referente em um certo domínio e o pronome, ao contrário, não pode ter um referente com o mesmo índice em seu domínio de vinculação.

Com base nesses aspectos, a tipologia empregada para a categoria vazia serve para destrinchar as especificidades que subjazem a esse conceito. Para nosso trabalho, é a discussão sobre a categoria vazia que ocorre na posição de objeto que interessa, a qual chamaremos de *objeto nulo*<sup>47</sup>, estabelecendo assim uma oposição com as categorias vazias que aparecem em posição de sujeito – para ilustrar.

Parece, entretanto, que há uma questão a ser ressaltada antes de se estabelecer os tipos de categoria vazia existentes: como reconhecer uma categoria vazia já que não é representada foneticamente?

De acordo com Cyrino (1994: capítulo 2, p.2), para que a categoria vazia seja reconhecida é necessário que atenda a dois critérios: o do *licenciamento* e o da *identificação*<sup>48</sup>. Em outras palavras, que seja licenciada – ou seja, que mostre indícios de que existe – e que seu conteúdo possa ser recuperado – ou identificado –, pois, observa a autora, são nulas do ponto de vista fonético. Esses dois critérios parecem ser de grande auxílio para a identificação do que pode ou não ser considerado categoria vazia, já que essa tarefa nem sempre é das mais fáceis. No caso do objeto nulo, uma vez estabelecido que existe uma categoria vazia desempenhando a função de objeto, entra em discussão, na teoria gerativa, qual seria o tipo de categoria (*pro*, *PRO*, *variável* ou *vestígio*) que estaria

<sup>46</sup> De acordo Com Miotto *et alii* (1999: 162), “Domínio de Vinculação” de um elemento “ $\alpha$ ”, por exemplo, é o XP mínimo que contém “ $\alpha$ ” e (i) um sujeito que é distinto de “ $\alpha$ ” e que não contém “ $\alpha$ ” ou (ii) a flexão que atribui Caso Nominativo para “ $\alpha$ ”. Assim, no exemplo “João saiu”, já mencionado na nota 39, o DP tem como domínio de vinculação IP, pois recebe Caso Nominativo da flexão – o que preenche, segundo o autor, a cláusula (ii) da definição acima. Já no exemplo “João ama Maria” o domínio de vinculação de “Maria” é o VP, pois esse é o XP mínimo que preenche a exigência da cláusula (i).

<sup>47</sup> Conforme terminologia adotada por Cyrino (1994).

<sup>48</sup> O licenciamento é estabelecido, segundo a autora, pelo “Princípio das Categorias Vazias”, o qual determina como condição *sine qua non* que a categoria vazia deva ser “regida por um regente apropriado”, o que vai depender do tipo de categoria em jogo. Já o critério de identificação requer que a categoria vazia tenha um *identificador* de seu conteúdo.

em jogo. Para Cyrino (1994: 2), somente duas categorias podem desempenhar a função de objeto: a *variável* e o *pro*, o que, afirma, estabelece *as diferenças nas análises do objeto nulo em diversas línguas*. Contudo, essa questão não é ponto pacífico entre os pesquisadores dessa linha, pois a natureza do objeto nulo não é entendida como homogênea, ou seja, sob o fenômeno há estruturas, digamos assim, de tipos diferenciados e que fazem com que o fenômeno do objeto nulo se dê de modo diferente nas línguas.

Contudo, Cyrino (1994: 15) observa que

independentemente de qual seja a correta representação da categoria vazia em posição de objeto, o chamado “objeto nulo” sempre tem um antecedente, sempre faz referência a um NP, seja no discurso anterior, seja na situação (dêitico). O objeto nulo é mais um recurso das línguas para se referir a um elemento já mencionado.

Como vemos, a natureza do objeto nulo oferece ampla área de estudo aos pesquisadores, e a discussão em torno do tema parece estar longe de acabar.

Por outro lado, a despeito da grande contribuição propiciada pela teoria gerativa, não faz parte dos objetivos dessa pesquisa estabelecer o tipo de categoria vazia que desempenha a função de objeto nulo no português brasileiro. Por ora interessa-nos estabelecer, na medida do possível, critérios que propiciem o reconhecimento do objeto nulo, tarefa, como já dissemos, nem sempre muito fácil, principalmente quando os dados analisados são de língua oral.

Em nossa pesquisa, temos o intuito de analisar a variação que, supomos, está ocorrendo no quadro dos pronomes-objeto – considerados pela tradição gramatical como a variedade padrão do objeto – de primeira e de segunda pessoas e o objeto nulo é interpretado como uma das possíveis formas de realização do objeto, da mesma maneira que os pronomes-objeto (*me, te, nos ...*) e que os pronomes-sujeito (*eu, tu ...*).

Dessa forma, procuramos nos cercar de instrumentos que possibilitassem o reconhecimento do objeto nulo. Um desses instrumentos foi o que Cyrino chamou de *identificação*, isto é, a possibilidade de que o conteúdo referencial possa ser recuperado.

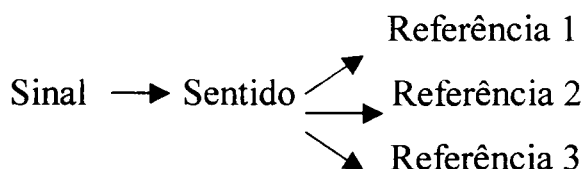
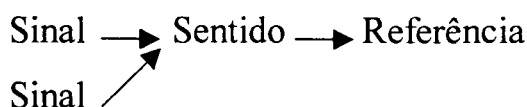


No que diz respeito à referencialidade, procuramos apoio na discussão de Frege (*apud* Costa (1992)).

Na teoria do significado de Frege – baseada na distinção entre *sentido* e *referência* – referir significa “apontar” para uma coisa no mundo. Em outras palavras, a referência estabelece uma relação em que um objeto no mundo é selecionado. De acordo com Costa (1992: 36)

Frases do tipo “a = b” podem ocorrer também em nossa linguagem factual ou empírica, como é o caso das frases “A estrela da manhã é a estrela da tarde” e “O monte Everest é o Chomolungma”. Característico destas frases é que os nomes, ou, como preferiremos chamar, as expressões nominais ‘a’ e ‘b’ se referem sempre a uma mesma coisa: um mesmo número, um mesmo planeta (Vênus), uma mesma montanha.

Podemos deduzir, ainda, que o caminho inverso também é verdadeiro, ou seja, se de um lado temos que as expressões nominais – no caso do exemplo do autor, “estrela da manhã” e “estrela da tarde”, para ilustrar – apontam para uma coisa no mundo, a “coisa” pode ser referida por mais de uma estrutura lingüística, ou sinal. Em Frege (1978: 63), o autor menciona o fato de que é possível que um sinal possa ter *sentidos* diferentes, o que o faria apontar para mais de uma referência. Podemos observar melhor essa questão nos esquemas apresentados abaixo:



Pensando no objeto nulo, podemos estabelecer como esquema mais adequado para a recuperação do referente do objeto nulo o primeiro, no qual diferentes estruturas – no nosso caso, *pronomes-objeto*, *pronomes-sujeito* em função de objeto e o *objeto nulo* – selecionam o mesmo referente no mundo. Assim, estabelecemos como critério para considerar ou não um dado de objeto nulo: de um lado, a recuperabilidade do conteúdo referencial – proporcionada por alguma estrutura antecedente ou posterior – e a possibilidade de recuperar um único referente.

Veremos, mais adiante quando tratarmos especificamente da metodologia, quais os casos encontrados e como foram considerados.

A seguir, passaremos à apresentação da perspectiva teórica que norteia nossa pesquisa.

### 3 PERSPECTIVA TEÓRICA

#### 3.1 Introdução

Inúmeras têm sido as propostas teóricas para o estudo dos aspectos lingüísticos que caracterizam a espécie humana. Algumas dessas propostas interpretam a linguagem como um sistema invariante e homogêneo, por vezes sujeito a variações de caráter aleatório e assistemático. Outras, contudo, distinguem na linguagem dois aspectos: de um lado, a língua propriamente dita – sistema complexo e invariante compartilhado por todos os falantes de um determinado grupo – e, de outro, a fala (ou discurso) – parte, digamos, individual da linguagem na qual se processam a variação e a heterogeneidade lingüísticas.

Saussure (1971:22), um dos defensores de maior expressão dessa abordagem, decompondo a linguagem humana em dois focos, “língua” e “fala”, afirma que *língua é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade. (...) a língua assim delimitada é de natureza homogênea*. O autor observa, ainda, que na teoria da linguagem é preciso que se escolha entre um ou outro desses aspectos pois não é possível conciliá-los. Contudo, ressalva, *pode-se, a rigor, conservar o nome de Lingüística para cada uma dessas duas disciplinas e falar duma Lingüística da fala. Será, porém, necessário não confundi-la com a Lingüística propriamente dita, aquela cujo único objeto é a língua* (1971:28). Dessa forma, o autor exclui de seu recorte metodológico a preocupação com os elementos de caráter sociocultural e pressupõe a homogeneidade como uma questão básica para os estudos lingüísticos.

Essa proposta – de que o objeto por excelência da lingüística seria o sistema complexo e abstrato, chamado “língua” – e a dicotomia estabelecidas por Saussure foram

de certa maneira incorporadas<sup>49</sup> por Chomsky e, no caso da primeira, levadas ao extremo: esse sistema deixa de existir virtualmente no cérebro e passa a ser uma parte “física” do corpo humano. De um ponto de vista internalista, Chomsky (2000), afirma que a capacidade lingüística é uma característica inata humana e o sistema cognitivo da linguagem deve ser estudado da mesma maneira que os órgãos biológicos do corpo humano. As questões da mente, para ele, são tão reais e materiais quanto quaisquer outros aspectos “visíveis ou palpáveis” do mundo e devem ser estudados pelo método que a seu ver é o científico por excelência: a pesquisa naturalística. Elementos como *cérebro*, *faculdade da linguagem*, *I-língua* (termo técnico para designar “internalizada e individual”) e seus componentes são entendidos como objetos naturais genuínos para esse tipo de pesquisa<sup>50</sup>.

Entretanto, questões, por exemplo, como as que Bruner (Vigotski 1996:7) ressalta, de que *o homem é modelado pelas ferramentas que usa, e nem a mente nem a mão podem, isoladamente, realizar muito*, parecem nada ter a dizer à teoria de Chomsky. Não importam os aspectos externos da linguagem. Para ele, nada do que está fora desse “órgão mental” chamado *faculdade da linguagem* importa para a pesquisa lingüística que ele se propõe a fazer. Suas preocupações dizem respeito ao caráter geneticamente determinado da linguagem que, argumenta, caracterizam a espécie humana.

---

<sup>49</sup> Com relação à dicotomia língua/fala (*langue/parole*), Chomsky estabelece os termos *competência*, para essa capacidade de linguagem comum aos seres humanos, e *performance*, que designa o uso que cada indivíduo faz dessa capacidade. Vale ressaltar, no entanto, que Chomsky, diferentemente de Saussure, envereda para o campo do internalismo. Se Saussure, por um lado, afirma que *a linguagem é um fato social* (1971:14), Chomsky, por outro, afirma que a linguagem humana *seems to be a true “species property”, varying little among humans and without significant analogue elsewhere.* (2000:3) (“[a linguagem] parece ser uma verdadeira “propriedade da espécie”, alterando-se um pouco entre os humanos e sem análogo significativo em outra parte”). Nesse sentido, Chomsky interpreta a faculdade da linguagem humana como um “órgão da linguagem” da mesma maneira que os cientistas falam de sistema visual ou sistema imunológico, ou seja, como órgãos do corpo humano. Indo além, Chomsky afirma que *we assume further that the language organ is like others in that its basic character is an expressions of the genes* (“nós admitimos, além disso, que o órgão da linguagem é como outros em que seu caráter básico é uma expressão dos genes”) [traduções minhas]. Portanto, de uma capacidade comum aos seres humanos, a linguagem passa a ser entendida, por Chomsky, como uma característica geneticamente determinada.

<sup>50</sup> Para maiores detalhes, remeto o leitor a Chomsky (2000: capítulo V).

Em linhas gerais, podemos ver que, tanto para Saussure quanto para Chomsky, as questões da “fala” – termo que, segundo Saussure (1979), abriga os fenômenos de variação e a heterogeneidade – foram postas de lado no estudo lingüístico e, quando estudados, os fenômenos da variação mantiveram seu caráter assistemático e irregular.

Por outro lado, na primeira metade do séc. XX, o estudo de certas correlações entre língua e fatores sociais – que como podemos ver não eram foco das correntes lingüísticas representadas pelos autores acima citados – vinham sendo desenvolvidas por estudiosos de outras áreas, como antropologia e sociologia. O próprio termo “sociolingüística” só veio a ser cunhado muito posteriormente, pois levou tempo até que se estabelecesse o escopo dessa área da ciência lingüística, que teria como base a heterogeneidade da língua e a relação língua-sociedade.

A esse respeito Bright (1974:17) afirma que

(...) é correto afirmar que os estudos sociolingüísticos, da mesma forma que os abarcados sob o nome “sociologia da linguagem”, tratam das relações entre língua e sociedade. Mas tal afirmação é excessivamente vaga. Se tentarmos ser mais exatos, observaremos que a sociolingüística difere de algumas preocupações anteriores com as relações língua-sociedade, pelo fato de que, seguindo novas perspectivas da própria lingüística, considera tanto a língua quanto a sociedade como sendo uma estrutura e não uma coleção de itens.

A tarefa da sociolingüística é, portanto, demonstrar a covariação sistemática das variações lingüística e social e, talvez, até mesmo demonstrar uma relação causal em uma ou outra direção.

Assim, a própria questão terminológica denota a busca de uma delimitação mais específica com vistas a estabelecer o enfoque que se pretende dar ao estudo das línguas e sua relação com a sociedade na qual estão inseridas.

Nesse sentido, os estudos de Weinreich, Labov e Herzog (1968: 100) inauguram nos estudos sociolingüísticos uma nova abordagem, mais específica, para os fenômenos da variação e da mudança lingüísticas. Nesse trabalho, os autores acima se propõem a estabelecer a “theory of language change” (teoria da mudança lingüística) e, sobre isso, salientam que

The key to a rational conception of language change – indeed, of language itself – is the possibility of describing orderly differentiation in a language serving a community. We will argue that nativelike command of heterogeneous structures is not a matter of multidialectalism or “mere” performance, but is part of unilingual linguistic competence.<sup>51</sup>

Como vemos, a variação encontrada nas línguas passa a ser interpretada, então, como característica inerente ao sistema lingüístico abstrato.

Os pressupostos teóricos e orientações metodológicas dessa abordagem, chamada sociolingüística variacionista, constituem o aparato teórico utilizado em nossa pesquisa e serão apresentados a seguir.

### 3.2 A sociolingüística variacionista e Labov

A sociolingüística variacionista é uma abordagem que procura tratar a variação lingüística como um fenômeno não-aleatório e sistemático. Dessa perspectiva, a variação deixa de ser tratada como característica exclusiva da fala e passa a ser interpretada como essencial à própria natureza da linguagem e condição do próprio sistema lingüístico.

E é a partir dos trabalhos de William Labov que se inaugura um método de pesquisa capaz de dar conta dessa interpretação para o fenômeno da variação. Esse linguista introduz métodos empíricos na análise lingüística com o intuito de oferecer um instrumental capaz de localizar a mudança a partir de formas em uso e tratar as estruturas internas da variação. Segundo suas observações, pela correlação entre um padrão lingüístico complexo e diferenças paralelas na estrutura social, é possível isolar os fatores que agem diretamente sobre os processos lingüísticos.

---

<sup>51</sup> “A chave para uma concepção racional da mudança da linguagem – de fato, da linguagem propriamente – é a possibilidade de descrever ordenadamente a diferenciação em uma linguagem que serve uma comunidade. Nos argumentaremos que os comandos naturais de estruturas heterogêneas não são um problema de multidialectalismo ou “mera” performance, mas é parte da competência lingüística unilingual”. [Tradução minha].

Através dos estudos de caso de Labov (1972) – o primeiro sobre ditongos na ilha de Martha's Vineyard e o outro sobre estratificação social em Nova Iorque –, se começa a observar que as formas que estão em variação revelam padrões de regularidade. Muitas dessas variações, ressalta o autor, ocorrem somente uma vez e são extintas tão rapidamente quanto surgem. Mas, algumas podem se difundir para um ponto no qual novas formas passam a contrastar com formas antigas, em uma ampla frente. E, finalmente, em estágios posteriores, uma das duas formas triunfa sobre a outra e a regularidade no uso da forma vencedora se estabelece. Assim, a variação pode levar – mas não necessariamente – à mudança.

Sobre Labov, Santos (1996:12,13) observa que

[Labov] substitui as regras categóricas e opcionais manuseadas naquela gramática [gerativa] pelo conceito de *regra variável*. Desenham-se, por esta via, os contornos de uma teoria lingüística que reconhece e integra a heterogeneidade ordenada das línguas (...) e legitima o princípio metodológico dos *corpora* reais (à semelhança do que já praticava a dialectologia). A sociolingüística não se restringe, portanto, ao plano da mera actuação: ao provar que a variação (considerada irregular e externa ao sistema e, por isso, relegada para a “estrutura de superfície” [na gerativa]) não só era sistemática, como era imanente a todas as línguas, a sociolingüística vem contribuir decisivamente para a clarificação do funcionamento destas.

(...) Por outro lado, a observação directa e prioritária da variação interna da comunidade conduz o sociolingüista não só à percepção da mudança lingüística em curso, como à observação do próprio mecanismo da mudança.

A análise de *regra variável* foi desenvolvida na sociolingüística variacionista como uma forma de dar conta da variação governada por regras na língua. A *regra variável* é a variação lingüística que sistematicamente mostra taxas mais altas ou mais baixas de ocorrência de uma determinada estrutura em determinados ambientes.

Outro aspecto importante, estabelecido na metodologia laboviana, a partir de Weinreich, Labov e Herzog (1968), que possibilita ao sociolingüista observar as variações e mudanças lingüísticas que estão ocorrendo é o que se denominou *mudança em tempo aparente*. Analisando comparativamente as falas de grupos etários mais velhos e mais jovens de uma determinada comunidade, pode-se detectar uma mudança lingüística em curso. Assim, se uma forma tem maior incidência no grupo etário mais jovem e, à

medida que nos dirigimos ao grupo etário mais velho ela diminui, podemos estar diante de uma mudança em progresso, com a forma inovadora ganhando terreno na população mais jovem.

Ao lado da análise em tempo aparente temos, ainda, a análise *em tempo real* que consiste em observar a evolução de um fenômeno lingüístico em um determinado período de tempo. No caso de um estudo realizado em uma determinada comunidade de fala, o pesquisador pode tentar reencontrar os mesmos informantes após um longo período – de 20 ou 30 anos, por exemplo –, se isso, claro, for possível, ou entrevistar outros na mesma faixa etária e que possuam o mesmo perfil social dos informantes selecionados anteriormente. Dessa forma, e combinando duas análises diferentes, podemos observar como a variação se processa em uma determinada comunidade, e mesmo se uma mudança está em andamento.

Por outro lado, a variação é considerada como resultante da influência de um conjunto de fatores lingüísticos – que podem ser de caráter fonético, fonológico, morfológico, sintático e semântico – e extralingüísticos – tais como, sexo, escolaridade, idade, entre outros. É na tensão provocada pelas pressões internas e pelas externas que surge a variação no sistema lingüístico.

Assim, no que diz respeito ao quadro dos pronomes-objeto, consideramos que a variação encontrada nesse área do sistema pronominal é um fenômeno sistemático e regulado por fatores de ordem social e pressões internas ao próprio sistema lingüístico e, através do suporte metodológico e teórico da sociolingüística laboviana, tentaremos identificar e analisar os grupos de fatores que podem estar regulando a mudança no quadro dos pronomes-objeto de primeira e de segunda pessoas.

Assim, no próximo capítulo – Metodologia – veremos os procedimentos adotados em nossa pesquisa, desde a etapa de seleção dos dados – critérios adotados e orientações seguidas – até a análise dos resultados obtidos.



## 4 METODOLOGIA

### 4.1 Objetivos e hipóteses

Essa pesquisa tem como objetivo geral analisar o comportamento dos *pronomes-objeto* de primeira e de segunda pessoas em função de objeto direto e de objeto indireto e observar se há variação no uso desses nos *corpora* analisados. Esses são compostos por 24 entrevistas de cada uma das três capitais do Sul do Brasil, que fazem parte do banco de dados do projeto Variação Lingüística Urbana na Região Sul (daqui em diante Varsul). A hipótese central que norteia nosso trabalho é a de que a variante *pronome-objeto* – que inclui *clítico pronominal* e *forma tônica*, consideradas formas-padrão pela GT para a função de objeto – está em concorrência com outras formas para expressar os objetos diretos e indiretos nos dialetos de Florianópolis, de Curitiba e de Porto Alegre. Com base em trabalhos realizados sobre os pronomes-objeto de terceira pessoa, procuramos observar se também para os de primeira e de segunda pessoas ocorre alternância entre *pronome-objeto* (*clítico pronominal* e *forma tônica*), *pronome-sujeito*, *objeto nulo* ou por *SN*<sup>52</sup>.

### 4.2 Composição dos *corpora*

Inicialmente foi feito um estudo-piloto com os dados do Varsul de Florianópolis (cf. Dalto 2001b). A partir desses resultados, que nortearam a composição dos grupos de fatores, passou-se a trabalhar com a totalidade dos dados (cf. item 3.1 deste trabalho).

---

<sup>52</sup> Conforme Duarte (1989).

A seguir, passaremos a uma breve descrição do projeto e da metodologia empregada na coleta de dados.

#### 4.2.1 VARSUL

O projeto Varsul foi implementado entre 1990 e 1993 pelas universidades federais do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul – UFPR, UFSC e UFRGS, respectivamente. Ainda em 1993, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS – passou a integrar o projeto sem, contudo, participar da coleta de dados, uma vez que essa já havia sido concluída pelas demais instituições.

De acordo com Knies e Costa (1995:1), a principal meta do projeto era a de *armazenar e colocar à disposição dos pesquisadores interessados amostras de realizações da fala de habitantes enraizados em áreas urbanas sócio-culturalmente representativas de cada um dos três estados da Região Sul do Brasil.*

Realizado dentro dos postulados da sociolinguística variacionista<sup>53</sup>, o banco de dados do Varsul contém amostras representativas da fala de habitantes de quatro cidades em cada estado da Região Sul, num total de 12 cidades. Cada amostra é composta por 24 entrevistas, num total de 96 entrevistas por estado e 288 em todo o banco de dados<sup>54</sup>. De acordo com Knies e Costa (1995), foram feitas duas entrevistas com os informantes. A primeira, chamada entrevista A, registra *informações sociais relevantes*. Em alguns casos, essa entrevista não foi realizada em virtude de problemas quanto à localização ou disponibilidade de tempo do informante. Nesses casos, a segunda entrevista, chamada

---

<sup>53</sup> A esse respeito ver Perspectiva Teórica deste trabalho.

<sup>54</sup> Atualmente, está se fazendo a ampliação do banco com uma escolaridade a mais – universitários –, já na fase de transcrição, e uma faixa etária a mais – jovens de 15 a 24 anos – em fase de consecução das entrevistas.

entrevista B, contém perguntas que possibilitam resgatar informações que ajudam a estabelecer a identidade social do falante. Essa entrevista B tem em média 45 minutos de gravação de conversas em estilo semidistenso<sup>55</sup> e está transcrita e armazenada, em disquete e em cópia impressa, em cada uma das instituições que compõem o projeto.

Para a composição da amostra do Estado de Santa Catarina, foram selecionados descendentes dos grupos étnicos mais expressivos da ocupação territorial do estado: os açorianos, os italianos, os alemães e a população serrana. As cidades escolhidas como representantes desses grupos foram Florianópolis, Chapecó, Blumenau e Lages, respectivamente. Com relação ao Rio Grande do Sul, foram selecionadas as cidades de Porto Alegre, Panambi, Flores da Cunha – em virtude de serem representantes das colonizações mais importantes do estado: açoriana, alemã e italiana, nessa ordem – e a cidade de São Borja por representar a área fronteiriça do estado, área sócio-economicamente importante para o estado. No Paraná, foram selecionadas as cidades de Londrina – de colonização mineiro-paulista –, Pato Branco – por ser uma das principais cidades de colonização gaúcho-catarinense –, Irati – localizada na região de colonização eslava e área urbana plurilíngüe mais representativa do estado – e Curitiba – cidade representante do Paraná “velho”.

Segundo Knies e Costa (1995), foram levadas em consideração características sociais comprovadamente significativas em pesquisas sociolinguísticas anteriores, que são as seguintes: *sexo* – masculino e feminino –, *idade* – 25-50 anos e acima de 50 anos – e *escolaridade* – primário (4-5 anos de estudo), ginásio (8-9 anos) e segundo grau (11-12 anos).

Para nossa pesquisa selecionamos, entre as cidades que compõem o banco de dados do Varsul, Florianópolis, Porto Alegre e Curitiba. Essa escolha teve como propósito tentar estabelecer um paralelo com a pesquisa de Fagundes (1997) – realizada com base na mesma amostra – sobre os pronomes-objeto de terceira pessoa e, a partir disso, tentar construir um quadro o mais completo possível do funcionamento dos pronomes que

---

<sup>55</sup> Knies e Costa (1995:2).

desempenham a função de objeto direto e de indireto nos dialetos das três capitais do Sul. Assim, apresentamos abaixo os critérios e procedimentos metodológicos utilizados para a constituição dos *corpora* de Florianópolis, de Curitiba e de Porto Alegre.

#### 4.2.2 Estudo-piloto de Florianópolis

Primeiramente, constituiu-se um estudo-piloto com as entrevistas de Florianópolis: fez-se o levantamento de todas as ocorrências de *formas pronominais* de primeira e de segunda pessoas— especificamente pronomes-objeto (*me, te, pra mim, pra ti...*) e pronomes-sujeito<sup>56</sup> (*eu, tu ...*) –, de *SNs*<sup>57</sup> e de ausência de preenchimento na posição de objeto – o *objeto nulo*. Para o levantamento, utilizamos as cópias das entrevistas gravadas em disquete, e quando isso não foi possível, utilizamos as cópias impressas. Além disso, em algumas entrevistas foi necessário ouvir a fita cassete para esclarecimento de alguns trechos da entrevista nos quais havia algum dado que podia ser relevante para a composição do *corpus*. É preciso salientar, ainda, que todo o levantamento foi feito sem o auxílio do programa Interpretador<sup>58</sup>. Nesse primeiro contato com essa amostra, constatamos não haver ocorrências dos pronomes *eu* e *tu* em posição de objeto. As formas encontradas na amostra que compõe o Varsul foram: *me, a mim, pra mim, em mim*<sup>59</sup>, *nos, nós, pra nós, em nós, a gente, pra gente, na gente, te, você, vocês, a senhora, lhe, pra*

<sup>56</sup> Também chamados *pronomes plenos*, ou seja, pronomes como *eu, tu*, por exemplo, que a GT costuma considerar como formas que exercem somente a função de sujeito.

<sup>57</sup> Com base na pesquisa de Duarte (1986).

<sup>58</sup> O programa Interpretador faz a seleção automática do item pesquisado. Para maiores detalhes a esse respeito, remeto o leitor a Knies e Costa (1995).

<sup>59</sup> Sobre as formas com a preposição “em” ver o item *A regência do objeto indireto*, deste trabalho.

*ti, a vocês, pra você, pra vocês, pra senhora* e *objeto nulo (Ø)*. A partir da análise dos dados relativos à amostra da fala de Florianópolis, foram estabelecidos os critérios a serem considerados para as outras duas capitais e foi possível, também, estabelecer os limites dentro dos quais o trabalho seria realizado. Abaixo, apresentamos alguns exemplos dos tipos de dados selecionados.

#### 4.2.3 Critérios para a seleção de dados

Na língua portuguesa, as formas que tradicionalmente são consideradas como as que exercem a função de objeto (direto e indireto) apresentam uma distribuição complexa. Para a função de objeto direto, por exemplo, encontramos um conjunto de formas chamadas pela GT de átonas e para a função de objeto indireto além do mesmo conjunto de átonas há um conjunto de formas tônicas. Entre as tônicas há formas especiais, como *mim* e *ti*, para exemplificar, quando se trata da primeira e a segunda pessoas.

Mattoso Câmara Jr. (1979: 96, 97), sobre a origem dessas formas especiais, afirma que *Mim origina-se do dativo latino sob o seu aspecto contrato mī (em vez de mīhī) , e ti e si, de formas latinas tī, sī, cunhadas pelo modelo de mihi e substituídas em latim vulgar aos dativos tibi, sibi. Me, te, se por sua vez, são reflexos do acusativo-ablativo mē, tē, sē.*

Com base em estudos mais recentes sobre os pronomes (cf. Faraco 1996; Menon 1994, 2000; Omena 1978; entre outros), podemos ver, no quadro 2, abaixo, como se apresenta o sistema pronominal pessoal atual:

Quadro 2 – sistema pronominal atual

Pessoa	Pronomes retos	Pronomes Oblíquos <sup>60</sup>	
		<i>Função de OD</i> (clíticos pronominais e formas tônicas)	<i>Função de OI</i> (clíticos pronominais e formas tônicas)
1ª singular	eu	me	me / (prep.) mim
2ª singular	tu (em alguns dialetos), <b>você</b>	te, <b>você</b> , se <sup>61</sup>	te / (prep.) ti, se, (prep.) <b>você</b>
3ª singular	<b>ele, ela</b>	<b>ele/ ela</b> , se	(prep.) <b>ele</b> , se, (prep.) <b>ela</b>
1ª plural	nós, <b>a gente</b>	nos, <b>a gente</b> , se	nos / (prep.) nós, se (prep.) <b>a gente</b>
2ª plural	<b>vocês</b>	<b>vocês</b> , se	(prep.) <b>vocês</b> , se
3ª plural	<b>eles, elas</b>	<b>eles, elas</b> , se	(prep.) <b>eles</b> , se, (prep.) <b>elas</b>

Esse quadro nos mostra que o sistema pronominal do PB está passando por uma série de transformações que podem ser entendidas como evidências de que o sistema tende para uma regularização das formas que o compõem. Como vemos no quadro 2, acima, com exceção da primeira pessoa do singular, para a qual permanecem formas especiais para as três funções retratadas no quadro – *eu* para a função de sujeito; *me* para OD e OI e (prep.) *mim* para OI – a segunda e a terceira pessoas, tanto no singular quanto no plural, e a primeira pessoa do plural apresentam formas semelhantes para as diferentes funções: na segunda pessoa temos, ao lado das formas *tu/te/(prep.)ti* – para as funções de

<sup>60</sup> Essa terminologia – “reto” e “oblíquo”, que remetem aos casos da língua latina, conforme Mattoso (1979) – é a que costuma ser utilizada pela GT.

<sup>61</sup> O pronome *se*, como se verá mais à frente quando tratarmos dos reflexivos, foi tratado separadamente.

sujeito, OD/OI e OI, nessa ordem – as formas *você/você/(prep.)você*, no singular, e, no plural, *vocês/vocês/(prep.)vocês* – para o desempenho das funções de sujeito, de OD e de OI, respectivamente. Na terceira pessoa, encontramos as formas *ele(s)-ela(s)/ele(s)-ela(s)/(prep.) ele(s)-(prep.) ela(s)* para sujeito, OD e OI, singular e plural.

Na seleção de dados foram computadas as ocorrências de objeto direto (OD) e de indireto (OI) em que a representação era feita pelas seguintes variantes:

a) por um *clítico pronominal*, para OD e OI, como nos exemplos (4) e (5), abaixo:

(4) Quando fizeru a ponte, eu dei graças a Deus, e aí ela ia sozinha e não *me* [OD] levava. (FLP 08, F, B, PRI, L0931<sup>62</sup>)

(5) Morreu primeiro o meu avô, depôs morreu minha avó. Mas isso a minha tia que *me* [OI] contava. (FLP07, F, B, PRI, L0019)

b) por uma *forma tônica* como em (6) e (7):

(6) Se eu dissé *pra ti* [OI] que eu nunca briguei com a minha isposa, ninguém acredita. (FLP 13, M, B, GIN, L1268)

(7) Como tu perguntaste *pra mim* [OI] se eu tinha planos pro futuro. (FLP 11, F, A, GIN, L0151)

c) por um *pronome-sujeito*, em (8) e (9):

(8) O meu pai colocava *nós* [OD], que éramos em oito filhos, ele botava *nós* [OD] tudo dentro desta carroça... (FLP 12, M, A, GIN, L0332<sup>63</sup>)

(9) Tinha bastante amizade, brincava bastante. O ônibus da Marinha que levava-*nos* – que levava *a gente*

<sup>62</sup> Leia-se: “Entrevista de Florianópolis 01, sexo feminino, faixa etária B (acima de 50 anos), primário, linha da entrevista que contém o dado no. 0931”. Ressalte-se, ainda, que todos esses símbolos que identificam os exemplos são tratados em detalhes no item 4.3.2 deste trabalho.

<sup>63</sup> Leia-se: “Entrevista de Florianópolis 12, sexo masculino, faixa etária A (– de 50 anos), ginásio, linha da entrevista que contém o dado no. 0332.

[OD], né? No colégio, ia pegá Ø [OD]. (FLP 18, M, A, SEG<sup>64</sup>, L0792)

É interessante notar que em (9) o informante faz uso das três possibilidades de realização do objeto, ou complemento, que são o foco de nosso estudo, ou seja, ele usa o clítico pronominal *nos*, o pronome-sujeito *a gente* e o objeto nulo Ø.

d) pelo *objeto nulo* como em (10) e (11), abaixo:

(10) Intão aí elas faziu molhinho más leve, dizia Ø [OI] assim: “Esse aqui é pra ti” [a informante]. (FLP 08, F, B PRI, L1164)

(11) Intão ele disse Ø [OI]: “Dona Jurema, eu amo, amo, amo a Adriana”. (FLP 11, F, A, GIN, L0694)

Como já mencionamos no item 2.4 deste trabalho – sobre a natureza do objeto nulo –, para seleção dos dados de *objeto nulo* foram considerados como critérios: a recuperabilidade do conteúdo referencial – proporcionada por alguma estrutura antecedente ou posterior – e a possibilidade de recuperar um único referente.

Podemos observar no exemplo (10) que o Ø é recuperado pela forma tônica *pra ti* e em (11) é recuperado pelo SN *Dona Jurema*. Ainda com relação ao *objeto nulo*, percebemos que há pelo menos dois tipos de *zero* :

- o que pode ser substituído por um pronome-objeto determinado (como no exemplo (10): “[me] diziam assim: esse aqui é pra ti”);
- o que não pode ser substituído por um pronome-objeto determinado como em (12) e (13):

(12) o que tem impressionado Ø [OD] é que geralmente tão aumentando tudo, né? (FLP 05, M, B, PRI, L0458)

---

<sup>64</sup> Leia-se: “secundário”.



- (13) Depois o médico chegô, realmente atenderu Ø [OD] bem, logo ingessaru a perna da Ana Paula.  
(FLP 11, F, A, GIN, L0538)

Nesses casos, o Ø tem mais de uma possibilidade de referência. No exemplo (12), e de acordo com o contexto em que esse trecho está inserido, é possível recuperar o Ø por *me, as pessoas, a gente etc.* Já no exemplo (13), o Ø pode ser recuperado por *ela, nos* ou *ainda me*; e

– o Ø indeterminado como em (14) e (15):

- (14) A minha tia falava Ø que eles saíu de lá de madrugada ... (FLP 08, F, B, PRI, L0087)

- (15) Aí mandaru fazê pesquisa, aí depois eles disseru Ø que tinha um feto junto. Eles dizia Ø que essa mola vai tomando conta do feto, até ela distruí totalmente o feto. (FLP 20, F, A, SEG, L1181)

Em casos como os dos exemplos acima há uma indeterminação maior do referente do Ø, o que o torna irrecuperável.

Assim, foram considerados em nosso *corpus* os dados de *objeto nulo* em que esse pode ser substituído por um pronome-objeto determinado, com a seleção de um referente específico, como nos exemplos (10) e (11) acima.

e) por um *SN*

Optamos por considerar casos de *SN* em posição de objeto com base no trabalho de Duarte (1986), o qual apresenta um *corpus* com alta incidência dessa forma. Contudo, na amostra-piloto da fala de Florianópolis foram observadas apenas três ocorrências, realizadas por dois falantes, e decidimos descartar esses dados em função do número reduzido, que poderia ocasionar um desvio na amostra.

Contudo, vale ressaltar que, apesar do pequeno número de ocorrências desse tipo de construção encontrado na amostra do banco de dados do Varsul, o uso de SNs, como os

abaixo, é bastante recorrente na fala de Florianópolis. Como falante desse dialeto e usuária produtiva dessa construção, percebo que ela funciona como uma estratégia para evitar o uso de *tu/você*, menos formais, – que costumam ser interpretados pelos mais velhos, pais e avós, por exemplo, como formas desrespeitosas<sup>65</sup> – e de *o senhor/a senhora* – formas de tratamento bastante polidas e cerimoniais. Entretanto, esse último par de estruturas ocorre, muitas vezes, junto com o SN, em exemplos como “*o senhor* sabe quem eu encontrei e que mandou um abraço *pro pai* [OI]?” ou “*a mãe* vai buscar o livro que eu comprei *pra senhora* [OI]?” (observe que *o senhor* e *pro pai* referem-se ao interlocutor, o que também ocorre com *a mãe* e *pra senhora*). Esse uso concomitante de SN e *o senhor/a senhora* é, a meu ver, um recurso utilizado pelos mais jovens para imprimir um tom familiar mas ao mesmo tempo respeitoso quando se dirigem aos familiares<sup>66</sup> mais velhos.

Assim, os mais jovens evitam a extrema polidez sem lançar mão de formas que podem ser menos aceitas pelos mais velhos, como o *tu*.

As ocorrências de Florianópolis foram:

- (16) “...mas vô trazê uma pomada *pra mãe* [OI] passá que é muito boa assim”. (FLP 03, F, A, PRI, L1148)
- (17) “Quando eu vim amanhã do serviço, eu tenho o vale da Paveel, e eu vô comprá, vô trazê *pra mãe*[OI].” (FLP 03, F, A, PRI, L1151)
- (18) até a Angelita ligô pra mim semana passada, me disse: “Mãe, a mãe sabe quem que vai casá, que vai convidá *a mãe* [OD] pro casamento dele? o Airton.” (FLP16, F, B, GIN, L0775)

Contrapondo-se a esse uso de SN em função de objeto, nas amostras de Curitiba e de Porto Alegre não foi encontrado nenhum caso desse tipo, o que demonstra que é tratamento característico de Florianópolis e pode ser resultado da influência açoriana, já

---

<sup>65</sup> Muitas foram as vezes em que pude ouvir em rodas de conversa de pessoas mais velhas as críticas ao “modo folgado” com que a juventude tratava os pais. Minha avó e as irmãs dela, moradoras da Barra da Lagoa, costumavam dizer que o dia em que um filho as tratasse de *tu* elas lhes “virariam a mão nas fuças”, pois era uma verdadeira “pouca vergonha”.

<sup>66</sup> Esse uso é bastante característico no tratamento entre membros da mesma família.

que em Portugal é tratamento recorrente (cf. Cuesta 1980).

Durante a realização desse estudo-piloto, observamos um fenômeno que nos chamou atenção e que está relacionado à questão da regência prescrita pela GT para o objeto indireto em PB. Em nossa amostra, encontramos casos em que a regência prevista pelas gramáticas tradicionais não era a mesma encontrada nos três dialetos analisados. Sobre esse assunto, vejamos, então, o item 4.2.4, abaixo.

#### 4.2.4 A regência do objeto indireto

Ao observarmos os dados que compõem a amostra do presente estudo, uma questão salta aos olhos e exige uma discussão à parte: a questão da regência de verbos que exigem o objeto indireto.

Em algumas gramáticas tradicionais, a definição e diferenciação dos objetos no PB está calcada na questão da presença da preposição *a* – fato que nos chamou atenção pois não dá conta de certos usos que encontramos no *corpus* de língua oral. Assim, o objeto direto costuma ser definido como o complemento verbal que não é regido por preposição e o indireto como aquele que é regido pela preposição *a*.

Melo (1971: 56,57), por exemplo, afirma que

A Nomenclatura, a meu ver exorbitando, porque inculcou doutrina, e má, sob capa de terminologia, mandou considerar *objeto indireto* [grifo do autor] quaisquer complementos verbais obrigatoriamente preposicionados: ‘depende de alguém’, ‘pensar em dinheiro’, ‘esforçar-se por melhorar, etc. (...) Como, porém, ajustei a presente edição à NGB, transmito aos leitores, sem perfilhá-la, a doutrina desta, acrescentando que entendo ser livre a cada um – desde que esteja convencido de que, por exemplo, ‘obedecer-lhe’ e ‘dispor de tempo’ são construções diferentes – só considerar objeto indireto ao complemento verbal regido de *a* ou *para* e conversível em *lhe* para a terceira pessoa.

Parece não ser outra, também, a interpretação de Mattoso Câmara Jr. (1974: 285,286), em seu Dicionário de Filologia e Gramática, ao nos dizer que os complementos objetivos

Nocionalmente se caracterizam por serem indispensáveis para uma comunicação satisfatória feita em certos verbos, apresentando o alvo do processo verbal, sobre o qual incide (objeto direto) (...) ou para o qual o processo serve de termo de referência (objeto indireto). Na estrutura em que o objeto é um nome substantivo, o objeto direto se caracteriza como um complemento não regido de preposição e o objeto indireto pela regência da preposição *a*. (...) O nome substantivo regido de preposição (...) é suscetível de transformação num pronome pessoal oblíquo tônico com a mesma preposição regente (exs.: Falamos *a* ele – Preciso dele – Amamos *a* eles), criando-se assim, uma *variação estilística* entre o uso do pronome adverbial átono e o do pronome oblíquo tônico ( ex.: Falamos-lhe – Falamos *a* ele).

Epiphanyo Dias (1882:88) delimita essa característica a alguns verbos transitivos e diz que

Muitos verbos transitivos exprimem uma acção que não só passa a um objecto em que ella se exercita immediatamente (complemento directo), mas ao mesmo tempo vae referir-se a outra pessoa ou cousa v.g. dar, (entregar, prometter, etc.), uma cousa a alguém. A determinação da pessoa ou cousa em que a acção se exercita indirectamente (complemento indirecto, objecto de referência) é designada pela preposição *a*: Ensinae *a* temperancia aos vossos filhos.

Melo (1971: 56,57), apesar de enfático na diferenciação entre verbos com regência em *a* ou *para* – que para ele são os que verdadeiramente regem objetos indiretos – e verbos com outras preposições – como “precisar de” e “pensar em”, por exemplo – não deixa claro o que são para ele afinal esses complementos, ou seja, se não são objetos indiretos são o quê os complementos desses verbos?

Com relação aos pronomes-objeto, especificamente, costuma-se afirmar que esses apresentam a preposição *a* latente, ou seja, as formas *me* e *te*, por exemplo, têm em sua estrutura a referida preposição, ainda que essa não seja visível. Dequi (S/D: 57-59), usando símbolos aos quais chama de sintagramas, é categórico ao afirmar que *os pronomes oblíquos, sintaticamente, exercem função de termos integrantes, exceto a do predicativo. Os tônicos são preposicionados e os átonos têm a preposição latente,*

*quando objeto indireto. Sobre os átonos afirma, mais à frente, que serão objeto direto quando complementarem verbo “V” e objeto indireto quando complementarem verbo “Va”*<sup>67</sup>. Cegalla (1976:235) também faz referência à preposição latente dizendo que *o objeto indireto é sempre regido de preposição, clara ou implícita: 1) a preposição está implícita [grifos meus] nos pronomes objetivos indiretos (átonos) me, te, se, lhe, nos, vos, lhes: obedece-me (= a mim). Isto não te pertence (= a ti). Rogo-lhe (= a ele, a você) que fique. Peço-vos isto (= a vós)*” – veja que a paráfrase do pronome-objeto é sempre feita com verbos que regem a preposição *a*. Outra questão importante na definição de Cegalla (1976) é o que ele diz a respeito de uma “preposição implícita”. Dizer que em um pronome-objeto como *me*, por exemplo, há uma preposição implícita equivale a dizer que existe uma estrutura, digamos, subjacente nesse pronome-objeto. Se assim o fosse, o que fazer quando esse estiver em função de objeto direto, que como sabemos não pode ser regido por preposição?

Por outro lado, a suposta existência de uma preposição *a*, “latente” ou “implícita”, não corresponde ao que encontramos em nossa amostra da fala de Florianópolis, por exemplo, o que podemos observar nos casos (19), (20), (21), (22), (23) e (24), a seguir:

(19) Se eu deixá o filho *me* [em mim] mandá, daqui amanhã ele tá querendo *me* [em mim] batê. (FLP 03, F, A, PRI, L0448)

(20) foi o que aconteceu [com]- até pode tê outra coisa envolvida nisso, mas uma criança de catorze anos se matá que a punição foi tão rígida numa escola militá- Não sei se a senhora viu, agora, na televisão, aquilo. E aí *me* [em mim] doeu profundamente. (FLP 04, M, A, PRI, L1074)

(21) Bom, essa não sei dá explicação, porque essa é uma coisa que não *me* [em mim] entra. Tem gente que gosta de tá judiando c’o animal, e eu, essa não. (FLP 05, M, B, PRI, L0679)

---

<sup>67</sup> O símbolo utilizado pelo autor não é exatamente esse. Na verdade, o “a” que compõe o sintagma de objeto indireto deveria estar dentro do “V” e não fora, o que, segundo o autor, equivale a dizer que o objeto indireto é regido pela preposição *a*.

(22) Ele podia tá ali com uma faca ou uma qualqué coisa, o podia ali *me* [em mim] dá um empurrão, o podia *me* marcá, né? otro dia podia fazê pió. Intão eu peguei, como ele não chegô a roubá, eu tamém dexeí. Não alarmei. (FLP 15, F, B, GIN, L0785)

(23) "Aí vocês me dexe aqui, ela vai *me* [cumigo] acabá aqui no pau." (FLP 08, F, B, PRI, L0825)

(24) E quando a gente saía, ia sempre uma pessoa más velha. Quando ela não podia í pra *nos* [de nós] cuidá, ia uma pessoa más velha pá tomá conta. Eu saía muito [com uma]- ais veze, com a mãe duma amiga minha. Duma amiga minha, ela saía, ais veiz dizia assim: "Ah, dexe ela í, Sinhá Rosa, a gente cuida dela." "Ah, se é contigo, pode í." Aí a gente ia. Quando chegava lá, a gente dizia: "Não precisa cuidá *de nós*, não. Pudemo í sozinha." "Não, eu vô cuidá *Ø*, dipôs a Sinhá Rosa vai sabê e vai brigá cumigo." (FLP 08, F, B, PRI, L0873)

Nos exemplos (19), (20), (21) e (22), com os verbos *mandar*, *bater*, *doer*, *entrar* e *dar*, respectivamente, vemos que a preposição latente não é a preposição *a* mas sim a preposição *em*. Em todos esses exemplos o pronome *me* equivale, grosso modo, a um “em mim” e não ao esperado “a mim”. Vale ressaltar que foram encontrados, também, casos do pronome *te* com a mesma preposição “latente”, como em (25):

(25) eu não posso dizê: "vô *te* [em ti] dá uma facada ou um tiro", não. (FLP 02, M, A, PRI, L0651)

Já os exemplos (23) e (24) mostram que a regência latente dos pronomes-objeto *me*, no primeiro exemplo, e *nos*, no segundo, é ainda outra. Em (23), a preposição, digamos, implícita é *com*. Nesse exemplo, o pronome-objeto *me* está no lugar do pronome oblíquo tônico *comigo*. Parafraseando o exemplo temos “Aí vocês me deixam aqui, ela vai acabar *comigo* aqui no pau.”. Em (24), por outro lado, a regência latente encontrada no pronome-objeto *nos* é *de*. Nesse exemplo encontramos, também, três formas distintas de realização do objeto indireto: com o clítico pronominal (“*nos* cuidar”), com o pronome tônico (“cuidar *de nós*”) e com o objeto nulo (“eu vou cuidar *Ø*”). Esses usos, ao que tudo indica, não são novos. Alguns dicionários de regência verbal consultados (Carvalho 1971; Aulete 1980; Fernandes 1983; e Borba 1990) prevêm, na subclassificação de verbos como *mandar*, *bater* e *dar*, o uso da preposição *em* para objeto indireto. Fernandes

(1983), inclusive, com terminologia diferente da atual<sup>68</sup>, traz como exemplos de objeto indireto do verbo *dar*, no primeiro caso, um *SN* e, no segundo, um clítico pronominal: “o mestre deu *no menino* por não saber a lição” ; “deu-*lhe* sarampo”, só para ilustrar.

Essa questão põe em xeque as definições dadas pelos autores citados mais acima e traz para o campo dos pronomes-objeto a discussão da mudança no quadro das preposições no português, mais especificamente a tendência que alguns estudos<sup>69</sup> têm observado sobre a redução do domínio de uso da preposição *a*, a qual estaria perdendo espaço para as preposições *para* e *em* . Como vemos, a questão da regência verbal no PB exige uma reformulação que considere a mudança ocorrida no quadro das preposições vigentes na língua. Continuar mantendo e disseminando, no ensino do PB, a idéia de que preposições como *a* são ainda produtivas na língua e que por isso devem ser consideradas caracterizadoras de objeto indireto, como quer Melo (1971), é um grande equívoco.

Para efeitos do nosso trabalho, todos os dezesseis casos encontrados, em nossa amostra e de mesma natureza dos exemplos (19) a (22) e (25), foram considerados válidos para a análise estatística, uma vez que são dados válidos para o fenômeno em estudo. Já os dos exemplos (23) e (24), diferentemente dos anteriores, não foram considerados em nossa análise pelo fato de terem sido produzidos por um único falante, os quais para o estudo da variação lingüística aqui pretendida não são dados relevantes, já que nos interessa observar se há variação na comunidade e não no indivíduo.

Outro fenômeno identificado em nossa amostra, e que foi tratado à parte em nosso estudo, é a ocorrência de dativos ético e de posse. E esse será o próximo assunto a ser considerado.

---

<sup>68</sup> O termo usado para definir Verbo Transitivo Indireto (VTI) é Verbo Transitivo Relativo (VTR), entretanto, ambos correspondem ao mesmo fenômeno.

#### 4.2.5 O caso dos dativos ético e de posse

No estudo dos pronomes-objeto, não raro nos deparamos com dados como os abaixo:

- (26) Eu ia lá, conversava cum eles: “Olha vocês não faze isso porque você vai se prejudicá, você vai me prejudicá, porque eu vou tê que respondê e eu não vô *me* jogá fora o meu tempo de serviço, pra te protegê (FLP 13, M, B, GIN, L0571)
- (27) Era o dono ali. Era um dono, um que criô, né? Da Irmandade ali naquela época. É, intão se chamava-se- a gente chamava o mato do Seu Dalro, que era um mato que ninguém podia í *me* caçá nada, que ele mandava. (FLP 18, M, A, SEG, L0476)
- (28) (...) esse era um primo que vivia *me* pegando no pé. (FLP 01, F, A, PRI, L0271)
- (29) Toda vida adorei. Passava a manhã. Adorava uma bola. Até que uma época *me* machucaru a perna e eu não quis jogá mais, nunca. (FLP 04, M, A, PRI, L0831)

Do ponto de vista da função sintática, esses casos trazem problemas importantes para a classificação baseada na GT e geram discussões sobre que papel essas estruturas exercem dentro da sintaxe. No item 4.2.5.1, a seguir, veremos algumas das discussões sobre o que a GT chama de dativos éticos e de dativos de posse.

---

<sup>69</sup> Entre esses trabalhos está o de Barbadinho Neto (1977).



#### 4.2.5.1 Conceituação e problemas

Os exemplos (26) a (29), do item 4.2.5, acima, envolvem o que Monteiro (1994:96) chama de clíticos redundantes, ou o que, segundo ele, é descrito na terminologia da GT como pronome de interesse, dativo ético, de proveito ou, ainda, simpatético. Em construções desse tipo, há o uso de pronomes pessoais que não apresentam função sintática conhecida na frase – já que muitas vezes ocorrem com verbos intransitivos, excluindo assim a possibilidade de serem considerados complementos verbais, como por exemplo *eu ligo o carro e saio, não presto atenção, não sei como ele funciona; quando ele me pára, eu mando consertar* (apud Monteiro (1994: 96)) –, mas que portam um valor expressivo ou enfático para o falante. Dessa maneira, o fenômeno dos dativos éticos que estão na sintaxe da frase parece ir além desse limite e se colocar no âmbito do discurso.

De fato, a construção tem na frase um importante papel semântico-pragmático; ao produzir esse clítico pronominal o falante se coloca como “beneficiário” ou “recipiente indireto”, digamos assim, da ação expressa pelo enunciado. Vejamos o exemplo (30), abaixo, meu:

(30) Coloque o casaco para não *me* pegar um resfriado!

Em uma frase como em (30) – supondo um contexto em que a mãe adverte o filho –, por exemplo, o falante se coloca como de alguma maneira afetado pela ação expressa na frase e faz questão de expressar essa sensação ao interlocutor. A questão que se coloca, então, é: os chamados dativos éticos são de fato um problema de sintaxe ou estão inseridos na pragmática?

Figueiredo Silva (1989) observa que, para a teoria gerativa, a questão permanece em aberto. Analisando abordagens propostas por outros pesquisadores, a autora afirma

que a problemática que esse tipo de estrutura coloca para o quadro teórico sugere por um lado uma reestruturação do módulo das funções temáticas, já que alguns autores, segundo Figueiredo Silva (1989: 250), consideram que *existe uma função temática em jogo aí que não tem o mesmo estatuto das outras funções que compõem o módulo; e é por isso que se faz necessária a divisão em papéis temáticos primários e secundários e é introduzida a noção de benefativo*.

Segundo Menon (1999)

A expressão da posse nas línguas românicas proveio de três fontes latinas: dos casos *genitivo* e *dativo* e por meio dos *pronomes possessivos*. Em português, essas três possibilidades estavam presentes no período arcaico. Parece que no período clássico (não há ainda estudos diacrônicos a respeito) o uso do *genitivo* (cf. *dele*) aumentou, em detrimento do *dativo*, sem que esse desaparecesse completamente. Como a classificação dos objetos passou a ser exclusivamente pelo critério de regência verbal, certos verbos, apesar de não constarem como regendo objeto indireto, possibilitam o aparecimento de um clítico, seja para expressar a relação de posse [chamado dativo de posse], seja para expressar uma relação do tipo benefativo [dativo ético].

(...) atualmente, o número de ocorrências dessas construções não é muito grande; porém, elas continuam a aparecer na língua e, às vezes, não se deixam identificar facilmente (...).

Assim, no exemplo (30), *me* não pode ser classificado como OI, porque não entra nas possibilidades de regência previstas para o verbo *pegar*. Como o verbo *pegar*, segundo Aulete (1980), tem regência direta ou pode ter regência direta e indireta (“pegar x” ou “pegar de x”) a ocorrência de *me* não pode ser justificada pela regência, apesar de ter comportamento sintático correspondente a um “dêitico”.

Como podemos observar, essas estruturas colocam um importante problema para qualquer estudo sintático que as envolva, pois, como já dissemos, aparentemente não exercem função sintática nas frases em que aparecem.

Dessa forma, na análise das amostras de nossa pesquisa, todos os casos de dativos ético e de posse encontrados foram excluídos da análise.

A seguir, veremos o caso dos pronomes reflexivos, pois uma das funções em jogo nesses estruturas, segundo a GT, é a de objeto.

#### 4.2.6 A problemática dos reflexivos

Na abordagem dos pronomes reflexivos, muitas são as questões suscitadas por autores diversos e muitas as divergências entre o que costuma ser apregoado pela GT e o que estudos no campo da lingüística têm demonstrado através de exemplos nada triviais e de críticas contundentes às postulações dessa corrente teórica que muitas vezes têm passado de autor para autor sem um mínimo de reflexão. Vale ressaltar, também, a observação de Monteiro (1994:100) que nos diz que *os estudos sobre o assunto são ainda tão confusos que nem sequer especificam claramente se a reflexividade é uma característica dos pronomes, dos verbos ou das orações*. Tendo em mente essa questão, exploraremos o assunto com base em trabalhos que têm procurado dar um tratamento mais adequado ao fenômeno da reflexividade – sem, todavia, esgotá-lo. Para ordenarmos nossa discussão, vejamos o que nos diz a GT sobre o assunto.

A GT costuma classificar os verbos conjugados com os clíticos<sup>70</sup> como *pronominais* e *reflexivos*. Nos primeiros, os verbos têm ligados a si um clítico que não exerce função sintática e estão divididos em duas subclasses: os essencialmente pronominais, como o verbo *arrepender-se*, por exemplo, e os acidentalmente pronominais, que podem ou não ser conjugados com o clítico, como o verbo *lembrar-se*, para ilustrar. Os reflexivos, por sua vez, são verbos acompanhados de um clítico de mesma pessoa do sujeito que desempenha a função de objeto, direto ou indireto, de acordo com a transitividade do verbo a que se relaciona. Nessa situação, o termo que desempenha a função de sujeito é interpretado como agente e, ao mesmo tempo, recipiente da ação verbal. Entre esses, estariam os verbos recíprocos, ou seja, aqueles em que o clítico se refere às pessoas do plural e envolve a noção de “um ao outro”, como em “Maria e eu *nos* beijamos”.

Com relação aos referidos verbos pronominais, Monteiro(1994:93) afirma ser paradoxal chamar de *essencialmente pronominais* verbos que reclamam clíticos que não

---

<sup>70</sup> Sobre esse conceito, remeto o leitor à nota 3, deste trabalho.

podem ser considerados pronomes, uma vez que não desempenham função de objeto, ou complemento verbal, e cuja natureza ainda desconhecemos.

Para nosso estudo, importa discutir a natureza dos clíticos que acompanham os chamados verbos reflexivos, incluídos aí os recíprocos, tendo em vista desempenharem a função de complemento verbal nas frases em que aparecem.

Haury (1987:177), discutindo as confusas interpretações e exemplificações que a GT costuma dar à voz reflexiva, observa que o verbo reflexivo é conjugado com os clíticos *me, te, se, nos, vos, se* e que esses pronomes são reflexivos *quando se lhes pode reforçar o sentido de reflexividade com: a mim mesmo, a ti mesmo, a vós mesmos, a si mesmos, respectivamente*.

Haury afirma que a reciprocidade não deve ser incluída na voz reflexiva. A autora critica a afirmação de Mattoso Câmara Jr. (1974 *apud* Haury (1987:152)) de que o fenômeno veiculado pelo pronome recíproco pode ser chamado de “reflexividade cruzada”. O que há, segundo a autora, é um “cruzamento de ação mútua”. De fato, se pensarmos em exemplos como *eu me abracei* e *João e Pedro se abraçaram* vemos que o tipo de relação estabelecida em cada um dos dois exemplos é diferente. No primeiro, o termo que exerce a função de sujeito é agente e recipiente da ação. Já no segundo exemplo, além da possível interpretação de que cada um dos actantes abraçou a si mesmo – portanto, uma estrutura de reflexividade –, encontramos uma segunda interpretação: a de que a ação executada por *João* tem como recipiente *Pedro* e a que é executada por *Pedro*, ao contrário, tem como recipiente *João* (o que corrobora a idéia de Haury, que veremos logo a seguir, de que a construção reflexiva e a construção recíproca são iguais sintaticamente). Dessa forma, o conceito tal qual definido pela GT<sup>71</sup>, como vimos mais acima, de fato não dá conta do tipo de relação que se estabelece com verbos recíprocos.

A autora observa ainda que a reciprocidade poderá ocorrer quando o verbo estiver no plural, mas que o verbo no plural *não exprime necessariamente reciprocidade*, pois as

---

<sup>71</sup> Observe que a GT nos diz que a voz reflexiva é aquela em que “o sujeito” é a um só tempo agente e recipiente da ação verbal.

estruturas de voz reflexiva e de reciprocidade são idênticas; em casos como *Pedro e Paulo se feriram*, por exemplo, temos pelo menos duas interpretações possíveis<sup>72</sup>: *Pedro e Paulo* feriram um ao outro, caso de ação recíproca; ou cada um feriu a si próprio, aqui teríamos um caso de reflexividade. Outra questão, já constatada por diversos estudos, diz respeito à variação entre emprego e apagamento do clítico pronominal reflexivo<sup>73</sup>. Para Monteiro (1994:94) a variação é diatópica, ou seja, a diferenciação no uso é marcada regionalmente. Assim, para um dialeto, por exemplo, o uso do clítico pronominal pode causar estranheza e para outro não.

Veado (1982:35), analisando o dialeto da microrregião sanfranciscana de Januária, em Minas Gerais, encontrou grande tendência entre os falantes de sua amostra em eliminar o clítico pronominal reflexivo. Com relação ao *se* reflexivo, a autora constata que em toda a sua amostra só foi encontrado um caso com emprego desse clítico, atribuído à assimilação por parte do falante da expressão cristalizada “a gente tem que *se virá*”. Veado afirma, ainda, que as construções com *se* reflexivo são problemáticas não só quanto ao uso mas também no que diz respeito à compreensão da estrutura reflexiva por parte dos falantes. Dessa forma, como recurso para expressar reflexividade, os falantes transformam o verbo transitivo em intransitivo, como nos exemplos (31) e (32) abaixo, ou lançam mão de outro recurso como o uso de estruturas do tipo “ele mesmo”, como vemos em (33)<sup>74</sup>:

(31) ele envenenou e morreu

<sup>72</sup> Há ainda uma outra interpretação: a de que “*Pedro*” e “*Paulo*” foram feridos por algo, mas essa por ora será deixada de lado.

<sup>73</sup> Como já apontado na nota 3, chamamos de *clítico pronominal* os clíticos considerados de fato pronomes por exercerem a função de objeto.

<sup>74</sup> Exemplos extraídos de Veado (1982: 45- 46).

- (32) – o jeito é a gente conformá  
– a gente criô aqui.

- (33) Quando alguém dá um tiro no ouvido e morre, como é que você diz? O homem *se* matou?  
– não. É ele matô mesmo ele; ele matô ele memo.

A autora observa que os falantes desse dialeto têm imensa dificuldade de compreensão de enunciados causada pelo *se* reflexivo, pois o falante não interpreta esse clítico pronominal como estrutura que indica reflexividade. Veado lista ainda uma série de exemplos em que o entrevistador precisa repetir perguntas do tipo “seu marido *se* barbeia” ou “você *se* lava no poço” com frases em que o reflexivo é eliminado, pois os falantes não o compreendem. Observemos o exemplo da autora:

- (34) você conheceu alguém que *se* matou?  
– conheci. O Seu Geraldo. O que ele matô tava brigano com o filho dele. Ai, o Seu Geraldo matô **ele**.  
(“ele” refere-se ao indivíduo que estava brigando com o filho do Sr. Geraldo)

Veado chega à conclusão de que a reflexivização através do clítico pronominal *se* não faz parte do sistema lingüístico do dialeto que estudou.

Outra pesquisa importante sobre o dialeto mineiro, dessa vez na cidade de Manhuaçu, é a de Albuquerque (1984). A autora também constata o apagamento do clítico pronominal em estruturas reflexivas e recíprocas. Nas últimas, o clítico pronominal é substituído por expressões do tipo “um ao outro”, “um com o outro”, etc. Nesse aspecto, a autora lista, a meu ver equivocadamente, entre os seus exemplos – ao lado de “um carro chocou com outro”, por exemplo – “eles separaram  $\emptyset$ ”. Observe que nesse segundo exemplo a estrutura que se apresenta é um zero ( $\emptyset$ ). Dessa forma, podemos concluir que além do uso de expressões do tipo “um ao outro” o falante usa o  $\emptyset$ . Como hipótese explicativa para o fenômeno de apagamento do clítico pronominal reflexivo, Albuquerque

aponta que o fato de o objeto direto não-reflexivo poder ser apagado cria a possibilidade de o reflexivo também o ser.

Do ponto de vista semântico, a autora defende que a superposição de papéis semânticos que funcionalmente tornaria desnecessário o uso do clítico propiciaria o apagamento dessa estrutura. Por essa linha de raciocínio, a autora explica a lista de verbos da GT que passaram de inerentemente reflexivos a intransitivos.

Lemle (1985) e Galves (1986) discutem a questão de outro ângulo, a partir de uma abordagem gerativista, com base na Teoria da Regência e Vinculação<sup>75</sup>. O ponto central desses trabalhos é a possibilidade de uso do pronome pleno *ele* para indicar reflexividade no dialeto mineiro. Lemle discute a diferença de avaliação de alguns exemplos entre Moreira da Silva (1983 *apud* Lemle (1985: 122)) e seus alunos de pós-graduação da UFRJ. O primeiro admite uma interpretação reflexiva para o termo *ele* grifado em “João vê *ele* no espelho”<sup>76</sup>, ou seja, no dialeto de Moreira da Silva esse termo tem como referente o mesmo do sujeito da própria oração.

Entretanto, essa interpretação, segundo Lemle, não é possível entre seus alunos, falantes do dialeto carioca: *ele* não pode se referir à mesma pessoa do sujeito e só pode ter como referente uma terceira pessoa. Do contrário, a frase se torna agramatical nesse dialeto. A hipótese da autora para o fenômeno é de que houve uma transformação do pronome em anáfora<sup>77</sup> no dialeto mineiro e que isso estaria relacionado ao enfraquecimento da concordância no PB, atribuído à perda do traço *pessoa*.

Sobre essa relação entre enfraquecimento da concordância e perda do traço *pessoa*, Galves (1986) se mostra plenamente de acordo com Lemle. Entretanto, discorda da hipótese de que houve uma transformação do pronome em anáfora. Galves observa que

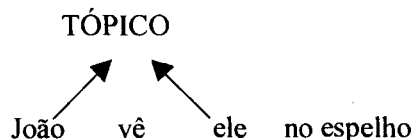
<sup>75</sup> Chomsky (1982 *apud* Lemle (1985: 123); e 1981-1982 *apud* Galves (1986:250)). Essa teoria é apresentada, também, em Mioto et alii (1999).

<sup>76</sup> Para evitar confusões, optamos por apresentar o exemplo de Galves (1986:250), com sujeito preenchido por um nome, e não o de Lemle (1985:121) em que a posição sujeito é preenchida por um outro pronome: “*ele* vê *ele* no espelho”.

<sup>77</sup> Esses dois conceitos, discutidos pela autora, e definidos na Teoria da Regência e Vinculação, são apresentados no item 2.4 deste trabalho.

no dialeto mineiro o termo “*ele*”, do exemplo anteriormente apresentado, se comporta ora como pronome – uma vez que a interpretação observada no dialeto carioca se mantém no mineiro –, ora como anáfora. Dessa forma, para a autora, teríamos dois “*ele*”, *homônimos mas de natureza diferente*(...) [o que] *não tem muito valor explicativo*<sup>78</sup>. Galves postula, então, que o comportamento distinto do pronome de terceira pessoa está relacionado não só ao uso encontrado no dialeto mineiro mas ao conjunto de dialetos referidos – o mineiro, o carioca e o paulista – de um lado, e, do outro, ao português europeu. Para a autora o que está em jogo no comportamento do *ele*, ora como anáfora ora como pronome, é o fato de o PB ser, em sua opinião, uma língua de tópico.

Dessa forma, o pronome *ele* remete ao tópico discursivo e o princípio B da teoria, sobre os pronomes, não impede que esse tópico tenha a mesma referência que o sujeito da frase. Assim, entre *ele* e *João* não há dependência referencial, no sentido de o pronome ser reflexivo de *João*, mas, antes, ambos remetem ao tópico do discurso. O esquema representacional do exemplo citado seria então



e não



Para Monteiro (1994), do ponto de vista variacionista, a tendência atual do PB é a de reverter um fato, observado por Joffre (1985 *apud* Monteiro (1994:95)), no latim tardio: o reflexivo tinha função de retomar um traço lexical já contido no verbo a que se ligava,

<sup>78</sup> Galves (1986:251).



portanto era uma marca redundante. Dessa forma, o que poderia estar acontecendo hoje é o apagamento desse clítico, como no dialeto mineiro, ou o esvaziamento de significado total dessa estrutura, que acaba se cristalizando junto ao verbo e propiciando o redobramento, já que para o falante deixa de ter significado, como em (35) e (36), exemplos de Monteiro (1994: 96):

(35) Ela *se* torna-*se* um pouco grosseira (4.RE.DID.M.I.)

(36) Meu avô *se* aposentou-*se* como porteiro do grupo escolar (208.SP.DID.M.II)

Em nossa amostra, apesar de serem casos que a GT classifica como “partícula apassivadora” do sujeito – o que não será discutido aqui – também encontramos casos de redobramento do clítico *se*, como no exemplo (37), abaixo:

(37) Existia ali onde é o nosso terminal novo, ali *se* encontrava-*se* um ponto de ônibus. Sempre foi o ponto do Saco dos Limões. E este ponto de ônibus a gente chamava-*se* Miramar. Intão era uma área, assim, fechada e no final daquela área encontrava-*se* um bar.<sup>79</sup> (FLP 12, M, A, GIN, L0724)

Curiosamente, no exemplo acima vemos que o esvaziamento de significado do *se* parece ser de fato completo. No trecho “a gente chamava-*se* Miramar” o clítico parece estar cristalizado junto ao verbo, como um afixo, pois a interpretação desse trecho seria “a gente chamava [um lugar] de Miramar”.

Contudo, a hipótese de Monteiro de que estaria ocorrendo o apagamento de uma marca redundante não é suficiente para solucionar a questão. Se assim o fosse, como explicar a possibilidade de uso do pronome pleno *ele* para marcar a reflexividade, como vimos acima? Se for uma questão de apagamento de uma marca redundante, por que no dialeto mineiro uma outra estrutura toma o lugar deixado e passa a marcar novamente a reflexividade? E por que o *se* é reduplicado nos outros dialetos? Como vemos, essa hipótese dá conta apenas de parte do problema.

---

<sup>79</sup> Foi realizada escuta desta fita para checar se o falante produziu alguma pausa entre “a gente” e “chamava-*se*”, fato que não se verificou.

Para determinar a reflexividade do clítico, Monteiro (1994:99) estabelece como condição necessária<sup>80</sup> o verbo ao qual o clítico está relacionado ter o traço [+ agenteivo]. Com isso seria possível distinguir os verbos pronominais dos reflexivos. Assim, em casos do tipo “eu *me* acordei”, o clítico pronominal não deve ser considerado como reflexivo e sim como clítico redundante, na terminologia de Monteiro, assim como no caso dos verbos chamados pronominais.

Monteiro (1994), por outro lado, salienta que, na questão do que chama de clíticos redundantes – incluídos aí os dativos ético e de posse<sup>81</sup> e os que não possuem função sintática e se relacionam aos verbos pronominais –, não sabemos ainda se seu uso constitui um fenômeno *arbitrário e idiossincrático* ou se decorre de motivações *sintáticas e/ou semânticas*.

Nesse sentido, a proposta utilizada por Seara (2000) em uma amostra da fala de Florianópolis – que compõe o banco de dados do Varsul – se mostra bastante interessante para a análise do fenômeno de apagamento dos reflexivos. A autora trabalha com a hipótese de que a existência de um fator semântico-pragmático como a intencionalidade da ação seja de fundamental importância para que se considere um verbo como reflexivo ou não e pode estar interferindo na tendência de queda desses clíticos. Seara propõe o uso da “Teoria da Gramática de Casos” nos moldes do modelo não-localista da UFSC<sup>82</sup> (sic). Nesse modelo, segundo a autora, são levados em consideração elementos pragmáticos e discursivos na análise casual, o que proporcionaria, então, a apreensão do traço [+ intencional] que está presente em um contexto mais amplo que os limites da frase. Dessa

<sup>80</sup> além de o clítico encontrar-se na mesma pessoa gramatical do sujeito, completar a predicação de um verbo transitivo e referir-se a um sujeito animado.

<sup>81</sup> Não estamos de acordo com o termo “redundante” para classificar os dativos ético e de posse. Não há relação de redundância em ambos. Em uma frase como “não *me* carregue esse pacote pesado” o dativo ético *me* introduz um valor pragmático novo, ou seja, o de que falante se coloca como um beneficiário da ação verbal. Em “João *me* quebrou o dedo”, a informação de que o dedo é *meu* e não dele só pode ser recuperada pelo dativo de posse *me*. Portanto, é inadequado tratar esses dois fenômenos como sendo redundantes.

<sup>82</sup> Esse modelo foi proposto segundo a autora por Nicolacópulos (1992). Entretanto, não consta nas referências bibliográficas de seu artigo a referência completa do trabalho citado.

forma, verbos como por exemplo “queimar-se” e “machucar-se”, que a GT considera reflexivos, apresentariam dois esquemas casuais distintos: com o traço [+ intencional] seriam agentivos, sem ele, seriam processuais. A partir da consideração desse traço, a autora propõe uma reclassificação dos verbos em: *propriamente reflexivos* os que apresentam esse traço e *pronominais* os que não o apresentam. Assim, com exemplos da autora, temos:

(38) Maria *se* machucou para que tivessem pena dela

(39) Aí contou, né? Que tinha *se* queimado e tudo

No exemplo (38), a reflexibilidade está expressa, pois a construção apresenta o traço [+ intencional]. Em (39), por outro lado, com base no contexto em que a frase se encaixa, de acordo com a autora, esse traço não se apresenta, o que descarta a situação de reflexibilidade. Seara analisou uma amostra da fala florianopolitana composta de oito entrevistas. Seus resultados mostraram um uso categórico do clítico pronominal, ou seja, não encontrou co-ocorrência de *zero* ( $\emptyset$ ), o que evidencia que não há variação nessa amostra. Já os recíprocos, que também nos interessam pela função que exercem – também de objeto –, apresentaram variação no uso. Nos resultados desse estudo, houve entre esses casos a inibição do uso do *clítico pronominal*.

Com relação à hipótese de o traço [+ intencional] ajudar a conceituar reflexividade, parece-nos bastante interessante considerá-lo em nosso estudo pois pode servir-nos de apoio, junto com a proposta de Monteiro, para estabelecer critérios para seleção dos dados que interessam à nossa análise, quais sejam: *clíticos pronominais* com função de complemento verbal em contexto de reflexividade e de reciprocidade. Assim, as condições para considerar ou não um determinado dado foram:

- a) ser da mesma pessoa gramatical do sujeito;
- a) completar a predicação de um verbo transitivo;

- b) referir-se a um sujeito animado;
- c) o verbo portar o traço [+ agentivo]; e
- d) apresentar o traço [+ intencional]

Dessa forma, consideramos casos de reflexivos exemplos como os abaixo:

- (40) *Me* machucava, *me* mordia, tinha que enfaxá o pé ou enfaxá a mão, nunca queria fazê nada. Vivia *me* enfaxando. (FLP 01, F, A, PRI, L0373)
- (41) E a gente *se* vestia, *se* pintava, usava roupa das chacretes, ia pro meio do mato fazê espetáculo. (FLP 01, F, A, PRI, L0233)
- (42) E ele falava, ele dizia: “Preta, vai *te* sentá um pouco, vamo conversá um pouco”. E chegava no outro dia, *me* levantava cedo, era a mesma coisa. (FLP 03, F, A, PRI, L0528)
- (43) Agora eu *me* cuidei muito. Eu já tava ficando doente. (FLP 06, M, B, PRI, L0721)
- (44) Eu era aprendiz de marinho. Eu conheci ela foi no mês de foi no- abril ou maio de mil novecentos e quarenta. Aí, nós ficamu correspondendo *Ø*, coisa e tal. (...) *se* correspondia. (FLP 06, M, B, PRI, L0644)

Nos exemplos (40), (41), (42), (43) e (44), os verbos *machucar*, *morder*, *enfaixar*; *vestir*, *pintar*; *sentar*, *levantar*; *cuidar*; *corresponder* – nessa ordem – estão de acordo com os critérios estabelecidos mais acima: além de serem transitivos têm o traço [ + agentivo] e o traço [ + intencional] .

Por outro lado, foram deixados de lado em nosso *corpus* casos como

- (45) “Aí já era sujeira demás. Aí peguei e disse: “Não, não quero mais vivê contigo, de jeito nenhum”. Aí ele: “Ah, tu vás *te* arrendê”. Eu digo: “Não, não vô *me* arrendê”. (FLP 03, F, A, PRI, L0502)
- (46) Intão, *me* sinto bem, não *me* sinto uma pessoa ruim. (FLP 07, F, B, PRI, L0340)
- (47) Eu nasci lá e *me* criei aqui em Florianópolis, né? (FLP 12, M, A, GIN, L0453)
- (48) Foi assim, no final de semana, quando a gente *se* cruza (...) (FLP 10, M, A, GIN, L0815)

- (49) Se a gente *se* machucava, que a gente brincava muito, *se* machucava, não tinha nada, eles iu fazê aqueles remédios caseiros, que vivias, não procuravas um médico, né? (FLP 12, M, A, GIN, L0604)

Em (45) e (46), não há os traços [+ agentivo] e [+ intencional]. Os verbos *arrepender* e *sentir*, respectivamente, são, nesses contextos, [– agentivos] e [– intencionais]. Já nos exemplos (47), (48) e (49), os verbos *criar*, *cruzar*, *machucar* não apresentam o traço [– intencional] nos contextos acima.

Dessa forma, foram selecionados ao todo 283 dados, distribuídos de acordo com a forma de representação e número de ocorrências na tabela 1, abaixo:

Tabela 1 – Ocorrências de clíticos pronominais reflexivos e de zero ( $\emptyset$ ) em Florianópolis

<b>Formas de 1ª pessoa</b>	<b>ocorrências</b>	<b>Formas de 2ª pessoa</b>	<b>ocorrências</b>
me	147	te	10
nos	4	se (tu) (2PS)***	1
se (nos) (1PP)*	20	se (você) (2PS)	1
se (a gente) (1PP)	81	se (você) (2PP)****	3
$\emptyset$ (1PS)**	12	$\emptyset$ (2PS)	-
$\emptyset$ (1PP)	4	$\emptyset$ (2PP)	-

\* primeira pessoa do plural / \*\* primeira pessoa do singular/ \*\*\*segunda pessoa do singular/\*\*\*\* segunda pessoa do plural

Antes de observarmos a tabela acima, é preciso salientar que todos os dados de clíticos pronominais reflexivos foram considerados separadamente, ou seja, não foram computados junto com o *corpus* principal deste trabalho. Ainda que em alguns dialetos esses clíticos pronominais estejam sofrendo um processo de apagamento – que parece ir em direção ao dos outros pronomes-objeto –, esse fenômeno parece ser específico de alguns dialetos do PB, principalmente o dialeto mineiro, diferentemente do que ocorre

com os outros pronomes-objeto, nos quais o fenômeno de apagamento parece ser mais amplo. Assim, para evitar que esses dados provocassem algum tipo de desvio em nosso *corpus*, optamos por tratá-los à parte. Voltando à tabela 1, acima, podemos observar alguns dados interessantes com relação ao uso do clítico pronominal reflexivo. Mais da metade dos dados (147) são ocorrências de *me*, seguido de *se* (1PP), com 81 ocorrências.

O que nos chamou a atenção nesses resultados foi a versatilidade no uso do *se* que representou a primeira pessoa do plural e a segunda do singular e também do plural<sup>83</sup>. Podemos deduzir que esse *clítico pronominal* é a forma, digamos, universal no quadro desses pronomes. Um dado que corrobora essa hipótese pode ser observado na tabela 1, acima, no item *se(nos)* (1PP)<sup>84</sup>. Entre as formas encontradas em nossa amostra houve as seguintes ocorrências entre os clíticos pronominais recíprocos:

- (50) quando tava muito chateada, assim, alguma coisa, nós ía *se* suicidar. (FLP 01, F, A, PRI, L0320)
- (51) aí, virô, mexeu, quando foi no Natal aí nós *se* separamo. (FLP 03, F, A, PRI, L0775)
- (52) Aí ele foi – aí nós *se* deixamo. (FLP 08, F, B, PRI, L0693)
- (53) Depois é – começô, né? a fazê aquela ondinha até que *se* namoramo. (FLP 10, M, A, GIN, L0940)
- (54) ‘Tão nós sempre *se* revezávamos, né? (FLP 13, M, B, GIN, L0383)
- (55) Cinco rapazes – Então nós cinco *se* reuniu,... (FLP 13, M, B, GIN, L0702)

É interessante observar que foram encontradas 20 ocorrências desse tipo de uso, em vários dos informantes, contra apenas 4 do esperado uso de *nos*. Dessas quatro, três foram de um único informante, o qual apresenta um perfil bastante particular: desempenha um cargo público – o de vereador – e durante a entrevista mostra-se extremamente consciente de que sua fala está sendo gravada, o que faz com que tenha uma visível preocupação com o “como” e “o que” está dizendo. Esse fenômeno é bastante interessante e mereceria um estudo mais detalhado, pois o contexto em que acontece, em nossa amostra, mostra-se bastante variado: desde casos como os do exemplo (50) – em uma perífrase verbal –, dos

<sup>83</sup> Naturalmente, também foram encontrados casos de *se* para terceira pessoa do singular e do plural.

<sup>84</sup> Leia-se “pronomes *se* substituindo *nos* para primeira pessoa do plural”.

exemplos (51), (52), (53) e (54) – com verbos flexionados em *–mos* – e o do exemplo (55), no qual o verbo não apresenta marca de primeira pessoa do plural.

Por último, se confirmou o resultado de Seara (2000), em uma amostra reduzida da fala de Florianópolis, sobre o apagamento do *clítico pronominal* reflexivo. Nossos resultados apontam para a manutenção do *clítico pronominal*. Dessa forma, podemos dizer junto com a autora que na amostra analisada da fala de Florianópolis não há tendência ao apagamento do *clítico pronominal* reflexivo. Contudo, os *clíticos pronominais* recíprocos, como podemos ver acima, merecem um estudo mais aprofundado pois apresentam um comportamento diferente do dos reflexivos.

É importante ressaltar, ainda, que a análise do reflexivo, que foi feita na amostra de Florianópolis, não se estendeu para as outras duas capitais, o que eventualmente será feito em uma próxima etapa da pesquisa.

O outro tópico a ser discutido diz respeito à definição e discussão dos grupos de fatores que foram estabelecidos para este trabalho.

### 4.3 Definição e discussão dos grupos de fatores

Como se sabe, os grupos de fatores são peça fundamental em pesquisas sociolinguísticas que se orientem pelo método laboviano. Nas palavras de Mollica (1992: 10), esse modelo de análise

(...) focaliza como objeto de estudo exatamente a variação, entendendo-a como um princípio geral e universal das línguas, passível de ser descrita e analisada. Ela [Sociolinguística] parte do pressuposto de que toda variação é motivada, isto é, controlada por *fatores* [grifo meu] de maneira tal que a heterogeneidade se delinea sistemática e previsível. Isso corresponde a dizer que a aleatoriedade nos empregos de formas linguísticas está fora de cogitação.

É, portanto, através do estabelecimento desses fatores que se pode analisar o fenômeno lingüístico observado, organizar o conhecimento que se tem sobre ele e definir, a partir da observação dos dados, que limites serão estabelecidos para a pesquisa. É na interação de fatores sociais – chamados, também, de extralingüísticos – e de fatores lingüísticos – ou internos – que se pode observar como se comporta e como se dá o fenômeno da variação no objeto de estudo.

Contudo, pode ser que nem sempre o fenômeno de variação em estudo seja regulado por ambos grupos, ou seja, em alguns casos – como o nosso, por exemplo, que veremos quando tratarmos dos resultados da pesquisa – o fenômeno da variação pode ser regulado somente por pressões internas do sistema lingüístico. Em outras palavras, é possível que apenas os fatores internos atuem em um determinado fenômeno. De todo modo, só se descobre isso ao final da pesquisa e, portanto, não se deve prescindir de antemão de nenhum dos grupos.

Tendo em mente essas questões, passemos à análise dos fatores que foram considerados em nosso trabalho. Com relação aos fatores sociais, vale dizer que foram os mesmos do banco de dados do Varsul, ou seja, como as entrevistas utilizadas foram coletadas de acordo com critérios já estabelecidos pelo projeto do banco de dados, considerou-se os grupos de fatores *sexo, idade, escolaridade e localidade de origem*.

Por outro lado, os fatores lingüísticos considerados em nossa pesquisa foram estabelecidos de duas maneiras: a primeira delas diz respeito à observação dos contextos em que ocorreram os pronomes-objeto de nossa amostra; a segunda, diz respeito à utilização de fatores que se mostraram relevantes para outras pesquisas realizadas sobre o assunto. Dessa forma, os grupos controlados foram:

1. *Pessoa* – neste grupo de fatores foram controlados os pronomes-objeto de *primeira pessoa* de um lado, e, de outro, os de *segunda pessoa* com o intuito de observar o comportamento de cada uma dessas variantes com relação ao uso ou não do *objeto nulo*;



2. *Função* – para este grupo foram consideradas as variantes *objeto direto* e *objeto indireto*. O que nos motivou a considerá-lo foram os resultados de outra pesquisa realizada com a mesma amostra, ou seja, com as entrevistas das três capitais. Fagundes (1997), observando os pronomes-objeto de terceira pessoa, constatou comportamento distinto para esses pronomes em função do tipo de objeto, por isso, resolvemos considerar o mesmo grupo para observar se o mesmo acontece com os de primeira e de segunda pessoas;

3. *Forma de realização do objeto* – este grupo de fatores serviu para controlar em que situação a posição de objeto era preenchido clítico pronominal (me, te...), forma tônica (pra mim, pra ti...) ou pronome sujeito (eu, tu...) ou quando ocorria o *objeto nulo*. Assim, as variantes empregadas foram:

a) *Preenchido*: sob esta variante estão todos os casos em que a posição de complemento foi preenchida, como em (56):

(56) nós tinha um lotação verde que *nos* levava, aqui por dentro de Curitiba, a gente ia muito, então todos os meninos escreviam aquilo tudo, publicava. (CTB 24, F, B, SEG, L0275)

b) *Não-preenchido*: quando constatado o uso de *objeto nulo* como em (57), abaixo:

(57) Ficamos num hotel muito vagabundo, e, inclusive, a gente teve que dividir: mulher dormir com mulher, porque a gente chegou com dez horas de atraso. Eles não esperavam (*o*) mais, né? (CTB 09, M, A, GIN, L0838)

4. *Forma de representação do objeto* – com o intuito de controlar e quantificar as ocorrências de *pronomes sujeito* – como em “ele beijou *eu*” –, *pronomes-objeto* – em “ele *me* beijou” – e *objeto nulo* – como “ele beijou *Ø*”, supondo que este zero (*Ø*) corresponda ao mesmo referente, que se possa recuperar no contexto, do *eu* e do *me* citados no mesmo exemplo aqui apresentado. Vale ressaltar que em ambiente de objeto indireto ocorreram,

também, *formas tônicas* – como em “eu disse *pra ti* que não ia dar certo” – ao lado das já mencionadas acima;

5. *Tempo e modo verbais* – neste item foi considerado o quadro de tempo e modo verbais conforme estabelecido pela GT (por exemplo, Nicola 1994:109). Contudo, em situações em que houve formas compostas como em (58), abaixo:

(58) eu tinha tudo pra me dar bem, porque quando ele falou que *ia* me *levar* pra lá eu parei. (CTB 09, M, A, GIN, L1014)

foi considerado o tempo do verbo auxiliar – no exemplo (58), o tempo do verbo *ir*. O que se pretendeu com a seleção desse grupo de fatores foi saber se os resultados obtidos por Ferro e Christan<sup>85</sup> (1996), em um estudo sobre os pronomes-objeto de segunda pessoa na cidade de Curitiba, se mostra relevante, também, para as outras duas capitais – Florianópolis e Porto Alegre;

6. *tipo de verbo* – neste grupo, nosso propósito foi o de observar o comportamento dos verbos *dicendi* – também chamados verbos declarativos, como *dizer*, *perguntar*, *falar*, *responder*, *etc* –, haja vista a quantidade de ocorrências encontradas em nosso *corpus*. Tomamos, ainda, como uma segunda variante deste grupo os *verbos-suporte*, ou verbalizadores na terminologia de Borba (1991). Segundo esse autor, esses são verbos que *numa construção complexa, [são] mero suporte de categorias e indica[m] que o verdadeiro verbo (= núcleo do predicado) está no radical de seu complemento*. Como exemplo, o autor apresenta *ter medo* (= temer), *causar dano* (= danificar), entre outros. Podemos acrescentar, ainda, o exemplo abaixo, extraído do nosso *corpus*.

---

<sup>85</sup> Cf. Bibliografia deste trabalho.

(59) eu me sinto feliz porque são casado, não são rico mas são pobre que não me *dão trabalho*, sabe, são filhos bons (FLP 07, F, B, PRI, L0486)

Em (59) o verbo-suporte é *dar trabalho* e equivaleria a “incomodar”.

Como já dissemos, esse grupo de fatores foi criado com o intuito de controlar mais especificamente os verbos *dicendi*, portanto, os verbos que não se encaixavam nessa categoria, ou na dos verbos-suporte, foram agrupados grosseiramente na variante *outros* ;

7. *Tipo de interlocução* – foram constatadas no *corpus* e estabelecidas neste grupo as seguintes variantes:

a) *Discurso para o Entrevistador (DE)*: neste contexto o falante se dirige ao entrevistador, como em

(60) É um estado de espírito, como eu tinha *te* falado já. (CTB 09, M, A, GIN, L1088)

b) *Discurso para o Interveniente (DI)*: situação em que o falante volta sua fala para alguém que não faz parte do ambiente da entrevista:

(61) Seu João, eu quero *lhe* apresentá a minha subrinha, a Jô [a entrevistadora]. É casada com o meu subrinho, de Porto Alegre. Baxinha ela, não? (FLP 22, F, B, SEG, L0454)

c) *Discurso Relatado de Terceiros (DR3)*: neste contexto, o falante relata ao entrevistador a fala de outrem, como no exemplo (62) a seguir:

(62) Ele disse *Ø*: "Não, minha filha, tu terás que ir pra fora e o pai não vai se deslocar daqui seja pra onde eles *te* botarem e tu sozinha também não irás." (POA 16, F, B, PRI, L0449)

d) *Discurso Relatado do Falante (DRF)*: esta variante diz respeito à situação em que o entrevistado relata sua própria fala ao entrevistador, como em

(63) E eu dizia pra elas: "Pelo amor de Deus, vocês não *me* dexu aqui". (FLP 08, F, B, PRI, L0823)

Como se percebe, há neste grupo de fatores um número considerável de contextos de interlocução. Intuitivamente, supusemos que esses contextos pudessem de alguma maneira interferir nas escolhas dos falantes e, por isso, optamos por considerá-los;

8. *Gênero de discurso* – para este grupo foram consideradas as seguintes variantes:

a) *Narrativa (N)*: quando o falante narra alguma situação vivida por ele ou outrem ao(s) entrevistador(es), como no exemplo (64), abaixo:

(64) o marido dela, ele gosta de pescar, então quando ele vai pescar ela vem aqui *me* pegar e eu dormir com ela, tal, fico lá. (CTB 12, F, A, SEG, L1337)

b) *Argumentação (A)*: foram consideradas as situações em que o falante expressa opinião, sua ou de outrem, em relação a algum assunto abordado durante a entrevista, como em:

(65) Coisa assim que choca um pouco *a gente*, mas ao mesmo tempo *nos* dá uma- como é que eu vou *te* dizer assim, uma lição de vida, né? (POA 22, , A, SEG, L0808)

c) *Receitas*: tendo em vista o fato de que um dos “ganchos” usados pelos entrevistadores durante a gravação das entrevistas era a solicitação de que o falante revelasse o tipo de comida apreciada em sua casa e o modo de preparo desses alimentos e, também, tendo em mente a especificidade deste tipo de discurso, que pode ser considerado de certa maneira um discurso, digamos, “formulaico”, ou seja, dotado de uma estrutura pronta, optamos por considerá-lo como uma variante à parte. Como exemplo, temos (66), a seguir:

(66) Aí tu partes a galinha no meio de preferência, como ele *me* disse. (POA 05, F, B, PRI, L0567)

*d) Explicações:* identificamos este contexto como aquele em que o entrevistado procura explicar algum ponto de sua fala ao entrevistador, como em (67), abaixo:

(67) Mas eu ia entrevistar *você* agora. Ia perguntar *Ø* se você não vai trabalhar na peça. (CTB 20, F, B, PRI, L0043)

Estabelecidos os critérios e discutidas algumas questões que foram surgindo ao longo do levantamento dos dados de cada uma das capitais, passamos a sua codificação.

A primeira cidade a ser tratada foi Florianópolis – que como já dissemos foi alvo de um estudo-piloto – e os critérios que nortearam a escolha dos dados para essa capital, bem como a codificação utilizada, foram empregados na seleção dos dados para as outras duas capitais que compõem a amostra total deste trabalho.

Dessa forma, apresentamos os códigos usados em nossa pesquisa no item 4.3.1, a seguir.

### 4.3.1 Codificação dos fatores

Os dados selecionados para nossa pesquisa foram codificados de acordo com os seguintes símbolos, que correspondem às variantes de cada grupo de fatores:

#### 1) *Número da entrevista:*

01 – a	07 – g	13 – m	19 – s
02 – b	08 – h	14 – n	20 – t
03 – c	09 – i	15 – o	21 – u
04 – d	10 – j	16 – p	22 – v
05 – e	11 – k	17 – q	23 – x
06 – f	12 – l	18 – r	24 – z

#### 2) *Cidade:*

FLP (Florianópolis) – F

POA (Porto Alegre) – P

CTB (Curitiba) – C

#### 3) *Sexo dos informantes:*

M (masculino) – m

F (feminino) – f

4) *Escolaridade:*

PRI (primário) – p

GIN (ginásio) – g

SEG (secundário) – c

5) *Faixa etária:*

25-50 anos – a

+ de 50 anos – b

6) *Quanto à pessoa:*

1<sup>a</sup> – 1

2<sup>a</sup> – 2

7) *Quanto à função:*

Objeto Direto (OD) – d

Objeto Indireto (OI) – i

8) *Quanto à forma de realização do objeto:*

Preenchido – p

Não-preenchido – n

9) *Quanto à forma de representação do objeto:*

1- me –	A	16- a senhora –	P
2- a mim –	B	17- o senhor –	Q
3- pra mim –	C	18- lhe –	R
4- em mim –	D	19- pra ti –	S
5- nos –	E	20- pra você –	T
6- nós –	F	21- em você –	U
7- pra nós –	G	22- pra vocês –	V
8- em nós –	H	23- em vocês –	X
9- a gente –	I	24- pra senhora –	Y
10- pra gente –	J	25- pro senhor –	Z
11- na gente –	K	26- não se aplica - /	
12- te –	L	27- eu –	1
13- em ti –	M	28- tu –	2
14- você –	N	29- pra eu –	3
15- vocês –	O	30- a vocês –	4

10) *Tempo e modo verbais:*

*Indicativo*

Presente – a

Pret. Perf. – p

Pret. Imperf. – b

Pret. Mais-que-perf. – q

Futuro do pretérito – t

Futuro – f



*Subjuntivo*

Presente – e

Pret. Imperf. – s

Pret. Mais-que-perf. – u

Futuro – o

Imperativo – i

Imp. Atenuado (mitigado) – m

Infinitivo – r

Gerúndio – g

*11) Tipo de Verbo:*

Verbalizador (verbos-suporte) – v

Dicendi – d

Outros – o

*12) Tipo de interlocução:*

Discurso para Entrevistador (DE) – t

Discurso Relatado Falante (DRF) – f

Discurso Relatado de Terceiros (DR3) – r

Discurso para Interveniente (DI) – i

*13) Gênero de discurso:*

Narrativa (N) – n

Argumentação (A) – a

Receita (R) – b

Explicações (E)– e

Outros<sup>86</sup> – não se aplica ( / )

Para exemplificar, apresentamos, abaixo, um dado com a codificação total:

(68)Então é aquele negócio, só que eu não acompanho de perto, então não posso dizer *pra você* que está evoluindo na igreja, mas simplesmente eu sei que a paróquia está evoluindo. (CTB 01, M, A, PRI, L0297)

Codificação : (aCmpa2ipTadta

A codificação acima significa: *a* – informante 01; *C* – de Curitiba; *m* – do sexo masculino; *p* – grau de escolaridade primário; *a* – na faixa de 25-50 anos; *2* – dado de 2ª pessoa; *i* – objeto indireto; *p* – objeto preenchido; *T* – forma de representação *pra você*; *a* – presente do Indicativo; *d* – verbo *dicendi*; *t* – discurso para o entrevistador; *a* – argumentação.

A seguir, será apresentado o pacote de programas computacionais Varbrul (Pintzuk 1988), que usamos para avaliar quantitativamente os dados da pesquisa, por meio da codificação dos dados segundo os grupos de fatores.

---

<sup>86</sup> Essa variante foi utilizada quando foram encontrados casos que não puderam ser encaixados na classificação estabelecida para esse grupo de fatores.

#### 4.4 Varbrul

Uma das principais ferramentas na análise sociolinguística variacionista é o pacote Varbrul. Desenvolvido por Cedergren & Sankoff, esse conjunto de programas constitui-se num importante instrumento para a análise estatística da regra variável.

Como observa Guy (1988: 28), o objetivo da análise da regra variável é definir claramente *a natureza e a extensão de cada um [dos] efeitos condicionadores, permitindo “predizer” probabilisticamente a taxa aproximada de uso (...) dadas as informações sobre as características sociais da pessoa, da situação social e do contexto*. O autor ressalta, também, que tendo em vista a análise da regra variável lidar com fenômenos variáveis e não-categóricos, ela é necessariamente quantitativa e qualquer generalização que possa ser feita não pode ser refutada *por um contra-exemplo isolado, mas apenas por um teste estatístico realizado através de um conjunto de dados* (p.29).

Por outro lado, observa Guy (1988: 30), cada ocorrência de uma variável vem inserida em um enunciado e em um contexto social, que poderia abarcar um grande número de fatores que influenciam a escolha do falante, o que exige

uma análise multivariada; ela [a análise quantitativa] é uma tentativa de modelar os dados como uma função de várias forças simultâneas, interseccionadas e independentes, que podem estar atuando em diferentes direções. De fato, um dos produtos da análise é uma medida numérica do peso e da “direção” (favorável ou desfavorável) de cada força.

Assim, na análise quantitativa do pacote Varbrul<sup>87</sup>, cada fator recebe uma determinada medida numérica – que corresponde a um valor que estabelece a probabilidade de aplicação ou não da regra variável. Essa medida numérica é chamada de *peso relativo* e serve para indicar a direção na qual um determinado fator está atuando sobre o fenômeno em estudo.

A seguir apresentaremos os resultados obtidos para os *corpora* deste trabalho.

#### **4.5 Amostras de Florianópolis, de Curitiba e de Porto Alegre**

Ao todo, os *corpora* do trabalho foram compostos por 915 dados de Florianópolis, 596 dados de Curitiba e 680 dados de Porto Alegre. No item 4.5.1, a seguir, será apresentada a distribuição dos dados, em números absolutos, com relação à primeira e à segunda pessoas e quanto às formas encontradas.

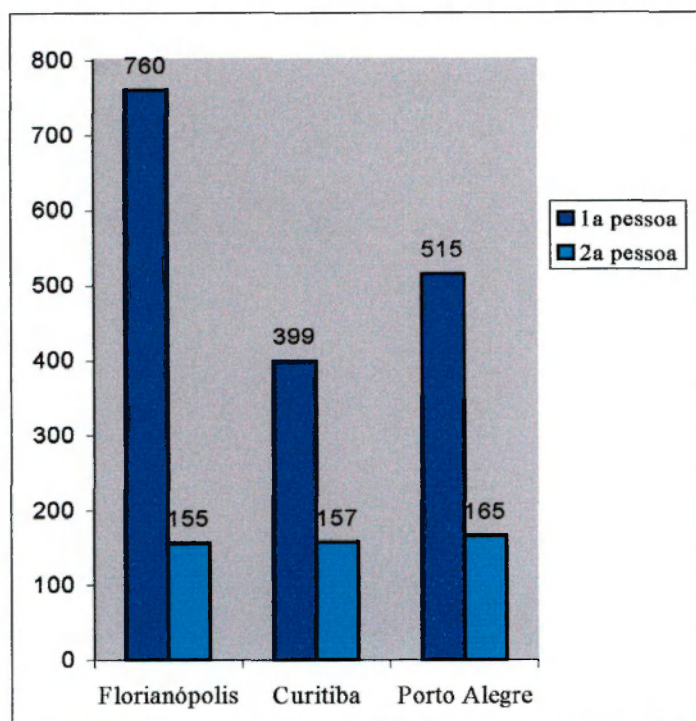
##### **4.5.1 Resultados e análise**

No gráfico 1, abaixo, apresentamos a distribuição das ocorrências encontradas em cada uma das três capitais com relação ao tipo de pessoa gramatical:

---

<sup>87</sup> Para maiores detalhes do funcionamento dos programas que compõem o pacote Varbrul, remeto o leitor

Gráfico 1 – Distribuição dos dados de Florianópolis, de Curitiba e de Porto Alegre em função de *pessoa* por número de ocorrências



Podemos observar, a partir do gráfico 1, que em todas as amostras o número de *pronomes-objeto* de primeira pessoa é bastante superior ao de segunda pessoa. Na amostra de Florianópolis, encontramos 760 casos de *pronomes-objeto* de primeira pessoa e 155 de segunda, enquanto para Curitiba a proporção foi de 399 ocorrências de primeira pessoa e 157 de segunda. Na amostra de Porto Alegre, foram observados 515 casos de primeira pessoa e 165 de segunda.

Essa distribuição, no entanto, não surpreende. Se considerarmos a natureza das amostras, veremos que essas são constituídas de entrevistas nas quais o falante centra seu

---

a Guy (1988) e Scherre (1992).

discurso em suas experiências pessoais, o que pode levá-lo a produzir mais pronomes de primeira pessoa.

Inicialmente, tínhamos como hipótese de trabalho a intuição de que os falantes produziriam além do *clítico pronominal*, de *formas tônicas* e do *objeto nulo*, *formas lexicais* na posição de objeto, tanto para primeira pessoa quanto para segunda. Em outras palavras, supúnhamos que seriam encontradas nas amostras as formas *eu* e *tu* desempenhando a função de objeto e que frases como “João pegou *eu* no cinema” ou “eu encontro *tu* na esquina às 8 horas” pudessem ser recorrentes nos *corpora*.

Contudo, não foi o que encontramos. Entre os 915 dados de Florianópolis, por exemplo, não houve uma única ocorrência do tipo esperado, *eu* e *tu* em função de objeto. Na amostra de Curitiba, foi encontrado um caso em que o pronome *eu* apareceu desempenhando a função de objeto direto, apresentado em (65), abaixo:

(65) eu entro lá dentro do meu quarto lá e ajoelho lá e rezo, rezo, rezo, peço pra Deus e choro e faço tudo e Deus escuta *eu* [OD]. (CTB 08, F, A, PRI, L0712)

Entretanto, do ponto de vista da variação dialetal, que nos interessa, uma única ocorrência não nos diz muito pois pode ser resultado de idiosincrasia do falante que a produziu.

Entre os 680 dados de Porto Alegre, houve cinco ocorrências do pronome *eu* – também na função de objeto direto. É interessante notar que todos os cinco casos foram encontrados em entrevistas de informantes da faixa etária mais jovem. No exemplo (66), a seguir, veremos dois desses usos:

(66) Ela diz assim: “Isso aí tudo, ela diz assim, isso tudo é o amor, foi o amor, ela diz, porque ele escolheu *eu* e não escolheu a batina é porque decerto ele amou *eu* mais.” (POA 14, F, A, GIN, L0942)

Nas amostras de Florianópolis e de Porto Alegre, dialetos nos quais encontramos o *tu*<sup>88</sup>, não houve um único caso em que o pronome *tu* aparecesse na função de objeto. Do pronome *você* foram verificados em Curitiba apenas três casos. Para o plural, pudemos verificar que, entre as formas de primeira pessoa, *a gente* foi a mais usada em Florianópolis e em Curitiba (33 e 14 ocorrências, respectivamente), mais, inclusive, do que o *clítico pronominal nos* (25 e 6 ocorrências, nessa ordem). Em Porto Alegre, ao contrário, a situação foi inversa: 39 ocorrências de *nos* e 8 de *a gente*. Esses resultados são interessantes na medida em que revelam uma acentuada predominância da forma *a gente* no quadro dos pronomes-objeto em pelo menos duas das capitais, evidência que reforça os resultados de outros trabalhos sobre o *nós/a gente*, os quais atestam a inserção do *a gente* no sistema pronominal do PB.

Entre as formas de segunda pessoa o *clítico pronominal te* foi a de maior uso em todas as três cidades ( 77 ocorrências em Florianópolis, 121 em Curitiba e 116 em Porto Alegre) e a forma plural *vocês* teve quatro ocorrências em Porto Alegre, ao contrário de Florianópolis e de Curitiba, nas quais nenhuma ocorrência desse tipo foi verificada.

Esses resultados nos levam a concluir que as *formas lexicais* não concorrem de maneira significativa com as formas de *pronome-objeto* consideradas, não fazendo parte, inclusive, do dialeto dos informantes de Florianópolis.

Todos os dados foram distribuídos quanto à forma de representação do objeto, em números absolutos, na tabela 2, abaixo:

---

<sup>88</sup> Vale ressaltar que não se esperava encontrar em Curitiba o pronome *tu* – quer como objeto, quer como sujeito – pois no dialeto dessa capital o pronome de segunda pessoa do singular é o *você*.

Tabela 2 – Ocorrências das formas de representação do objeto em Florianópolis, em Curitiba e em Porto Alegre

<i>formas</i>	<i>ocorrências</i>			<i>formas</i>	<i>ocorrências</i>		
	FLP	CTB	POA		FLP	CTB	POA
eu	-	1	5	te	77	121	116
me	336	208	241	você	-	3	-
a mim	2	-	1	vocês	-	-	4
pra mim	90	32	42	a senhora	1	-	1
em mim	8	1	2	lhe	12	4	6
nos	25	6	39	pra ti	29	-	10
nós	4	5	1	a vocês	-	1	-
pra nós	9	15	8	pra você	5	38	-
em nós	3	-	-	pra vocês	3	4	4
a gente	33	14	8	pra senhora	1	1	-
pra gente	23	8	11	Ø (2ª p)	29	24	23
na gente	8	1	3				
Ø (1ª p)	217	109	154	<b>Total</b>	915	596	680

Efetuada a distribuição dos dados, e frustradas nossas expectativas de encontrar casos de *eu* e *tu* na função de objeto, decidimos, então, voltar nossa atenção para, de um lado, o preenchimento da posição de objeto – sem considerar especificamente que forma estaria ocupando essa posição, se *clíticos pronominais* ou formas tônicas – e, de outro, o não-preenchimento, ou seja, o *objeto nulo*. Assim, uma vez refutada nossa primeira hipótese, passamos a considerar como regra variável o uso do *objeto nulo*.

A etapa seguinte foi, então, efetuar as rodadas estatísticas utilizando o pacote Varbrul (Pintzuk, 1988). Como a análise que se realiza neste trabalho é a chamada *análise de regra variável*, o Varbrul dá como resultado para contextos em que um determinado fator apresenta 100% ou zero de aplicação da regra<sup>89</sup> o que se costuma chamar de

<sup>89</sup> Para exemplificar, vejamos o caso do fator *pra gente* – que compõe o grupo de fatores “forma de representação do objeto”. Essa forma desempenha, em todos os casos em que aparece, a função de objeto indireto. Com isso, quando o grupo de fatores que abriga essa forma for cruzado, por exemplo, com o grupo de fatores “tipo de objeto” vai haver um uso categórico da forma *pra gente* na função de OI e o programa estatístico considerará que não há variação no uso da forma em função do tipo de objeto, dando como resultado um *nocaute*.



*nocaute*. Assim, a fase seguinte foi eliminar da análise todos os casos de *nocaute* indicados pelo programa. Efetuada a limpeza, passamos a fazer, então, as rodadas consideradas válidas para a análise. As rodadas foram realizadas separadamente para cada uma das três amostras – utilizando como variável dependente o grupo de fatores *forma de realização do objeto*. Após essa fase, os dados foram agrupados em um só arquivo e foram realizadas rodadas suplementares com as três amostras em conjunto.

Os grupos de fatores selecionados pelo programa Varbrul como relevantes para a aplicação da regra do *objeto nulo* nas três capitais foram:

- a) amostra de Florianópolis – (i) *tipo de interlocução*; (ii) *tipo de objeto*; (iii) *pessoa*; (iv) *tipo de verbo*; (v) *tempo e modo verbais* e (vi) *escolaridade*, nessa ordem;
- b) amostra de Curitiba – (i) *tipo de interlocução*; (ii) *tipo de objeto*; (iii) *pessoa*; (iv) *tipo de verbo* e (v) *gênero de discurso*;
- c) amostra de Porto Alegre – (i) *tipo de objeto*; (ii) *pessoa*; (iii) *gênero de discurso*; (iv) *tipo de verbo*; (v) *tempo e modo verbais* e (vi) *faixa etária*.

Como podemos observar acima, Florianópolis e Curitiba tiveram resultados iguais com relação aos quatro primeiros grupos de fatores condicionadores da aplicação da regra do *objeto nulo*, os quais foram selecionados pelo programa seguindo a mesma ordem de importância.

O primeiro grupo de fatores selecionado como condicionador pelo programa Varbrul foi o *tipo de interlocução*. A tabela 3, a seguir, apresenta os resultados dessas duas cidades:

Tabela 3 – *Presença do objeto x objeto nulo em Florianópolis e em Curitiba em função do tipo de interlocução*

<b>Florianópolis</b>							
<b>Tipo de interlocução</b>	<b>Presença de objeto (clíticos pronominais e formas tônicas)</b>			<b>objeto nulo (Ø)</b>			<b>Total</b>
	N	%	Peso	N	%	Peso	N
DR3	89	45	.31	109	55	.69	198
DE	514	80	.57	128	20	.43	642
DRF	43	83	.41	9	17	.59	52
<b>Total</b>	646	72		246	28		892
<b>Curitiba</b>							
DR3	20	38	.33	33	62	.67	53
DE	422	81	.52	97	19	.48	519
DRF	11	79	.45	3	21	.55	14
<b>Total</b>	453	77		133	23		586

Os resultados expostos na tabela 3, acima, revelam que as variantes *discurso relatado de terceiros* (DR3), *discurso relatado do falante* (DRF) e *discurso direto para o entrevistador* (DE) – no caso de Florianópolis – condicionam a aplicação da regra do *objeto nulo*. Em contexto de DR3, como podemos ver, a tendência que se verifica em ambas as cidades é ao favorecimento de uso do *objeto nulo* (com peso relativo de .69 em Florianópolis e de .67 em Curitiba). Já em contexto de DRF, Florianópolis apresenta maior tendência ao uso de *objeto nulo* (.59 para aplicação da regra) do que Curitiba (.55). Considerando os resultados de DE, vemos que em Florianópolis essa variante apresentou maior probabilidade de inibição de uso de *objeto nulo* (.43), ao contrário de Curitiba, na qual os pesos relativos – tanto para aplicação quanto para não-aplicação da regra de *objeto nulo*, .48 e .52, respectivamente – se mantiveram muito próximos do ponto neutro (.50), o que significa que essa variante não exerce influência sobre o uso ou não de *objeto nulo* na amostra considerada.

Esses resultados sugerem um fenômeno bastante interessante quanto ao uso ou não do *objeto nulo*: os informantes de Florianópolis e Curitiba, ainda que de maneira inconsciente, parecem perceber na fala do outro o não-preenchimento do objeto e atribuir

ao discurso desse “outro” o uso de *zero* ( $\emptyset$ ). Quando relata sua própria fala, verifica-se a tendência a que o falante faça mais uso das outras formas de preenchimento – átonas ou tônicas.

Na amostra de Porto Alegre, por outro lado, o grupo de fatores *tipo de interlocução* não se mostrou relevante para o fenômeno do *objeto nulo* e o primeiro grupo de fatores a ser selecionado foi *tipo de objeto*. Esse grupo foi o segundo a ser selecionado para as outras duas capitais e para facilitar a leitura e análise dos resultados optamos por apresentá-los em uma única tabela, a tabela 4, abaixo:

Tabela 4 – *Presença do objeto x objeto nulo* em Florianópolis, em Curitiba e em Porto Alegre em função do *tipo de objeto*

<b>Florianópolis</b>							
<b>Tipo de objeto</b>	<b>Presença do objeto (clíticos pronominais e formas tônicas)</b>			<b>objeto nulo (<math>\emptyset</math>)</b>			<b>Total</b>
	N	%	Peso	N	%	Peso	N
OD	280	86	.65	44	14	.35	324
OI	366	64	.41	202	36	.59	568
<b>Total</b>	646	72		246	28		892
<b>Curitiba</b>							
OD	177	90	.68	20	10	.32	197
OI	276	71	.41	113	29	.59	389
<b>Total</b>	453	77		133	23		586
<b>Porto Alegre</b>							
OD	151	87	.70	22	13	.30	173
OI	286	65	.42	155	35	.58	441
<b>Total</b>	437	71		177	29		614

Os resultados expostos na tabela 4, acima, revelam que as amostras das três capitais apresentam um comportamento bastante similar no que diz respeito a esse grupo de fatores. Como podemos ver, em Florianópolis, em Curitiba e em Porto Alegre o objeto direto (OD) é um fator que não favorece o uso de *objeto nulo*. Os pesos relativos apontam

que nesse tipo de contexto há uma probabilidade significativa de que a posição de objeto seja preenchida por pronome – os pesos são de .65 para Florianópolis, .68 para Curitiba e .70 para a capital gaúcha. Já em contexto de objeto indireto (OI) encontramos tendência oposta, ou seja, os pesos relativos mostram uma probabilidade maior de que ocorra, nessa função, o *objeto nulo* – observe que Florianópolis, Curitiba e Porto Alegre apresentam pesos semelhantes, que apontam para o favorecimento de aplicação da regra do *objeto nulo*: .59, .59 e .58, respectivamente.

Tendo em vista esses resultados, resolvemos fazer um cruzamento entre o grupo de fatores *tipo de objeto* e o grupo *pessoa*, terceiro selecionado para Florianópolis e para Curitiba e segundo para Porto Alegre. Nossa intenção foi a de verificar se havia comportamento distinto entre os objetos diretos de primeira pessoa e os de segunda, de um lado, e os indiretos de primeira e os de segunda, de outro. O que esse cruzamento nos revelou foi uma interessante regularidade na inibição de *objeto nulo* em contexto de objeto direto, que pode ser verificada na tabela 5 a seguir:

Tabela 5 – Resultados de objeto direto (OD) no cruzamento dos grupos de fatores *tipo de objeto* e *pessoa* em função de *presença do objeto* x *objeto nulo* para Florianópolis, para Curitiba e para Porto Alegre

<b>Florianópolis</b>							
<b>OD</b>	<b>1ª pessoa</b>			<b>2ª pessoa</b>		<b>Total</b>	
		<b>N</b>	<b>%</b>	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
	<b>Presença do objeto</b> <i>(clíticos pronominais e formas tônicas)</i>	255	86	25	86	280	86
	<b>Objeto nulo (Ø)</b>	40	14	4	14	44	14
	<b>Total</b>	295		29		324	
<b>Curitiba</b>							
<b>OD</b>	<b>Presença do objeto</b> <i>(clíticos pronominais e formas tônicas)</i>	146	90	34	89	180	90
	<b>Objeto nulo (Ø)</b>	16	10	4	11	20	10
	<b>Total</b>	162		38		200	
<b>Porto Alegre</b>							
<b>OD</b>	<b>Presença do objeto</b> <i>(clíticos pronominais e formas tônicas)</i>	137	86	19	100	156	88
	<b>Objeto nulo (Ø)</b>	22	14	0	0	22	12
	<b>Total</b>	159		19		178	

Em termos percentuais, a tabela 5 acima mostra que nos *corpora* analisados o objeto direto tem um comportamento bastante regular no que tange ao não-uso do *objeto nulo*. Florianópolis apresenta percentuais quase categóricos de preenchimento dessa função por *pronome-objeto* tanto para primeira pessoa quanto para segunda – 86% para ambas. Os índices de Curitiba são ainda mais categóricos quanto ao preenchimento: 90% dos objetos diretos de primeira pessoa e 89% dos de segunda são preenchidos.

Esse resultado se repete, também, com a amostra de Porto Alegre, na qual vemos que 86% dos objetos diretos de primeira pessoa apresentam preenchimento. Com relação aos de segunda pessoa podemos verificar um *nocaute* nos resultados: todas as vezes em que apareceu esse contexto – objeto direto de segunda pessoa – houve preenchimento dessa função por *clítico pronominal* ou por *forma tônica*. Esse resultado, no entanto,

reforça a tendência observada de que o objeto direto é um contexto em que o uso de *pronome-objeto* se mantém.

Por outro lado, no que diz respeito ao objeto indireto, os resultados mostraram um comportamento diferenciado, o qual podemos observar na tabela 6, a seguir:

Tabela 6 – Resultados de objeto indireto (OI) no cruzamento entre os grupos de fatores *tipo de objeto* e *pessoa* em função de *presença do objeto* x *objeto nulo* para Florianópolis, para Curitiba e para Porto Alegre

<i>Florianópolis</i>							
OI	<i>1ª pessoa</i>			<i>2ª pessoa</i>		<i>Total</i>	
		N	%	N	%	N	%
	<i>Presença do objeto</i> <i>(clíticos pronominais e</i> <i>formas tônicas)</i>	267	60	99	80	366	64
	<i>Objeto nulo (Ø)</i>	177	40	25	20	202	36
	<i>Total</i>	444		124		568	
<i>Curitiba</i>							
OI	<i>Presença do objeto</i> <i>(clíticos pronominais e</i> <i>formas tônicas)</i>	139	60	139	87	278	71
	<i>Objeto nulo (Ø)</i>	93	40	20	13	113	29
	<i>Total</i>	232		159		391	
<i>Porto Alegre</i>							
OI	<i>Presença do objeto</i> <i>(clíticos pronominais e</i> <i>formas tônicas)</i>	200	60	105	83	305	66
	<i>Objeto nulo (Ø)</i>	132	40	22	17	154	34
	<i>Total</i>	332		127		459	

Os índices acima mostram que os objetos indiretos de primeira e os de segunda pessoas têm comportamentos diferenciados. A porcentagem de cada uma dessas variantes revela que o objeto indireto de primeira pessoa tem um comportamento mais ou menos

equilibrado quanto ao *objeto nulo*, que como vemos é de 60% de uso de *pronome-objeto* e 40% de *objeto nulo*. Já os resultados do objeto indireto de segunda pessoa sugerem a mesma tendência verificada nos objetos diretos, ou seja, há uma tendência quase categórica a que nesse tipo de contexto o objeto indireto seja preenchido por *pronome-objeto*.

O fato de o tipo de objeto interferir na aplicação ou não da regra do *objeto nulo* nos faz refletir sobre o que poderia estar influenciando nesses resultados. Para tentar aclarar esse ponto, apresentaremos um dos resultados do trabalho de Fagundes (1996) que teve como base as mesmas amostras de nossa pesquisa.

Analisando o comportamento do *pronome-objeto* de terceira pessoa nas três capitais do Sul do Brasil, Fagundes observou que o uso de *objeto nulo* era condicionado pelo tipo de objeto e, mais especificamente, pelo traço [+– animado] do referente. Sua pesquisa mostrou que quando se tratava de objeto direto com o traço [+ animado] houve tendência a uma forte inibição no uso de *objeto nulo* (.21), enquanto que com o traço [– animado] houve maior probabilidade de uso do *objeto nulo* (.80).

Para o objeto indireto, o traço [– animado] mostrou tendência quase categórica à aplicação da regra do *objeto nulo* (.90), já o traço [+ animado] do referente do objeto indireto obteve peso relativo próximo do ponto neutro com leve tendência à inibição da regra (.52).

Como vemos, na pesquisa de Fagundes, um traço contido no tipo de objeto, ou seja, a animacidade do referente desses objetos interferiu na aplicação ou não da regra do *objeto nulo* de maneira muito marcante.

Para os *pronomes-objeto* de terceira pessoa, objeto de estudo de Fagundes (1996), o traço animacidade do referente<sup>90</sup> é pertinente para a análise, entretanto, para o nosso

---

<sup>90</sup> Como vimos em outra oportunidade, no item 1.1 deste trabalho, no quadro dos pronomes é através da terceira pessoa que se pode fazer referência a “coisas”. O pronome “ele”, por exemplo, em uma frase como “Maria deixou *ele* com a Ana” há uma infinidade de possíveis referentes que incluem pessoas (o menino, por exemplo), animais (o cachorro), e coisas inanimadas (o cartão de crédito). Portanto, a terceira pessoa é capaz de ter como referente elementos que podem ir de um extremo ao outro na escala de animacidade. O mesmo não se aplica do mesmo modo, entretanto, à primeira e à segunda pessoas. Como

objeto de estudo essa especificidade não se aplica pois somente em condições muito específicas – quando se personificam “coisas”, por exemplo – é que a primeira e a segunda pessoas podem ter como referente algo [– animado]. Dada a natureza das entrevistas analisadas em nosso trabalho, não houve um único caso desses nas amostras utilizadas.

Uma hipótese que pode ser levantada diz respeito às especificidades de cada tipo de objeto que podem estar interferindo nos resultados desse grupo de fatores. Como sabemos, o fato, por exemplo, do objeto indireto se articular com preposição e o direto não pode ser um fator que interfere no uso de *objeto nulo*. Dessa forma, achamos que esse grupo, *tipo de objeto*, merece uma análise mais refinada – o que poderá ser realizado em uma pesquisa posterior.

O terceiro grupo selecionado para Florianópolis e para Curitiba, e segundo para Porto Alegre, foi *pessoa*. Os resultados estão na tabela 7, abaixo:

Tabela 7 – *Presença do objeto x objeto nulo* em Florianópolis, em Curitiba e em Porto Alegre em função de *pessoa*

<b>Florianópolis</b>							
<b>pessoa</b>	<b>Presença do objeto (clíticos pronominais e formas tônicas)</b>			<b>objeto nulo (Ø)</b>			<b>Total</b>
	N	%	Peso	N	%	Peso	N
1	522	71	.46	217	29	.54	739
2	124	81	.68	29	19	.32	153
<b>Total</b>	646	72		246	28		892
<b>Curitiba</b>							
1	282	72	.36	109	28	.64	391
2	171	88	.77	24	12	.23	195
<b>Total</b>	453	77		133	23		586
<b>Porto Alegre</b>							
1	325	68	.40	155	32	.60	480
2	112	84	.80	22	16	.20	134
<b>Total</b>	437	71		177	29		614

alguns autores afirmam que – entre eles Monteiro (1994), para ilustrar – essas são as pessoas do discurso por excelência, e dizem respeito especificamente ao locutor e ao interlocutor.



Podemos observar na tabela anterior que a *segunda pessoa* é uma forte inibidora da aplicação da regra do *objeto nulo*. Nos resultados de Florianópolis esse contexto apresenta peso relativo de .68 para não-aplicação da regra. Curitiba e Porto Alegre apresentam resultados quase categóricos com relação ao não-uso de *objeto nulo*: .77 e .80, respectivamente. Esses números significam que entre os informantes dos três dialetos há uma forte tendência a que o *pronomes-objeto* se mantenha como a forma mais produtiva para desempenhar a função de objeto de segunda pessoa. Já com relação à *primeira pessoa*, houve nos resultados uma diferença entre Florianópolis, de um lado, e Curitiba e Porto Alegre, de outro. Em Florianópolis a *primeira pessoa* apresenta pesos relativos próximos do ponto neutro (.50), com tendência pouco significativa à aplicação da regra de *objeto nulo*: .54. Esse resultado nos sugere que esse contexto não é relevante na questão do uso de *objeto nulo*. Em Curitiba e em Porto Alegre, por outro lado, os pesos relativos indicam que a *primeira pessoa* condiciona favoravelmente a aplicação da regra do *objeto nulo*: .64 e .60, respectivamente. Isso significa que os informantes tendem a usar mais o *objeto nulo* para representar o objeto em contexto de primeira pessoa.

O terceiro grupo selecionado para Porto Alegre e quinto e último selecionado para Curitiba foi *gênero de discurso*. Esse grupo não foi considerado relevante pelo programa para a outra capital e, por isso, os resultados da tabela 8, a seguir, se referem somente à amostra das capitais gaúcha e paranaense.

Tabela 8 – *Presença do objeto x objeto nulo* em Curitiba e em Porto Alegre em função do *gênero de discurso*

<b>Curitiba</b>							
<b>Gênero de discurso</b>	<b>Presença do objeto (clíticos pronominais e formas tônicas)</b>			<b>objeto nulo (Ø)</b>			<b>Total</b>
	N	%	Peso	N	%	Peso	N
narrativa	206	83	<b>.59</b>	43	17	<b>.41</b>	249
argumentação	222	72	<b>.43</b>	87	28	<b>.57</b>	309
<b>Total</b>	428	77		130	23		558
<b>Porto Alegre</b>							
narrativa	263	80	<b>.62</b>	67	20	<b>.38</b>	330
argumentação	156	60	<b>.35</b>	103	40	<b>.65</b>	259
<b>Total</b>	419	71		170	29		589

Como podemos notar através dos pesos relativos de Porto Alegre e de Curitiba, em contexto de *narrativa*, em que os falantes narram fatos e situações ao entrevistador – vividos por eles ou outrem –, houve uma maior tendência a que o *objeto nulo* não ocorresse (peso relativo de .38 para Porto Alegre e .41 para Curitiba). Já quando se tratava de *argumentação*, contexto em que o falante expõe sua opinião sobre algum assunto, os pesos relativos apontam que há uma significativa tendência a que o falante faça uso de *objeto nulo*: .65 para Porto Alegre e .57 para Curitiba.

O grupo *tipo de verbo*, que será apresentado na tabela 9, a seguir, foi o quarto grupo selecionado – em ordem de relevância para aplicação da regra de *objeto nulo* – para Curitiba, para Florianópolis e para Porto Alegre.

Tabela 9 – *Presença do objeto x objeto nulo* em Florianópolis, em Curitiba e em Porto Alegre em função do tipo de verbo

<b>Florianópolis</b>							
<b>Tipo de verbo</b>	<b>Presença do objeto (clíticos pronominais e formas tônicas)</b>			<b>objeto nulo (Ø)</b>			<b>Total</b>
	N	%	Peso	N	%	Peso	N
Dicendi	148	54	<b>.35</b>	127	46	<b>.65</b>	275
outros	498	81	<b>.57</b>	119	19	<b>.43</b>	617
<b>Total</b>	646	72		246	28		892
<b>Curitiba</b>							
Dicendi	139	67	<b>.36</b>	68	33	<b>.64</b>	207
outros	314	83	<b>.58</b>	65	17	<b>.42</b>	379
<b>Total</b>	453	77		133	23		586
<b>Porto Alegre</b>							
Dicendi	136	61	<b>.37</b>	87	39	<b>.63</b>	223
outros	301	77	<b>.57</b>	90	23	<b>.43</b>	391
<b>Total</b>	437	71		177	29		614

Os resultados nos mostram que nas três cidades o verbo *dicendi* favorece a aplicação da regra de *objeto nulo*. Florianópolis, Curitiba e Porto Alegre apresentaram pesos bastante próximos com relação ao uso dessa variante: .65, .64 e .63, respectivamente.

Como já mencionado anteriormente, o que se pretendia verificar com esse grupo de fatores era de que maneira o verbo *dicendi* poderia condicionar o uso de *objeto nulo*, já que foi um tipo de verbo bastante recorrente nos dados. Contudo, essa primeira separação entre *dicendi*, de um lado, e os outros tipos de verbo, de outro, pareceu pouco satisfatória porque foram agrupados sob o rótulo *outros* verbos que poderiam ter comportamentos semelhantes aos dos *dicendi* ou comportamentos muito distintos entre si. Assim, foi feita uma reavaliação dos dados e optou-se por separá-los de acordo com a transitividade de cada um dos verbos encontrados<sup>91</sup>. Nessa etapa, então, foi feita a recodificação das 2.191 ocorrências utilizando como critério o tipo de objeto que o verbo selecionava para separar

<sup>91</sup> A lista com os verbos e as transitividades encontradas pode ser vista em *Anexos*

os fatores no grupo *tipo de verbo*, que são os seguintes: verbo transitivo direto (VTD); verbo transitivo indireto (VTI) e verbo transitivo direto e indireto (VTDI). Efetuada essa recodificação, passamos a fazer novas rodadas estatísticas.

Os resultados dessas novas rodadas confirmaram os resultados das rodadas anteriores com uma leve alteração no *ranking* de Porto Alegre: o grupo de fatores *tipo de interlocução* passou a ser selecionado como relevante para a aplicação da regra de *objeto nulo*. Vejamos os números na tabela 10, a seguir:

Tabela 10 – *Presença do objeto x objeto nulo* em Porto Alegre em função do *tipo de Interlocução*

<i>Porto Alegre</i>							
<i>Tipo de interlocução</i>	<i>Presença do objeto (clíticos pronominais e formas tônicas)</i>			<i>objeto nulo (Ø)</i>			<i>Total</i>
	N	%	Peso	N	%	Peso	N
DR3	34	41	<b>.26</b>	49	59	<b>.74</b>	83
DE	410	76	<b>.54</b>	126	24	<b>.46</b>	536
DRF	15	75	<b>.58</b>	5	25	<b>.42</b>	20
<b>Total</b>	461	72		181	28		642

Assim como os das outras duas capitais, os informantes de Porto Alegre mostram a mesma tendência a atribuir ao discurso do outro – *discurso relatado de terceiros* (DR3) – o uso do *objeto nulo* (com peso relativo de .74 para a aplicação da regra de *objeto nulo*). Já quando se trata de relatar seu próprio discurso – *discurso relatado do falante* (DRF) – e quando se dirige ao entrevistador – *discurso direto para o entrevistador* (DE) – há tendência a que a função de objeto seja preenchida por *pronome-objeto* – com pesos relativos de .58 e .54, respectivamente. Novamente, esses resultados parecem sugerir que, de fato, os informantes tendem a reconhecer na fala do outro o uso de *objeto nulo*, pois

quando relatam suas próprias falas tendem a fazer mais uso das formas de *pronome-objeto*.

Como dito anteriormente, a recodificação dos dados em função da transitividade verbal possibilitou um maior detalhamento do grupo de fatores *tipo de verbo* – selecionado como relevante para as três capitais e que se manteve relevante após a recodificação.

Vejam na tabela 11, abaixo, quais foram os resultados obtidos para esse grupo após a recodificação:

Tabela 11 – *Presença do objeto x objeto nulo* em Florianópolis, em Curitiba e em Porto Alegre em função da *transitividade verbal*

<i>Florianópolis</i>							
<i>Transitividade verbal</i>	<i>Presença do objeto (clíticos pronominais e formas tônicas)</i>			<i>objeto nulo (Ø)</i>			<i>Total</i>
	N	%	Peso	N	%	Peso	N
VTD	238	85	.64	42	15	.36	280
VTI	102	74	.49	36	26	.51	138
VTDI	312	64	.42	174	36	.58	486
<b>Total</b>	652	72		252	28		904
<i>Curitiba</i>							
VTD	136	86	.76	22	14	.24	158
VTI	78	85	.30	14	15	.70	92
VTDI	245	71	.42	98	29	.58	343
<b>Total</b>	459	77		134	23		593
<i>Porto Alegre</i>							
VTD	119	88	.73	17	13	.27	136
VTI	56	70	.40	24	30	.60	80
VTDI	286	67	.44	140	33	.56	426
<b>Total</b>	461	72		181	28		642

A tabela 11, acima, mostra que tanto na amostra de Florianópolis (.64) quanto nas de Curitiba e de Porto Alegre (.76 e .73, nessa ordem) os verbos transitivos diretos (VTD) tendem a inibir de modo significativo o aparecimento de *objeto nulo*. Os verbos transitivos diretos e indiretos (VTDI), por sua vez, apresentam tendência – nas três cidades – a favorecerem o uso de *objeto nulo*: Florianópolis e Curitiba têm pesos relativos iguais para aplicação da regra de *objeto nulo*, de .58, e Porto Alegre, de .56. Os verbos transitivos indiretos (VTI), por outro lado apresentaram diferentes comportamentos nas três capitais: em Florianópolis o peso relativo foi praticamente neutro (.51), o que significa dizer que para essa cidade o VTI não condiciona o uso de *objeto nulo*. Já em Curitiba e em Porto Alegre houve uma acentuada tendência de favorecer o uso de *objeto nulo*: o peso relativo da capital paranaense foi de .70 para aplicação da regra e Porto Alegre teve .60, também para aplicação da regra de *objeto nulo*.

O quinto grupo de fatores selecionado para Florianópolis e para Porto Alegre foi o grupo *tempo e modo verbais*. Na tabela 12, a seguir, veremos os resultados.

Tabela 12 – *Presença do objeto x objeto nulo* em Florianópolis e em Porto Alegre em função de *tempo e modo verbais*

<b>Florianópolis</b>							
<b>Tempo e modo verbais</b>	<b>Presença do objeto (clíticos pronominais e formas tônicas)</b>			<b>Objeto nulo (Ø)</b>			<b>Total</b>
	N	%	Peso	N	%	Peso	N
Pres. do Ind.	107	74	.48	38	26	.52	145
Pret. Perf. do Ind.	286	74	.57	99	26	.43	385
Pret. Imperf. do Ind.	129	61	.33	82	39	.67	211
Futuro do Ind.	39	87	.66	6	13	.34	45
Infinitivo	55	80	.50	14	20	.50	69
<b>Total</b>	616	72		239	28		855
<b>Porto Alegre</b>							
Pres. do Ind.	114	67	.46	57	33	.54	171
Pret. Perf. do Ind.	175	71	.49	72	29	.51	247
Pret. Imperf. do Ind.	52	67	.37	26	33	.63	78
Futuro do Ind.	35	78	.55	10	22	.45	45
Infinitivo	34	81	.63	8	19	.37	42
<b>Total</b>	437	71		177	29		614

Nesse grupo de fatores, algumas variantes foram excluídas em função de *nocautes*, outras tiveram um número muito reduzido de ocorrências e foram excluídas da amostra para que distorções fossem evitadas. Na tabela 12, acima, vemos os resultados fornecidos pelo Varbrul.

Em Florianópolis, o presente do Indicativo e o Infinitivo não se apresentaram como condicionantes na aplicação da regra de *objeto nulo*. Como vemos pelos valores dos pesos relativos, ambos ficaram próximos do ponto neutro – o presente do Indicativo com .52 para aplicação da regra do *objeto nulo*, enquanto o Infinitivo teve exatos .50. Já o pretérito

perfeito e o futuro do Indicativo se mostraram inibidores do uso de *objeto nulo*: o primeiro teve .57 e o segundo .66 de peso relativo para a não-aplicação da regra de *objeto nulo*. O pretérito imperfeito do Indicativo, por sua vez, favoreceu o uso de *objeto nulo*: com tendência de .67 para a aplicação da regra.

Diferentemente de Florianópolis, Porto Alegre apresenta, em contexto de Infinitivo e de futuro do Indicativo, tendência de .63 e de .55 a que a função de objeto seja preenchida por *pronomes-objeto*. Já o presente do Indicativo em Porto Alegre mostra uma leve tendência ao uso de *objeto nulo*: o peso relativo foi de .54 para aplicação da regra de *objeto nulo*. O pretérito perfeito do Indicativo, por sua vez, teve peso relativo de .51, praticamente igual ao do ponto neutro, não sendo, portanto, relevante para a aplicação ou não da regra de *objeto nulo*. O pretérito imperfeito do Indicativo apresentou a mesma tendência verificada para Florianópolis. Em outras palavras, em situações nas quais esse tempo verbal aparece, a probabilidade de que ocorra *objeto nulo* aumenta significativamente – .63 – em relação aos contextos que envolvem os outros tempos verbais.

Após esses resultados, foi feito um cruzamento entre o grupo de fatores da tabela 12, acima, e o grupo *gênero de discurso* com o intuito de verificar quais tempos verbais se mostrariam relevantes para a aplicação ou não da regra de *objeto nulo* quando relacionados aos gêneros *narrativa* e *argumentação*. Contudo, em termos percentuais, tanto em Florianópolis e em Curitiba quanto em Porto Alegre, o único resultado relevante verificado foi o fato de que no gênero *narrativa* o tempo verbal predominante e que mais inibiu o uso de *objeto nulo* foi o pretérito perfeito do Indicativo (84%, 87% e 61%, respectivamente). Já no gênero *argumentação*, o tempo verbal que sobressaiu no conjunto dos resultados e inibiu a aplicação da regra de *objeto nulo* foi o presente do Indicativo (75%, 77% e 68%, respectivamente). Os outros tempos não foram significativos.

Como já vimos quando tratamos dos grupos de fatores desta pesquisa, as amostras que compõem o Varsul foram estabelecidas levando em consideração alguns grupos de fatores extralingüísticos. Entre esses, se destacou como condicionador na aplicação da



regra do *objeto nulo* para Florianópolis o grupo de fatores *escolaridade*, último a ser selecionado pelo Varbrul e que veremos na tabela 13, a seguir:

Tabela 13 – *Presença do objeto x objeto nulo* em Florianópolis em função da *escolaridade*

<i>Florianópolis</i>							
<i>Escolaridade</i>	<i>Presença do objeto (clíticos pronominais e formas tônicas)</i>			<i>Objeto nulo (Ø)</i>			<i>Total</i>
	N	%	Peso	N	%	Peso	N
Primário	260	74	<b>.57</b>	91	26	<b>.43</b>	351
Ginásio	163	72	<b>.43</b>	64	28	<b>.57</b>	227
Secundário	223	71	<b>.48</b>	91	29	<b>.52</b>	314
<b>Total</b>	646	72		246	28		892

No que diz respeito mais especificamente ao comportamento de cada uma das variantes desse grupo, podemos observar que o *secundário* (que corresponde a 11/12 anos de estudo) não se mostrou relevante para a aplicação da regra de *objeto nulo*, já que seus pesos estiveram próximos do ponto neutro, com .52 para uso de *objeto nulo* e .48 para inibição do uso desse. Entretanto, a variante *primário* (para até 4/5 anos de estudo) e o *ginásio* (8/9 anos de estudo) apresentaram comportamentos exatamente inversos: os informantes com nível primário de escolaridade mostram maior tendência à inibição do uso de *objeto nulo* (.57), enquanto os de ginásio apresentam maior probabilidade de favorecer o uso de *objeto nulo* (também com peso relativo de .57, só que desta vez para aplicação da regra de *objeto nulo*). A partir desses resultados, e desconsiderando os resultados para o secundário, podemos considerar que na amostra de Florianópolis os informantes com maior grau de escolarização – portanto mais expostos à normatização

proporcionada pela escola e hipoteticamente capazes de melhor lidar com estruturas como *clíticos pronominais* e, dessa forma, aptos a usá-los com maior frequência – tendem a usar uma forma não-marcada, o *objeto nulo*, ao invés de *clítico pronominal* e *forma tônica*. Contudo, para testar essa hipótese seria necessário fazer, possivelmente em uma nova pesquisa, uma análise mais refinada desse grupo de fatores.

Por fim, o último grupo de fatores selecionado para Porto Alegre foi *idade*, apresentado na tabela 14, abaixo:

Tabela 14 – *Presença do objeto x objeto nulo* em Porto Alegre em função da *idade*

<i>Porto Alegre</i>							
<i>Idade</i>	<i>Presença do objeto (clíticos pronominais e formas tônicas)</i>			<i>Objeto nulo (Ø)</i>			<i>Total</i>
	N	%	Peso	N	%	Peso	N
A (25-50 anos)	246	68	<b>.45</b>	116	32	<b>.55</b>	362
B (+ de 50 anos)	191	76	<b>.57</b>	61	24	<b>.43</b>	252
<b>Total</b>	437	71		177	29		614

Os valores dos pesos relativos expressos acima apresentam resultado interessante. Os informantes com mais de 50 anos apresentam tendência significativa a fazer maior uso do *pronome-objeto* (.57). Os informantes da faixa etária mais jovem, no entanto, apresentam maior tendência à aplicação da regra de *objeto nulo*, com .55, o que revela que esses informantes tendem a fazer mais uso da forma não-marcada para a função de objeto.

Do ponto de vista da “variação e mudança”, esses resultados sugerem que há uma leve tendência – na amostra de Porto Alegre – a que o uso de *objeto nulo* seja um fenômeno de “mudança em progresso”, já que é na faixa etária mais jovem que encontramos maior probabilidade de aplicação da regra do *objeto nulo*.

Como último procedimento – em ordem de apresentação, não de realização –, são mostrados, nas tabelas 15, 16 e 17, abaixo, os resultados da rodada estatística efetuada com o intuito de separar *clítico pronominal* (me, te, nos...), *forma tônica* (pra mim, pra ti...), *forma lexical* (Sob essa variante foram consideradas somente as formas *nós* e *a gente* encontradas nos *corpora*) e *objeto nulo* ( $\emptyset$ ), variantes concorrentes para o desempenho da função de objeto. Nessa rodada, os grupos de fatores com resultados relevantes foram *escolaridade* e *sexo*.

Tabela 15 – *Clíticos pronominais, formas tônicas, formas lexicais e objeto nulo nas três capitais em função da Escolaridade*

<i>Florianópolis</i>													
<i>Escolaridade</i>	<i>Clítico pronominal</i>			<i>Forma tônica</i>			<i>Forma lexical</i>			<i>Objeto nulo (<math>\emptyset</math>)</i>			Total
	N	%	Peso	N	%	Peso	N	%	Peso	N	%	Peso	
Primário	178	51	.293	74	21	.310	8	2	.143	90	26	.254	350
Ginásio	108	48	.181	37	17	.186	18	8	.418	61	27	.215	224
Secundário	152	49	.264	61	19	.243	11	4	.235	89	28	.257	313
Total	438	49		172	19		37	4		240	27		887
<i>Curitiba</i>													
<i>Escolaridade</i>	<i>Clítico pronominal</i>			<i>Forma tônica</i>			<i>Forma lexical</i>			<i>Objeto nulo (<math>\emptyset</math>)</i>			Total
	N	%	Peso	N	%	Peso	N	%	Peso	N	%	Peso	
Primário	88	52	.211	29	17	.252	7	4	.243	45	27	.294	169
Ginásio	97	56	.257	38	22	.328	6	3	.241	31	18	.175	172
Secundário	127	60	.275	26	12	.180	9	4	.254	49	23	.291	211
Total	312	57		93	17		22	4		125	23		552
<i>Porto Alegre</i>													
<i>Escolaridade</i>	<i>Clítico pronominal</i>			<i>Forma tônica</i>			<i>Forma lexical</i>			<i>Objeto nulo (<math>\emptyset</math>)</i>			Total
	N	%	Peso	N	%	Peso	N	%	Peso	N	%	Peso	
Primário	127	59	.217	26	12	.218	7	3	.384	54	25	.181	214
Ginásio	107	64	.319	19	11	.300	1	1	.093	41	24	.289	168
Secundário	124	55	.188	24	11	.199	7	3	.366	69	31	.248	224
Total	358	59		69	11		15	2		164	27		606

Na tabela 15, acima, podemos verificar uma distribuição bastante interessante e diversificada no que diz respeito à relação escolaridade dos informantes e forma usada para expressar o objeto. Como se pode observar, Florianópolis, Curitiba e Porto Alegre apresentam comportamentos distintos quanto às quatro variantes concorrentes.

Em Florianópolis, por exemplo, há predomínio de uso da *forma tônica* entre os informantes com nível primário de escolaridade, como mostra o peso relativo de .310, seguido de *clítico pronominal* (.293). Isso corrobora os resultados da tabela 13, anterior, na qual os informantes com nível primário de escolaridade mostraram peso relativo mais alto para preenchimento do objeto. Já, entre os informantes com nível ginásial, há probabilidade acentuada de uso de *forma lexical* (.418). Em se tratando do nível secundário de escolaridade em Florianópolis, entretanto, podemos observar uma distribuição bastante regular, próxima do ponto neutro (.25), entre as quatro formas (.264 para uso de *clítico pronominal*, .243 para *forma tônica*, .235 para *forma lexical* e .257 para *objeto nulo*). Isso demonstra que há um uso aparentemente indistinto dessas variantes entre os falantes com esse nível de escolaridade.

Em Curitiba, por sua vez, a tendência que se apresenta entre os informantes de nível primário e de nível secundário é a de que haja uma maior probabilidade de uso de *objeto nulo* (.294 e .291, respectivamente). Com relação aos informantes de nível ginásial, há tendência a que a *forma tônica* predomine (.328). A variante *forma lexical* apresentou, em Curitiba, pesos bastante próximos do ponto neutro em todas os três níveis de escolaridade (.243 para o primário, .241 para o ginásio e .254 para o secundário).

Por último, em Porto Alegre, os resultados foram os seguintes: entre os informantes de nível primário e de nível secundário, percebe-se acentuada predominância da *forma lexical* (.384 e .366, nessa ordem). Já entre os de nível ginásial, as formas que apresentam maior probabilidade de uso são *clítico pronominal* (.319) e *forma tônica* (.300), seguidas de perto pelo *objeto nulo* (.289).

Como vemos, aparentemente esses resultados são difusos e pouco conclusivos. Contudo, no que diz respeito às formas inovadoras (*forma lexical* e *objeto nulo*) parece haver evidências de que elas vêm ganhando terreno e concorrendo de maneira significativa com as formas canônicas. O que podemos depreender desses resultados é que a *forma lexical* (de primeira pessoa do plural, *nós/a gente*) é a que demonstra maior probabilidade de uso entre os informantes de nível ginásial, em Florianópolis, e, em Porto Alegre, a que revela acentuada tendência ao uso entre os informantes do primário e do secundário. O *objeto nulo*, por outro lado, mostra evidências, em Curitiba, de ser a variante de maior tendência ao uso entre os informantes do primário e do secundário – vale ressaltar, ainda, que o *clítico pronominal*, ao lado do *objeto nulo*, foi a segunda variante com maior probabilidade de uso entre os informantes de nível secundário de escolaridade.

Na tabela 16, a seguir, podemos ver os resultados do tipo de variante usada em função do grupo de fatores *sexo*.

Tabela 16 – *Clíticos pronominais, formas tônicas, formas lexicais e objeto nulo nas três capitais em função do grupo de fatores sexo*

<b>Florianópolis</b>													
<b>Sexo</b>	<b>Clítico pronominal</b>			<b>Forma tônica</b>			<b>Forma lexical</b>			<b>Objeto nulo (Ø)</b>			<b>Total</b>
	N	%	Peso	N	%	Peso	N	%	Peso	N	%	Peso	
masculino	179	50	.276	75	21	.256	12	3	.224	92	26	.244	358
feminino	259	49	.225	97	18	.242	25	5	.277	148	28	.255	529
Total	438	49		172	19		37	4		240	27		887
<b>Curitiba</b>													
<b>Sexo</b>	<b>Clítico pronominal</b>			<b>Forma tônica</b>			<b>Forma lexical</b>			<b>Objeto nulo (Ø)</b>			<b>Total</b>
	N	%	Peso	N	%	Peso	N	%	Peso	N	%	Peso	
masculino	144	62	.306	32	14	.226	5	2	.193	50	22	.275	231
feminino	168	52	.198	61	19	.269	17	5	.313	75	23	.220	321
Total	312	57		93	17		22	4		125	23		552
<b>Porto Alegre</b>													
<b>Sexo</b>	<b>Clítico pronominal</b>			<b>Forma tônica</b>			<b>Forma lexical</b>			<b>Objeto nulo (Ø)</b>			<b>Total</b>
	N	%	Peso	N	%	Peso	N	%	Peso	N	%	Peso	
masculino	141	61	.252	28	12	.283	5	2	.206	59	25	.258	233
feminino	217	58	.244	41	11	.218	10	3	.299	105	28	.239	373
Total	358	59		69	11		15	2		164	27		606

Em Florianópolis, podemos observar um padrão bastante regular quanto às probabilidades de uso de *clítico pronominal*, *forma tônica*, *forma lexical* e *objeto nulo* tanto para os informantes do sexo masculino quanto para os do sexo feminino. Entre os homens, o *clítico pronominal* foi a forma que mostrou maior tendência ao uso (.276), enquanto as outras variantes obtiveram pesos relativos próximos ao ponto neutro (.256 para *forma tônica*, .224 para *forma lexical* e .244 para *objeto nulo*). Com relação às mulheres, a *forma lexical* apresentou maior tendência ao uso (.277) comparada às outras formas, que obtiveram pesos de .225 para *clítico pronominal*, .242 para *forma tônica* e .255 para *objeto nulo*.

Em Curitiba, o *clítico pronominal* e o *objeto nulo* apresentam maiores probabilidades de uso (.306 e .275, nessa ordem), entre os homens, quando comparado com as outras duas variantes. Já entre as mulheres, a *forma lexical* foi a forma que apresenta a maior probabilidade de uso: com peso relativo de .313.

Em Porto Alegre, ao contrário das outras duas capitais, entre os informantes do sexo masculino, a *forma tônica* predomina como a variante com maior probabilidade de uso: .283. Já entre as informantes, a *forma lexical* foi a que apresentou peso relativo maior, de .299, o que indica que essa é a forma com maior probabilidade de uso entre as mulheres.

Como podemos observar, esses resultados apresentam aspectos interessantes na questão do tipo de forma usada pelos informantes nas três capitais do Sul. De um lado, o *clítico pronominal* e a *forma tônica* (no caso de Curitiba) são as formas com maior probabilidade de uso entre os falantes do sexo masculino. De outro, a *forma lexical* é a que apresenta maior tendência ao uso por parte das mulheres tanto em Florianópolis e Curitiba quanto em Porto Alegre. Se considerarmos que as mulheres são mais conservadoras do que os homens quanto às estruturas linguísticas que usam<sup>92</sup>, a maior tendência ao uso de *forma lexical* revela que essa forma não é interpretada como variante estigmatizada pelos informantes do sexo feminino.

<sup>92</sup> A esse respeito, remeto o leitor a Labov (1991 e 2001).

#### 4.5.2 Síntese dos resultados

Após a análise das amostras de Florianópolis, de Curitiba e de Porto Alegre, que compõem o Varsul, podemos observar que cada uma das três capitais tem o seguinte comportamento com relação ao funcionamento dos *pronomes-objeto* de primeira e de segunda pessoas:

- a variação se dá nas três capitais entre *pronomes-objeto* – *clíticos pronominais e formas tônicas* –, *formas lexicais* (primeira pessoa do plural, *nós/a gente*) e *objeto nulo*;
- o *tipo de interlocução* condiciona o uso do *objeto nulo* nas três capitais: *discurso relatado de terceiros* (DR3), nas três cidades, e *discurso relatado do falante* (DRF), em Curitiba e Florianópolis, favorecem o uso de *objeto nulo* (em Porto Alegre esse fator inibiu a aplicação da regra do *objeto nulo*) enquanto *discurso para o entrevistador* (DE), nas três capitais, o inibem;
- em contexto de *objeto direto* (OD) há regularidade no comportamento no sentido de maior tendência ao uso de *pronomes-objeto*, nas três capitais; por outro lado, no *objeto indireto* (OI) se verifica um comportamento diferenciado entre os de primeira pessoa e os de segunda: os primeiros tendem levemente ao uso de *pronomes-objeto*, os segundos são mais categóricos nessa direção;
- em contexto de *primeira pessoa* há um leve favorecimento, em Florianópolis, e acentuado em Curitiba e Porto Alegre de uso de *objeto nulo*, enquanto que para a *segunda pessoa* encontramos uma inibição quase categórica no uso desse em Curitiba e em Porto Alegre, e acentuada em Florianópolis;
- em Curitiba e em Porto Alegre, os informantes mostram maior tendência ao uso do *pronomes-objeto* em contexto de *narrativa* e acentuada probabilidade de uso de *objeto nulo* em contexto de *argumentação*;

- os verbos *dicendi* se mostraram inibidores do uso de *objeto nulo*, contudo, uma análise mais detalhada dos verbos com relação à transitividade observada nos dados mostrou que entre os *verbos transitivos diretos* há uma significativa probabilidade de que não ocorra o *objeto nulo* nesse tipo de contexto. Já os *verbos transitivos indiretos* e os *transitivos diretos e indiretos* foram significativos favorecedores da aplicação da regra de *objeto nulo*;
- o *pretérito imperfeito* do Indicativo, em Porto Alegre e em Florianópolis, favoreceu a aplicação da regra de *objeto nulo*. Em outras palavras, em situações nas quais esse tempo verbal aparece, a probabilidade de que ocorra *objeto nulo* aumenta significativamente em relação aos contextos que envolvem os outros tempos;
- Em Florianópolis, os informantes de nível *ginásio* usam mais *objeto nulo* do que os informantes de *primário*, enquanto os com o maior grau de escolaridade, o *secundário*, têm um comportamento equilibrado no uso de *pronome-objeto* e de *objeto nulo*;
- Em Porto Alegre, os informantes da *faixa etária* mais jovem, de 25 a 50 anos, fazem mais uso de *objeto nulo*, os da segunda faixa etária usam mais *pronome-objeto*.



## 5. Conclusão

Com o suporte da sociolinguística variacionista, procuramos ao longo deste trabalho desvendar e entender um pouco melhor o comportamento dos *pronomes-objeto* de primeira e de segunda pessoas nas três capitais do Sul do Brasil, com base nas entrevistas do banco de dados do Projeto Varsul, .

Inicialmente, empreendemos este estudo baseados na hipótese de que estruturas como *formas lexicais*, *pronomes-objeto* e *objetos nulos* estariam em competição para o desempenho da função de objeto. O objetivo foi o de verificar se os *pronomes-objeto* de primeira e de segunda pessoas estariam percorrendo o mesmo caminho dos *pronomes-objeto* de terceira pessoa, no qual *formas lexicais* assumiram a função de alguns clíticos pronominais que acabaram desaparecendo da língua oral.

Contudo, parte de nossa hipótese não foi confirmada pelos dados. Diferentemente dos resultados obtidos por Fagundes (1996), por exemplo, cuja base de dados utilizada para análise dos *pronomes-objeto* de terceira pessoa foi a mesma utilizada em nossa pesquisa, as *formas lexicais* de primeira e de segunda pessoas do singular não estiveram entre as formas concorrentes nas amostras de Florianópolis, de Curitiba e de Porto Alegre. Com isso, verificamos que nos *corpora* da pesquisa os *pronomes-objeto* de primeira e de segunda pessoas do singular permanecem sendo formas bastante produtivas na língua oral, ainda que sob ameaça do *objeto nulo*, o mais expressivo concorrente.

As *formas lexicais* de primeira pessoa do plural *nós/a gente*, por sua vez, mostraram ampla penetração e produtividade no quadro dos *pronomes-objeto*, chegando a ser em Florianópolis e em Curitiba formas mais produtivas do que o *clítico pronominal* “nos”<sup>93</sup>.

O *objeto nulo* apresentou em nossa pesquisa alguns resultados interessantes, como, por exemplo, a constatação de que os informantes dos três dialetos parecem ter tendência

---

<sup>93</sup> Ver tabela 2 deste trabalho.

de reconhecer no discurso do “outro”, e de atribuir a esse, o uso do *objeto nulo*. Outro resultado interessante verificado foi a regularidade encontrada em contexto de objeto direto, o qual foi inibidor praticamente categórico do *objeto nulo*, em todas as três capitais.

Alguns desses resultados, no entanto, ao invés de nos darem respostas, sugerem caminhos para novos trabalhos, como o refinamento da análise do objeto indireto e do grupo de fatores *escolaridade*, considerados relevantes para o fenômeno do *objeto nulo*, cujos resultados, pouco esclarecedores, exigem novos direcionamentos.

## Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Alair da C. R.C. (1984) – A perda dos clíticos num dialeto mineiro. *Tempo Brasileiro*, 78/79: 97-121.
- ALMEIDA, Guido de (1989) – Resgatando a contribuição da sociolinguística laboviana. *Delta*, 1,5: 71-99.
- ALMEIDA, Napoleão M. de (1992) – *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva.
- AULETE, Caldas (1980) – *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Delta S.A.
- ANDRADE BERLINCK, Rosane de (1996) – *A expressão do objeto indireto no português do Brasil*. Comunicação apresentada no X Encontro do CELLIP (Centro de Estudos Lingüísticos e Literários do Paraná).
- \_\_\_\_\_ (1997) – *Sobre a realização do objeto indireto no português do Brasil*. Comunicação apresentada no II Encontro do Celsul (Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul).
- BARBADINHO NETO, Raimundo (1977) – *Sobre a Norma Literária do Modernismo, subsídios para uma revisão da gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A.
- BARROS, Albertina F. e JOTA, Zélio dos S. (1960) – *Verbos*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A.
- BELL, Roger T. (1976) – *Sociolinguistics: goals, approaches and problems*. London: B.T. Batsford Ltd.
- BENVENISTE, Émile (1995) – *Problemas de Lingüística Geral I*. Quarta Edição, Campinas: Pontes.
- BORBA, F. da S. (1979) – *Teoria Sintática*. São Paulo: EDUSP.

- \_\_\_\_ (1984) – *Introdução aos Estudos Lingüísticos*. São Paulo: Nacional.
- \_\_\_\_ (1990) – *Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo do Brasil*. São Paulo: UNESP.
- BOTASSINI, Jacqueline Ortelan Maia (1998) – *A elipse do sujeito pronominal na linguagem falada do Paraná: uma análise variacionista*. Curitiba: Dissertação de Mestrado, UFPR.
- BRIGHT, William (1974) – “As dimensões da sociolingüística” In: FONSECA, Maria Stella V. da e NEVES, Moema F. (Orgs.)(1974) – *Sociolingüística*. Rio de Janeiro: Eldorado.
- BRITO, Maria Eliana (1994) – Discutindo o conceito de complemento verbal. *Cadernos de Letras-UFF*, Anais da I Jornada de Letras/1992, Rio de Janeiro, 9: 37-42.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1969) – *Textos pedagógicos e gramaticais de João de Barros*. Lisboa: Editorial Verbo.
- BUSETTO, Cássio G. (1996) – A variação no uso de pronomes possessivos de segunda pessoa na fala da cidade de Curitiba. *Fragmenta*, Curitiba, 13: 9-17.
- CAMPOS, Héctor (1986) – Indefinite Object Drop. *Linguistic Inquiry*, vol. 7, 2: 355-359.
- CARVALHO, Barbara V. de (1971) – *Pequeno Dicionário de Regência Verbal*. São Paulo: Editora Lotus.
- CEGALLA, Domingos Paschoal (1976) – *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- CHOMSKY, Noam (2000) – *New Horizons in the Study of Language and Mind*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CUNHA, Celso F. da (1976) – *Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro/RJ: Fename.
- CYRINO, Sonia M.L. (1994) – *O Objeto Nulo no Português do Brasil – um estudo sintático-diacrônico*. Campinas/SP: tese de Doutorado, IEL.

- \_\_\_\_ (1996) – “Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos” In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. (Orgs.) (1996) – *Português Brasileiro (uma viagem diacrônica)*. Campinas: Unicamp, p.163-184.
- COSTA, Cláudio F. (1992) – *Filosofia Analítica*. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro.
- DALTO, Cristiane D. de Lima e FAGUNDES, Edson D. (2001a) – *Pronome complemento de primeira e de segunda pessoas: um estudo variacionista nos Quadrinhos*. Comunicação apresentada no XLIX Seminário do GEL (Grupo de Estudos Lingüísticos de São Paulo).
- DALTO, Cristiane D. de Lima (2001b) – *Pronomes-objeto de primeira e de segunda pessoas: um estudo preliminar sobre a fala de Florianópolis*. Comunicação apresentada no XV CELLIP (Centro de Estudos Lingüísticos e Literários do Paraná).
- DEQUI, Francisco (S/D) – *Sintagramática*. Canoas/RS: IPUC.
- DIAS, A. Epiphany S. (1882) – *Grammática Portuguesa Elementar*. 5<sup>a</sup> Ed. Rev. Lisboa: Ferreira Machado.
- DOMINGOS, Tânia R. E. (2001) – *Pronomes de tratamento do português do Século XVI*. São Paulo: Annablume; Rondônia: Universidade Federal de Rondônia-Unir.
- DÓRIA, A. de Sampaio (1959) – *Sintaxe de Pronomes*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- DUARTE, Maria Eugênia L. (1986) – *Variação e Sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. São Paulo: dissertação de Mestrado, PUC.
- \_\_\_\_ (1989) – “Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no Português do Brasil”. In: TARALLO, Fernando (Org.) (1989) – *Fotografias Sociolingüísticas*. Campinas: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- ELIA, S. (1987) – *Sociolingüística: uma Introdução*. Rio de Janeiro: Padrão/EDUFF.
- FAGUNDES, Edson D. (1997) – *Ocorrências de Objeto Direto e Indireto nas três Capitais do Sul do Brasil: clíticos, pronomes lexicais e ausência de preenchimento*. Curitiba: dissertação de Mestrado, UFPR.

- FARACO, Carlos A. (1996) – O tratamento *você* em português: uma abordagem histórica. *Fragmenta*, Curitiba, 13: 51-82.
- FARRELL, Patrick (1990) – Null objects in brazilian portuguese. *Natural Language & Linguistic Theory*, 8-3: 325-346.
- FERNANDES, Francisco (1983) – *Dicionário de Verbos e Regimes*. Rio de Janeiro: Editora Globo.
- FERRO, Jeferson e CHRISTAN, Liziane de (1996) – A variação no uso dos pronomes objetos de Segunda pessoa na cidade de Curitiba. *Fragmenta*, Curitiba, 13: 83-88.
- FIGUEIREDO, Cândido de (1961) – *Gramática Sintética da Língua Portuguesa*, 8ª edição. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina (1989) – Clíticos dativos com interpretação possessiva – um estudo. *Delta*, São Paulo, 2: 241-258.
- FUCHS, Cathérine (1991) – Uma versão transformacional da elipse. O apagamento em Harris. Tradução de Letícia M. Rezende. *Alfa*, São Paulo, 35: 187-197.
- FREGE, Gottlob (1978) – Sobre o sentido e a referência. In: \_\_\_\_\_. *Lógica e filosofia da linguagem*. Cultrix: São Paulo.
- GALVES, Charlotte C. (1986) – A interpretação “Reflexiva” do pronome no português do Brasil. *Delta*, São Paulo, 2: 249-264.
- \_\_\_\_\_(1996) – “O Enfraquecimento da Concordância no Português Brasileiro” In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. (Orgs.) (1996) – *Português Brasileiro (uma viagem diacrônica)*. Campinas: Unicamp, p.387-408.
- \_\_\_\_\_(2001) – *Ensaio sobre as gramáticas do português*. São Paulo: Editora da Unicamp.
- GUY, Gregory R. (1980) – “Variation in the group and the individual: the case of final stop deletion”. In: LABOV, William (1980) – *Locating language in time and space*. New York: Academic Press Inc, p. 1-36.
- \_\_\_\_\_(1990) – The sociolinguistic types of language change. *Diachronica*, Amsterdam, VII: 47-67.

- \_\_\_\_ (s/d) – “Varbrul: análise avançada”. Tradução de Ana Zilles para o texto originalmente publicado em Ferrara, K. et al. (1988) – (eds.) *Linguistic change and contact*. Austin: University of Texas.
- HAUY, Amini B. (1987) – *Da Necessidade de uma Gramática-Padrão da Língua Portuguesa*, 3<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Ática.
- JESPERSEN, Otto (1924) – *The Philosophy of Grammar*. Londres: G. Allen & Unwin.
- KNIES, Clarice Bohn e COSTA, Iara Bemquerer (1995) – *Manual do VARSUL*. Curitiba: mimeo.
- KRISTEVA, Júlia (1969) – *História da Linguagem*. Lisboa: Editora 70.
- LABOV, William (1972) – *Sociolinguistics Patterns*. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_ (1991) – The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. *Language Variation and Change*, Cambridge, 2: 205-254.
- \_\_\_\_ (2001) – *Principles of Linguistic Change: social factors*. Vol. 2, Malden: Blackwell Publishers Inc.
- LEÃO, Duarte Nunes de (1983) – *Ortografia e Origem da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- LEMLE, Miriam (1985) – Pronomes, anáforas, zero: observações sobre uma mudança lingüística. *Delta*, São Paulo, 1 e 2: 121-124.
- LIEJIONG, Xu (1986) – Free empty category. *Linguistic Inquiry*, 1: 75-93.
- MARÇALO, M. J. (1994) – “A Dinâmica da Língua – implicações num estudo sincrónico”. In: ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA (1994) - *Variação Lingüística no Espaço, no Tempo e na Sociedade*. Miranda do Douro: Associação Portuguesa de Lingüística/Ed. Colibri.
- MARTINS, ELENÍ J. (1981) – Origem e função dos pronomes-objeto de 3<sup>a</sup> pessoa. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, 45: 123-133.
- MATEUS, Maria Helena M. (1983) – *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina.

- MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1961) – *Manual de expressão oral e escrita*. Rio de Janeiro: J. Ozon.
- \_\_\_\_ (1970) – *Princípios de Lingüística Geral*, 4<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- \_\_\_\_ (1972) – Êle como um acusativo no Português do Brasil. In: MATTOSO CÂMARA JR., J. (1972) – *Dispersos*. [Seleção e introdução por Carlos Eduardo Falcão Uchôa]. Rio de Janeiro: FGV, p. 47-53.
- \_\_\_\_ (1974) – *Dicionário de Filologia e Gramática Referente à Língua Portuguesa*”, 6<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: J. Ozon.
- \_\_\_\_ (1975) – *História da Lingüística*. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_ (1979) – *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão Editora Ltda.
- \_\_\_\_ (1995) – *Estrutura da Língua Portuguesa*, 23<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes.
- MELO, Gladstone C. de (1971) – *Novo manual de análise sintática*, 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- MENON, Odete P. da S. (1994) – O sistema pronominal do português do Brasil. IX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística (ANPOLL), Caxambu-MG.
- \_\_\_\_ (1996) – Variação e mudança: o papel dos condicionamentos lingüísticos. *Fragmenta*, Curitiba, 13: 89-113.
- \_\_\_\_ (1999) – *Dativo de posse e dativo ético: problema de sintaxe?* Comunicação apresentada no III Celsul/ X Varsul. PUCRS: Porto Alegre.
- \_\_\_\_ (2000) – Pronome da segunda pessoa no Sul do Brasil: tu/você/o senhor em Vinhas da Ira. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 35, 1: 121-163.
- MIOTO, Carlos, FIGUEIREDO SILVA, Maria C., LOPES, Ruth E. V. (1999) – *Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular.
- MOLLICA, Maria Cecília (Org.) (1991) – *Introdução à Sociolingüística Variacionista*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- MONTEIRO, José Lemos (1994) – *Pronomes pessoais*. Fortaleza: Edições UFC.



- NARO, Anthony J. (1991) – Uma abordagem compreensiva da variação e da mudança lingüística. *Anais do V encontro nacional da Anpoll*, 2: 533-535.
- NASCENTES, Antenor (1960) – Lheísmo no português do Brasil. *Letras*, Curitiba, 11: 108-113.
- NEVES, Maria Helena de M. (2000) – *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Unesp.
- NICOLA, José de e INFANTE, Ulisses (1994) – *Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa*. São Paulo: Scipione.
- NUNES, Jairo M. (1996) – “Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro” In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. (Orgs.) (1996) – *Português Brasileiro (uma viagem diacrônica)*. Campinas: Unicamp, p. 207-222.
- OLIVEIRA, Marco A. de (1987) – Variável lingüística: conceituação, problemas de descrição gramatical e implicações para a construção de uma teoria gramatical. *Delta*, 1,3: 19-34.
- OMENA, Nelize P. de (1978) – *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. Rio de Janeiro: dissertação de Mestrado, PUC.
- PAIS, C.T. et.al.(1986) – *Manual de Lingüística*. São Paulo: Global.
- PAGOTTO, Emílio G. (1996) – “Clíticos, Mudança e Seleção Natural” In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. (Orgs.) (1996) – *Português Brasileiro (uma viagem diacrônica)*. Campinas: Unicamp, p. 185-206.
- PEREIRA, Eduardo C. (1943) – *Gramática Expositiva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- PERINI, Mário A. (1995) – *Gramática Descritiva do Português*. São Paulo: Ática.
- PIZZANELLI, Nora L. F. de (1998) – *Os pronomes clíticos em duas variantes de línguas românicas: o português do Brasil e o espanhol do Río de la Plata*. Florianópolis: dissertação de mestrado, UFSC.

- RAUCH, I. y SCOTT, CH. T (eds.) (1967) – *Estudios de Metodología Lingüística*. Madrid: Editorial Gredos.
- RIBEIRO, E.C. (1956) – *Serões Grammaticaes (ou Nova Grammatica Portuguesa)*. Bahia: Aguiar & Souza Ltda.
- ROBINS, R. H. (1979) – “*Pequena História da Lingüística*”. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A.
- SAID ALI, M. (1966) – *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos.
- SANTOS, Isabel A. (1996) – Dialectologia e sociolingüística: delimitação e limitações na abordagem ao fenómeno da variação. *Revista portuguesa de Filologia*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Língua e Literatura portuguesas. Vol. XXI: 23-62.
- SAUSSURE, Ferdinand de (1971) – *Curso de Lingüística Geral*, 3ª Ed. São Paulo: Cultrix.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira (1992) – *Introdução ao Pacote Varbrul para Microcomputadores*. Rio de Janeiro: mimeo.
- SEARA, Isabel C. (2000) – Estudo de uma hipótese semântico-pragmática para a omissão de clíticos pronominais. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, 119: 165-188.
- SILVA, Maria Cecilia P. de S. e KOCH, Ingedore V. (1989) – “*Lingüística Aplicada ao Português: Sintaxe*”. São Paulo: Cortez Editora.
- SILVEIRA, Gessilene (1997) – *O comportamento sintático dos clíticos no português brasileiro*. Florianópolis: dissertação de mestrado, UFSC.
- SOARES BARBOSA, Jeronymo (1871) – *Grammatica philosophica da língua portuguesa*, 5ª ed. Lisboa: Academia Real das Sciencias.
- TARALLO, Fernando (1990) – *A Pesquisa Sociolingüística*. São Paulo: Ática (Série Princípios).
- \_\_\_\_\_(Org.) (1989) – *Fotografias Sociolingüísticas*. Campinas: Editora da Unicamp.

- THRACE, Deny le (1986) – *Techné Grammatiké. Archives et documents de la Société d'Histoire et d'Epistémologie des Sciences du Langage (S.H.E.S.L.)*, Paris, 6: 1-104.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos ( 1985) – Sobre as possíveis razões da ausência e presença da preposição no objeto direto. *Letras & Letras*, Uberlândia, 1: 15-38.
- VEADO, Rosa Maria Assis (1982) – *Comportamento lingüístico do dialeto rural – MG*. Belo Horizonte: UFMG/PROED.
- VENTURA, Helena e CASEIRO, Manuela (1990) – “*Dicionário Prático de Verbos seguidos de Preposições*”. Lisboa: Escher Publicações.
- VIGOTSKI, Lev Semenovich. (1996). *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- WEINREICH, Uriel, LABOV, William, HERZOG, Marvin I. (1968) – “Empirical Foundations for a Theory of Language Change”. In: LEHMANN, W. P. *Directions for Historical Linguistics*,. Austin: Yakov Malkiel, p. 95-195 .

## ANEXOS

Lista de verbos das amostras de Florianópolis, de Curitiba e de Porto Alegre

Verbos	Transitividade verbal encontrada	Verbos	Transitividade verbal encontrada
Assustar	VTD	Achar	VTD
Arrumar	VTD, VTDI	Apresentar	VTDI
Ajudar	VTD	Atravessar	VTD
Agradar	VTD	Acontecer	VTDI
Arranjar	VTDI	Agredir	VTD
Aliviar	VTD	Apagar	VTD
Arrasar	VTD	Acostumar	VTD
Aprontar	VTDI	Abraçar	VTD
Avisar	VTD, VTI	Aconselhar	VTD
Atender	VTD	Agarrar	VTD
Aparecer <sup>94</sup>	VTI	Atrair	VTD, VTDI
Arranhar	VTD	Afetar	VTD
Bater	VTI	Beneficiar	VTDI
Buscar	VTD	Beijar	VTD
Botar	VTDI		
		Cercar	VTD
Confessar	VTDI	Consultar	VTD
Contar	VTDI	Comandar	VTD, VTDI
Chamar	VTD, VTDI	Conseguir	VTDI
Criar	VTD	Cobrar	VTI
Conhecer	VTD	Comer	VTD
Comprar	VTDI		
		Cantar	VTD, VTDI
Convidar	VTD	Carregar	VTD
Colocar	VTDI	Compensar	VTD
Chocar	VTD	Custar	VTDI
Dizer	VTDI, VTI	Divertir	VTD
Dar	VTDI, VTD	Dedicar	VTDI
Deixar	VTD, VTDI	Devolver	VTDI
Doer	VTI, VTDI	Despachar	VTDI
Distrair	VTD	Defender	VTD
Ensinar	VTD, VTDI	Esconder	VTD, VTDI
Explicar	VTDI	Emprestar	VTDI
Emocionar	VTDI	Examinar	VTD

<sup>94</sup> Para citar um exemplo do tipo de transitividade encontrado com este verbo temos: *Ai meu Deus, eu não quero ver bruxa, não. "Ah, bruxa vai aparecer pra ti!"* (FLP 08, F,PRI, B, L0532)

Encaixar	VTI	Engambelar	VTD
Enfaixar	VTD	Encontrar	VTD, VTDI
Empregar	VTD	Enfraquecer	VTD
Entrar	VTI	Esquecer	VTD
Enganar	VTD	Envolver	VTDI
Esperar	VTD	Entregar	VTDI
Encher	VTD		
		Fechar	VTDI
Faltar	VTDI	Formar	VTDI
Falar	VTI, VTDI	Flagrar	VTD
Fazer	VTDI		
		Hospedar	VTD
Gravar	VTDI		
		Incomodar	VTD
Interromper	VTD	impossibilitar	VTI
Irritar	VTD	Informar	VTD
Impressionar	VTD	Identificar	VTD
Interessar	VTDI		
		Jogar	VTD, VTDI
Instruir	VTDI		
Indenizar	VTDI	Levar	VTD, VTDI
		Lembrar	VTDI
Mandar	VTI, VTDI	Lavar	VTD
Marcas	VTD, VTI	Melhorar	VTD
Meter	VTDI	Machucar	VTD
Mostrar	VTDI	Mudar	VTD
Movimentar	VTD		
		Obrigar	VTD
Olhar	VTI	Ofender	VTD
Oferecer	VTDI		
Orientar	VTD, VTDI	Proteger	VTD
		Pintar	VTD
Provocar	VTD, VTDI	Pendurar	VTDI
Procurar	VTD, VTDI	Preocupar	VTDI
Passar	VTDI	Prometer	VTI
Pagar	VTDI, VTI	Pegar	VTD
Preparar	VTDI	Prejudicar	VTD
Perguntar	VTDI		
Pedir	VTDI	Quebrar	VTD
Querer	VTD	Resolver	VTDI
		Receitar	VTDI
Registrar	VTD	Roubar	VTD
Reabilitar	VTD	Respeitar	VTD
Responder	VTI, VTDI	Sortear	VTD

Sujeitar	VTDI	Tratar	VTD, VTDI
Servir	VTDI	Tocar	VTDI
		Tarar	VTD
Trazer	VTD, VTDI		
Ter	VTI	Ver	VTD
Telefonar	VTI		